

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS E ARTES
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**Na Inconsistência do Humor, o Contraditório da Vida
O DISCURSO PROVERBIAL E O DISCURSO DE
ALTERAÇÕES**

ARACY ERNST PEREIRA

**Dr^a Leci Borges Barbisan
Orientadora**

**Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Letras
do Instituto de Letras e Artes da Pontifícia Universidade
Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial
para a obtenção do título de Doutor em Linguística
Aplicada.**

Porto Alegre, agosto de 1994

Catálogo Na publicação (CIP)

P436n PEREIRA, Aracy Ernst

Na inconsistência do humor, o contraditório da vida: o discurso proverbial e o discurso de alterações / Aracy Ernst Pereira. - Porto Alegre PUC/RS, 1994.

f.

Tese (doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras e Artes. Curso de Pós-Graduação em Letras, 1994.

CDU 801.73:165.1
869.0(81)-84:801.73
801.73:869.0(81)-84
869.0(81)-7:801.73
801.73:869.0(81)-7

ENTRADAS SECUNDÁRIAS PARA O CATÁLOGO ALFABÉTICO

1. Análise do discurso: Epistemologia 2. Provérbio: Literatura brasileira: Análise do discurso 3. Análise do discurso: Provérbio: Literatura brasileira 4. Humor: Literatura brasileira: Análise do discurso 5. Análise do discurso: Humor: Literatura brasileira.

ÍNDICES ALFABÉTICOS PARA O CATÁLOGO SISTEMÁTICO

Análise do discurso: Epistemologia 801.73:165.1
Provérbio: Literatura brasileira: Análise do discurso
869.0(81)-84:801.73
Análise do discurso: Provérbio: Literatura brasileira
801.73:869.0(81)-84
Humor: Literatura brasileira: Análise do discurso
869.0(81)-7:801.73
Análise do discurso: Humor: Literatura brasileira
801.73:869.0(81)-7

Bibliotecárias responsáveis
Jacira Gil Bernardes CRB 10/463
Vera Regina Lionello Danos CRB 10/387

EPPUR SI MUOVE

(...)

*Um homem não se cala
com um tiro ou mordança. A ameaça
só faz falar nele
o que nele está latente.
Ninguém cala ninguém
pois existe o inconsciente.
Só se deixa enganar assim
quem age medievalmente*

*Como faz para calar o vento
quando ele sopra
com a força do pensamento?
Não se pode cassar a palavra a um homem,
como se caçam às feras o pêlo e o chifre
na emboscada das savanas.
Não se pode, como a um pássaro,
aprisionar a voz humana.
A gaiola só é prisão
para quem não entende
a liberdade do não.
Se a palavra é uma chave,
que fala da prisão, o silêncio
é uma ave
- que canta na escuridão.*

(...)

Affonso Romano de Sant'Anna

AGRADECIMENTOS

O trabalho, ora apresentado, é produto do saber, da compreensão e da amizade de muitas pessoas. Destacarei algumas delas, a fim de que fique aqui registrado todo o meu apreço e consideração.

Começo por agradecer à Coordenação do Curso de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, na figura da Prof^a Regina Zilberman, pela atenção a mim dispensada desde o início do curso de doutorado.

À Prof^a Leci Borges Barbisan, minha orientadora, que acompanhou atenta e pacientemente todas as etapas desta jornada que agora se conclui. Suas sugestões e críticas, sempre pertinentes, foram um estímulo incessante para mim. Por todo seu empenho e dedicação, por tudo o que com ela aprendi e, principalmente, pela sua grandeza na simplicidade, meu sincero agradecimento.

À Prof^a Ana Cristina Macário Lopes, da Universidade de Coimbra, que mesmo sem me conhecer pessoalmente, teve a gentileza de fazer a remessa de sua tese de doutorado, um trabalho que prima pela seriedade e profundidade, externo o meu reconhecimento. A primeira parte desta tese lhe é tributária.

Aos amigos, Eliane Amaral Campello, Hilda Hartmann Lontra, Carlos Baumgarten e Elsa Ortiz, pelo estímulo permanente.

À Josemary Poli, pela paciência infinita e pelas horas de digitação dedicadas a este trabalho, o meu profundo agradecimento.

À querida amiga, Regina Varini Mutti, manifesto toda a minha gratidão e estima pela disposição constante com que me escutou. A sua palavra amiga, mas sempre crítica, auxiliou-me a encontrar o rumo nas horas de indecisão.

Para Lêda Terezinha Martins, é difícil encontrar as palavras certas. Foi uma presença firme na fase final desta caminhada. Comigo partilhou, de forma solidária, a incerteza e o inevitável desânimo que permeia todo o final de tese. Pelo apoio intelectual, pelas sugestões valiosas e, principalmente, pelo apoio emocional, a certeza incontestável da minha afeição.

Agradeço também a concessão da bolsa de estudos e a permissão de afastamento à Fundação Universidade do Rio Grande e ao Departamento de Letras e Artes.

Quero destacar de modo muito particular o silêncio solidário, a ausência de reclamações, da minha família - José Carlos, Cláudia, Rachel, Maura e Moana. Privei-a, muitas vezes, da minha presença, atenção e carinho. A ela, todo o meu afeto.

Por fim, a todos os meus mestres pela força que me legaram, meu muito obrigada.

SUMÁRIO

	Página
RESUMO	X
ABSTRACT	XII
RÉSUMÉ	XIV
INTRODUZINDO O ASSUNTO	1
PRIMEIRA PARTE	
REFERINDO A LITERATURA	10
1 O DISCURSO PROVERBIAL	11
1.1 As definições tradicionais	11
1.2 A perspectiva estruturalista	18
1.2.1 O provérbio: unidade fraseológica	18
1.2.2 O provérbio: unidade textual	25
1.3 A perspectiva semiótica	29
1.4 O discurso proverbial e o senso comum	38
2 O DISCURSO DAS ALTERAÇÕES PROVERBIAIS	44
2.1 Os estudos sobre alterações proverbiais	44
2.1.1 A proposta de Grésillon e Maingueneau	44
2.1.2 A proposta de Castro	48
2.2 O humor e as alterações proverbiais	54

SEGUNDA PARTE

SITUANDO A EPISTEMOLOGIA DA ANÁLISE DO DISCURSO ...	62
1 A QUESTÃO DO PODER E A QUESTÃO DO SUJEITO	64
2 A RELAÇÃO ENTRE IDEOLOGIA E INCONSCIENTE	68
3 A MANIFESTAÇÃO DO DISCURSO.....	71
3.1 As formações ideológicas e as formações discursivas.....	71
3.2 A ilusão do sujeito	73
3.3 O interdiscurso e o intradiscurso.....	74
3.4 A categoria da contradição e a negação discursiva no . conflito entre desejo e censura.....	76
3.5 A questão da heterogeneidade discursiva.....	83
4 A PARAFRASAGEM E A POLISSEMIA E SUA RELAÇÃO COM O DISCURSO PROVERBIAL E O DISCURSO DAS ALTERAÇÕES.....	87

TERCEIRA PARTE

PREPARANDO A ANÁLISE.....	95
1 MECANISMOS ESTRATÉGICOS	96
2 MODELO E SEQÜÊNCIA DE ANÁLISE.....	104

QUARTA PARTE

IMPLEMENTANDO A ANÁLISE.....	110
1 BLOCO 1.....	112
1.1 Análise do discurso proverbial: a negação discursiva no processo de comparação.....	112
1.2 Análise do discurso da alteração 1.....	116
1.3 Análise do discurso da alteração 2.....	118
2 BLOCO 2.....	121

2.1 Análise do discurso proverbial: a negação discursiva no processo de apassivação.....	121
2.2 Análise do discurso da alteração	126
3 BLOCO 3.....	129
3.1 Análise do discurso proverbial: a negação discursiva no processo de relativização.....	129
3.2 Análise do discurso da alteração	135
4 BLOCO 4.....	138
4.1 Análise do discurso proverbial: a negação discursiva no processo de coordenação contrastiva.....	138
4.2 Análise do discurso da alteração	142
QUINTA PARTE	
CONCLUINDO O ESTUDO.....	147
BIBLIOGRAFIA.....	156
ANEXO	163

LISTA DE FIGURAS

	página
1 - Paralelo entre discurso proverbial e discurso das alterações.....	92
2 - Esquema das relações entre desejo e censura.....	101
3 - Modelo de análise.....	105
4 - Síntese da estratégia de análise.....	107
5 - Esquema de funcionamento de DP (bloco 1).....	112
6 - Esquema de funcionamento de DC (bloco 1).....	116
7 - Esquema de funcionamento de DA ₁ (bloco 1).....	116
8 - Esquema de funcionamento de DA ₂ (bloco 1).....	119
9 - Esquema de funcionamento de DP (bloco 2).....	121
10 - Esquema de funcionamento de DC (bloco 2).....	126
11 - Esquema de funcionamento de DA (bloco 2).....	127
12 - Esquema de funcionamento de DP (bloco 3).....	129
13 - Esquema de funcionamento de DC (bloco 3).....	135
14 - Esquema de funcionamento de DA (bloco 3).....	135
15 - Esquema de funcionamento de DP (bloco 4).....	138
16 - Esquema de funcionamento de DC (bloco 4).....	142
17 - Esquema de funcionamento de DA (bloco 4).....	143

RESUMO

O presente estudo visa à compreensão do funcionamento discursivo de provérbios e de suas alterações com finalidade humorística. Como se enquadra na área da Análise do Discurso (AD), sua reflexão está centrada na articulação entre o lingüístico, o ideológico e a noção de inconsciente.

Partimos da hipótese de que tanto os provérbios quanto suas alterações jogam com duas forças antagônicas que podem ser recuperadas através de sua materialidade discursiva. Nesta recuperação, empregamos o conceito de negação discursiva como meio operatório de confronto entre o que denominamos enunciados da censura e enunciados do desejo.

Para a consecução de tal empresa, tratamos de dar conta, na primeira parte, de aspectos referentes ao campo epistemológico da AD que fundamentam a análise.

Na segunda parte, apresentamos as principais propostas de definição e de análise do discurso proverbial nos quadros da lingüística e da semiótica e enfocamos também a relação entre provérbio e senso comum. O mesmo procedimento tem lugar com as alterações. Fazemos referência a estudos feitos anteriormente e estabelecemos algumas formulações gerais acerca do humor nas alterações.

Na terceira parte, mostramos os mecanismos operatórios adotados, em termos de estratégias e seqüência de análise, com vistas a evidenciar as marcas lingüísticas indicadoras da negação discursiva que apontam para o domínio do saber do senso comum ou para o domínio do saber da formação discursiva do autor estudado, Barão de Itararé. A análise, propriamente dita, aqui também se inscreve.

A conclusão sintetiza os achados referentes tanto ao funcionamento discursivo dos provérbios que o caracterizam como discurso do Saber e do Poder, quanto ao do discurso humorístico das alterações, que o situa geralmente no espaço da ruptura.

RÉSUMÉ

La présente étude a pour objectif la compréhension du fonctionnement discursif de proverbes et de leurs altérations à finalité humoristique. Du fait qu'il se situe dans le cadre de l'Analyse du Discours (AD) son approche est centrée sur l'articulation entre le linguistique, l'idéologique et la notion d'inconscient.

Nous partons de l'hypothèse selon laquelle les proverbes tout comme leurs altérations jouent avec deux forces antagoniques qui peuvent être récupérées dans leur matérialité discursive. Pour ce qui est de cette récupération, nous employons le concept de négation discursive comme moyen opératoire de confrontation entre ce que nous appelons un énoncé de censure et un énoncé de désir.

Pour la mise en oeuvre d'une telle entreprise, nous essayons de rendre compte dans la première partie des aspects concernant le champ épistémologique de l'AD sur lequel s'appuie notre analyse.

Dans la deuxième partie nous présentons les principales propositions de définition et d'analyse du discours proverbial dans les cadres de la Linguistique et de la Sémiotique. Nous y abordons aussi le rapport entre le proverbe et le sens commun. Pour les altérations, nous suivons la même démarche. Nous citons des

études faites précédemment et nous établissons quelques formulations générales en ce qui concerne l'humour dans les altérations.

Dans la troisième partie, nous montrons les mécanismes opératoires adoptés, quant aux stratégies et aux séquences d'analyse, en vue de mettre en évidence les marques linguistiques indicatrices de la négation discursive qui renvoient au domaine du savoir du sens commun ou au domaine du savoir de la formation discursive de l'auteur étudié, Barão de Itararé. L'analyse elle aussi s'y inscrit.

La conclusion synthétise les trouvailles concernant aussi bien le fonctionnement discursif des proverbes, caractéristique du discours du Savoir et du Pouvoir que le discours humoristique des altérations qui se situe généralement dans l'espace de la rupture.

ABSTRACT

This study has the scope of comprehending the discursive functioning of proverbs and their alterations aimed at a humorous purpose. This investigation is centered on the articulation of the linguistic, the ideological and the concept of unconsciousness, due to its fitting within discourse analysis.

We have started from the hypothesis that either the proverbs and their alterations play with two opposite forces that can be rescued throughout their discursive materiality. We thus employ the concept of discursive negation as an operational means of facing what we have called enunciation of censorship and enunciation of desire.

For the accomplishment of such undertaking, we first deal with aspects concerning the epistemological environment of Discourse Analysis that support the research.

Secondly, we present the main proposal for a definition and an analysis of the proverbial discourse in the fields of Linguistics and Semiotics. We also focus the relationship between proverb and common sense. The same procedure is applied concerning the alterations. A reference is made to studies previously developed and some general formulations are established in regard to humor in the alterations.

Third, we display the operational mechanisms employed, as to strategy and sequence of analysis, with the scope of evidencing the linguistic marks that indicate discursive denial that point at mastering the knowledge of common sense, or the discursive construction of the studied author - Barão de Itararé. The analysis itself also fits within these propositions.

The conclusion synthesizes the findings regarding both the discursive functioning of the proverbs that characterize it as the discourse of Knowledge and Power, and the humorous discourse of proverb alterations, generally placing it in the space of rupture.

**Introduzindo
o Assunto**

Esta tese foi escrita mais para compreender do que para explicar: compreender o funcionamento discursivo implicado na formação do discurso humorístico de alterações de provérbios e de seu contraponto, o discurso proverbial. Todavia, abordarmos tal objeto de reflexão constitui-se numa tarefa de construção de relacionamentos conceituais e mecanismos analíticos, no mínimo arriscada, devido, de um lado, à falta de estudos que possam dar maior respaldo aos argumentos aqui expostos e, de outro, ao pioneirismo temeroso que buscou configurá-lo através de uma região teórica que, muitas vezes, depara-se com a dificuldade em articular, de forma equânime, o lingüístico com o ideológico e o inconsciente.

Por isso, ela deve ser vista como uma experiência teórica de aplicação restrita que procura examinar e combinar algumas formulações da Análise do Discurso (AD) com algumas formulações da Psicanálise, especificamente Freud e Lacan, que parecem apontar para uma sincronização epistemológica.

Evidentemente, AD e Psicanálise são disciplinas que se distanciam metodologicamente, apresentam metalinguagens diferenciadas e não recobrem os fenômenos na mesma perspectiva. Entretanto, isso não impede, sob o nosso ponto de vista, uma aproximação, já que têm em comum o mesmo objeto, qual seja, o discurso.

Assim, na gênese deste projeto está o desafio de confrontar o discurso proverbial com o discurso de alterações humorísticas, objetivando evidenciar a

consubstanciação, na linguagem, de mecanismos de natureza psíquica e ideológica implicados na sujeição ou sublevação do homem aos seus arquétipos.

Segundo Jerkovic,

Toda e cada sociedade secreta sistemas de evidências de diferente natureza (intelectual, moral, religioso, político, prático, etc.) e que fazem parte, à maneira de automatismos mentais, da existência comum dos membros dessa sociedade.

Citando Escarpit, continua:

Como as evidências definem e cimentam a coesão do corpo social, este último as constitui em doutrina, em ortodoxia, que ele introjeta nos indivíduos por meio de reflexos condicionados e que protege por sanções (1970, p.50).

Em outras palavras, e seguindo Gramsci (1989), o bloco ou o corpo social está cimentado e unificado por uma ideologia, a do dominante, cuja base de sustentação é o senso comum. Nele, as representações do mundo são ocasionais e desagregadas e se constituem em formas de um conformismo imposto pela ideologia dominante a outros grupos sociais.

De acordo com o autor, o senso comum é uma concepção de mundo absorvida acriticamente pelos diferentes meios sociais e culturais em que se desenvolve a individualidade moral do homem médio.

Essa concepção de mundo - o senso comum - que perpassa diferentes grupos sociais e culturais tem como finalidade assegurar o conformismo através de uma ação inibidora, censora das tendências naturais do ser humano, as quais, caso emergissem, poderiam abalar a estrutura hegemônica da sociedade.

Estamos tratando de duas forças antagônicas: a da **censura** e a do **desejo**. Tais forças encontram-se materializadas no discurso proverbial e no discurso humorístico das alterações, objeto de estudo da presente tese.

Normalmente, o humor é visto como inconformidade, crítica e denúncia, servindo para mostrar a dependência do homem às evidências estabelecidas. Desse ponto de vista, ele é percebido exclusivamente como violador dos princípios imputados ideologicamente aos indivíduos.

Todavia, é conveniente colocarmos que essa regra não é geral. Basta observarmos as piadas étnicas para verificar que nelas não há preocupação de denunciar preconceitos que fazem parte da sabedoria constituída, mas, ao contrário, buscam reafirmá-los. Evidenciamos, então, que o discurso humorístico move-se dentro da heterogeneidade constitutiva do bloco social e, assimilando o seu caráter plurilateral, tanto pode denunciar quanto confirmar a ordem estabelecida.

Para colocar em discussão o problema, optamos por um caso aparentemente inquestionável de discordância com os padrões convencionais. São as alterações de provérbios com finalidade humorística. Uma vez que remetem a enunciados sentenciosos, tradicionalmente definidos como sentenças lapidares, a tendência é interpretá-los como subversores do sistema de normas que regulam a sociedade. A análise dos mecanismos implicados no desencadeamento do humor aqui proposta permitirá verificar a veracidade de tal afirmação. É um dos desafios do presente trabalho.

Além disso, a constatação de que as alterações de provérbios constituem um domínio praticamente inexplorado, sobretudo na perspectiva da Análise do Discurso, foi outro fator decisivo na escolha do tema abordado. As pesquisas realizadas sobre alterações de provérbios são de fato escassas. Na realidade,

tomamos conhecimento de apenas duas: o artigo de Grésillon e Maingueneau (1984) e, mais recentemente, a tese de doutorado de Castro (1990). Embora apresentem considerações lingüisticamente pertinentes, o certo é que se enquadram, de forma preferencial, numa reflexão centrada mais na semântica da enunciação. Dessa forma, acreditamos ser possível produzir conhecimento teórico sem redundâncias, uma vez que a abordagem a ser desenvolvida perspectiva-se no funcionamento discursivo.

Assim, o nosso interesse é encontrar respostas para uma problemática distinta, descentrando o lingüístico e colocando-o "pari passu" com o ideológico, concebido aqui na sua articulação com o inconsciente. Isso significa que o processo de formação do discurso humorístico, especificamente o das alterações proverbiais, será examinado a partir de uma ótica que pressuponha a ligação, conforme Courtine (1980), entre intradiscorso - lingüístico - e interdiscorso - ideológico. É sobre esse vetor que se construirá a arquitetura do presente estudo.

É interessante também colocar, nesta introdução, o percurso de reflexão que gerou o estudo ora apresentado. Não foi acaso, desejo, ou impulso repentino, nem preocupação presunçosa com o ineditismo, mas sim o resultado de um conjunto de acontecimentos que se registraram no decorrer do curso de doutorado.

Pensamos, pela primeira vez, na possibilidade de ser investigada a constituição do humor, a partir da montagem de dois cursos de extensão, desenvolvidos na Fundação Universidade do Rio Grande, um em 1989 e outro em 1990, que refletiram os estudos feitos na área de Lingüística do Texto.

Procuramos, na época, escolher textos leves e divertidos que propiciassem uma maior adesão e interesse por parte dos integrantes dos cursos. A preferência recaiu em textos de Luis Fernando Verissimo e de Fernando Apparicio Brinkerhoff Torelly, retirados respectivamente das obras *O analista de Bagé* e *Máximas e*

Mínimas do Barão de Itararé, esta última sendo uma coletânea organizada por Afonso Félix de Sousa.

À medida que a idéia foi tomando consistência e se consolidando através de estudos monográficos, o material a ser submetido à análise foi sendo gradativamente delineado. A primeira opção recaiu no trabalho de Luis Fernando Verissimo, mais atual e divulgado. No entanto, o fato de ser muito visado pelos estudiosos constituiu-se, posteriormente, na razão para que a escolha incidisse na obra do Barão de Itararé, talvez devido à pretensão aqui desvelada de ir buscar as origens do humor inteligente e inconfundível do próprio Verissimo como as de outros humoristas que sucederam a esse crítico agudo e mordaz do governo getulista e da sociedade de sua época. O talento de Itararé tem, até hoje, uma influência nítida na atualidade humorística brasileira.

Segundo Jorge Amado, na sua apresentação da coletânea acima citada,

(...) desse senhor Barão do Itararé, de seu riso claro e irresistível, nasceram os atuais humoristas brasileiros, os que desenham, os que escrevem, os que desenham e escrevem. Dele nasceram Stanislaw Ponte Preta e o Analista de Bagé(...) (1985, p. 12).

Zilberman (1985, p.101) refere-se a esse escritor como a figura mais ilustre do humorismo jornalístico gaúcho, cujas características eram um inconformismo e uma postura crítica perante valores e atitudes que encarnam o poder e a autoridade.

Zombando, de forma perspicaz, da política e dos costumes, desde a década de vinte até o limiar da chamada modernidade juscelinista, editou o seu semanário de humor *A Manha*, e republicando materiais desse periódico lançou o *Almanhaque* ou *Almanaque d'A Manha*, em 1949 e 1955 (primeiro e segundo semestres). Além disso, tendo seu repertório de piadas uma grande abrangência,

confunde-se com o próprio anedotário popular, integrando o inconsciente coletivo da cultura brasileira, conforme o que é colocado na edição "fac-simile" do *Almanhaque* do primeiro semestre de 1955.

Escolhido o autor, passamos à delimitação do "corpus". Na impossibilidade de abarcar extensivamente toda a sua produção devido à heterogeneidade dos textos apresentados e à conseqüente complexidade que envolveria uma análise desse porte, o estudo ficou restrito às alterações proverbiais, um dos expedientes de fechamento de página utilizados pelo Barão, em seus três *Almanhaques*.

Procedemos, a seguir, à seleção das alterações compulsadas de modo a operar uma triagem no vasto material coletado. Como algumas alterações apresentavam indícios formais caracterizadores do universo paremiológico, sem contudo remeter a um provérbio específico, e outras, ao contrário, claramente aludiam a um provérbio de origem, constituiu-se assim o critério de seleção do "corpus".

Realizamos uma investigação em obras que coligem provérbios, adágios, rifões, anexins ou frases feitas em língua portuguesa, a fim de estabelecermos fielmente os enunciados-fonte, de modo a organizarmos os blocos de análise.

Determinados os blocos - os provérbios de origem e as respectivas alterações - um novo recorte foi operado em função de dois motivos:

1º) evitar a redundância nas análises, uma vez que grande parte das alterações e de seus provérbios-fonte apresentavam mecanismos idênticos de formação;

2º) manter a natureza do presente trabalho, que não se propõe a validar hipóteses, através de dados exaustivos, mas se configura numa tentativa modesta de pontuar aspectos que possibilitem simplesmente estreitar os laços entre psicanálise, materialismo histórico e lingüística.

Considerando, assim, sua dimensão mais especulativa do que empírica, as análises apresentadas deverão ser vistas apenas como exemplificações daquilo que propomos: evidenciar o jogo entre censura e desejo implicado no funcionamento dos provérbios e das alterações humorísticas.

A condução dessa empresa pautou-se por vários questionamentos:

1º) os discursos proverbiais apresentam regularidades que lhes permitam ser interpretados como mantenedores da concepção de mundo do senso comum, impondo ao homem o conformismo e a submissão?

2º) que diferenças ocorrem entre os discursos proverbiais e os discursos das alterações em termos de mecanismos discursivos suscetíveis de produzirem diferentes efeitos de sentido?

3º) o que assinalariam essas diferenças: a subversão ou a confirmação dos pressupostos ideológicos do senso comum?

4º) qual a relação entre o humor desencadeado pelas alterações e esses diferentes efeitos de sentido?

A fim de buscarmos respostas a essas indagações, organizamos um percurso de estudo que se reflete na estrutura global deste trabalho. Na primeira parte, item 1, mostramos as principais propostas de definição e análise do discurso proverbial desenvolvidas até hoje, tanto no campo da Lingüística quanto da Semiótica. Partimos das definições empíricas tradicionais, passando pela caracterização do provérbio como unidade frasal no estruturalismo europeu e também, mais recentemente, como unidade textual. A perspectiva semiótica que considera o provérbio signo de um sistema modalizante secundário, desenvolvida por Permjakov (1979) e Zolkovskij (1978), e a que o define em termos de signo-frase, construída por Kleiber (1989), também são enfocadas, assim como a proposta semântico-pragmática de Lopes (1992). No item 2, consideramos os estudos de

Grésillon e Maingueneau (1984) e de Castro (1990), já anteriormente citados, e abordamos a questão do humor implicada nas alterações proverbiais.

Na segunda parte, apresentamos os pressupostos epistêmicos da Análise do Discurso, enfatizando as noções de ideologia e inconsciente na constituição do sujeito clivado e na constituição da materialidade discursiva.

Na terceira parte, evidenciamos os mecanismos estratégicos a serem utilizados posteriormente no estudo do corpus e a seqüência de análise proposta. Tais mecanismos giram em torno da noção de negação discursiva que opõe o tema discursivo ao tema refutado. A emergência dessa oposição se estabelece através de critérios formais, de ordem lingüística, que apontam, conforme o caso, para o enunciado do **desejo** ou para o enunciado da **censura**.

Passamos, então, na quarta parte, a colocar em relevo as dissimetrias existentes entre o provérbio original e a sua alteração, destacando os efeitos de sentido daí provenientes, para finalmente, na quinta parte, concluir o trabalho, apresentando uma síntese crítica.

PRIMEIRA PARTE
referindo a literatura

1 O DISCURSO PROVERBIAL

1.1 As definições tradicionais

Ao estudarmos o discurso proverbial, buscamos os elementos que possibilitam revelá-lo através de sua materialidade, como o discurso do Outro, o **discurso da censura** exercido pelo Poder, em oposição ao **discurso do desejo**, consubstanciado, no presente trabalho, nas alterações feitas pelo Barão de Itararé.

Recorremos, por vezes, a definições tradicionais e a outras, como a da Lingüística Estrutural ou a da Pragmática, estabelecendo, entre elas, pontos de contágio, que nos permitam, através das definições de "máxima", "provérbio", "ditado" e "adágio"¹, recensear traços que, de forma recorrente, apontam para uma tipicidade daquilo que aqui está sendo considerado como **Discurso Proverbial**.

No uso corrente, os termos "provérbio", "máxima", "ditado" e "adágio" são indistintos. Há autores que buscam delimitá-los, todavia sendo os critérios utilizados fluidos e heteróclitos e, conseqüentemente, carecendo de eficácia, não atingem o intento.

Xavier da Cunha, em sua obra *Filosofia Popular em Provérbios* de 1902, coloca:

Na prática usual da linguagem vulgar, confunde-se freqüentemente "adágio" com "provérbio". Há, porém, quem de preferência reserve a palavra "adágio" para com ela designar o provérbio antiquado (apud Macário Lopes, 1992, p. 22).

Com relação ao termo "ditado", o referido autor afirma que ele é utilizado na linguagem corrente como sinônimo de adágio ou rifão popular, sendo esse, propriamente, o provérbio que anda na boca do povo. Percebemos, obviamente, que a utilização do termo "provérbio" pelo autor é geral e abrangente, abarcando tanto a idéia de antigüidade quanto a de uso popular relativas aos termos "adágio" e "ditado" respectivamente.

Essa generalidade expressa por Xavier da Cunha também é encontrada em Batalha que aglutina o critério de antigüidade e de uso em sua definição de provérbio. No prefácio de sua obra *História Geral dos Adágios Portugueses*, posiciona-se assim:

o provérbio assume em geral o aspecto de uma forma clássica, sancionada pelo uso ou pela antigüidade e quase sempre colhido em velhas coleções religiosas e filosóficas (1924, p. 26).

Todavia, a distinção entre provérbio e adágio é operada de forma diferente.

Diz ele:

O provérbio erudito é, pois, apenas a generalização oral de certos pensamentos de sabor literário colhidos nas obras dos antigos filósofos gregos, romanos e outros, no Velho e Novo Testamento e nos escritores clássicos, cronistas, poetas ou pensadores antigos e modernos da Europa e Ásia. Os adágios e dizeres, ao contrário, são colhidos na tradição oral e, de acordo com o autor, cousas um tanto diversas no emprego, nas fontes e no modo de formação (ibid., p.31).

Constatamos que a diferenciação estabelecida por Batalha considera, entre outras coisas, a origem dos provérbios e adágios, evidenciando que a voz de um sujeito enunciador particular - filósofos, Velho e Novo Testamento, etc. - expandiu-se, tornando-se social e/ou universal. Com relação aos adágios, uma vez que são *cousas um tanto diversas no emprego, nas fontes e no modo de formação*, o saber transmitido, de fonte inespecífica, pode ser interpretado como sendo, desde sempre, um saber social e/ou universal. Vale-se também da distinção entre culto e popular e entre escrita e oralidade, destacando, de início, o juridismo implicado no seu emprego, fato que, para nós, reveste-se de significativa importância.

Já Luís Ribeiro, recorrendo a Jerónimo Azevedo, diz que

provérbio é uma sentença popular que exprime uma verdade importante; adágio é um provérbio agudo e chistoso. O provérbio enuncia uma verdade fundada na observação e na experiência.

O adágio dá a essa verdade uma agudeza que o torna mais penetrante. O provérbio é grave e seco, cheio de sentido e precisão; o adágio é singelo e claro, cheio de espírito e finura. O provérbio instrui e o adágio excita (apud Cortes-Rodrigues, 1982, p. 10).

É interessante notar que essa definição de provérbio confunde-se com a de senso comum dos séculos XVII e XVIII, quando se descobriu que, no senso comum, existia uma certa dose de experimentalismo e de observação direta da realidade (cf. Gramsci, 1989, p. 35), o que nos parece importante, na medida em que consideramos o provérbio a materialização do senso comum mais evidente e mais marcada lingüisticamente.

A diferença estabelecida pelo autor dá-se em termos de estilo e é obscura. Todavia, permite entrever o seu caráter de evidência incontestável, uma vez que

remete à observação e à experiência, fatores geralmente considerados necessários no estabelecimento de uma verdade.

Ressaltando a fluidez e a falta de rigorismo dessas definições apresentadas preliminarmente, que não promovem nenhuma diferenciação de caráter prático entre os termos em pauta, as considerações daí provenientes, como: a presença do juridismo, a materialização mais marcada do senso comum, a presença de uma voz social e/ou universal e o caráter de evidência incontestável revelam-se importantes, na medida em que mostram o estatuto axiológico, anônimo e institucionalizado do provérbio.

Um outro traço apontado como típico do discurso proverbial é a sua expressividade lapidar. A própria definição dicionarizada, salienta o seu caráter breve e a sua estrutura concisa:

máxima ou sentença de caráter prático e popular, comum a todo um grupo social, expressa em forma sucinta e geralmente rica em imagens (Aurélio, 1980, p. 1151).

Como ele tem a função de perpetuar valores axiológicos e ditar normas de comportamento, é encarado por alguns autores como instrumento didático. Essa é a posição de Rodegem, que assim se exprime: *uma verdade geral que sugere necessariamente uma norma* (1972, p. 689).

Seiler também adota essa solução: *Uma locução corrente na linguagem popular, fechada sobre si mesma e com uma tendência para o didatismo e a forma elevada* (apud Jolles, 1976, p. 128).

Jolles (1976) questiona os termos da definição de Seiler. Em primeiro lugar, alega que o termo "popular" é embaraçoso e está baseado numa cisão entre uma linguagem considerada menos elevada (a das classes inferiores) - o provérbio -

e uma linguagem mais elevada (a das classes superiores) - a sentença ou pensamento - cisão essa que é posteriormente revogada pelo próprio Seiler, ao dizer que entre ambas as classes encontra-se uma outra intermediária, bem superior numericamente às outras duas, referente aos provérbios de que toda a população se serve indistintamente. Porém, sob o nosso ponto de vista, a crítica de Jolles mais contundente, e com a qual concordamos "ipsis litteris", diz respeito à seguinte afirmação de Seiler:

Esses provérbios remontam à época em que a vida espiritual da população, a sua maneira de sentir e exprimir-se, eram ainda homogêneas e não separadas de acordo com as classes e os recursos.

Questiona Jolles:

Tenho bastante dificuldade em imaginar semelhante época sem classes nem recursos separados, tanto do ponto de vista lingüístico quanto do sociológico. Atrevo-me até a duvidar da possibilidade de semelhante idílio na história das culturas (ibid, p. 130).

Um outro aspecto problemático do conceito de "população" relaciona-se às categorias estabelecidas por Seiler: provérbios literários e provérbios populares. É evidente aqui a exclusão do povo na literatura. Refutando a idéia, já presente em Aristóteles e difundida por Rousseau e Herder, de que o ditado popular teria por origem, tal como a poesia popular, o conto popular ou a gesta popular, *as profundezas da alma do povo*, o autor diz:

Como totalidade, o povo nada cria. Toda criação, toda invenção, toda descoberta promana sempre de uma personalidade individual. É preciso, forçosamente, que qualquer provérbio, qualquer ditado tenha sido primeiro enunciado por alguém, num certo dia e nalgum lugar. Se agradar aos que o ouviram, será propagado como locução proverbial; é então provável que o retalhem e o retoquem para dar-lhe uma forma prática para todo mundo,

convertendo-o, dessarte, num provérbio ou ditado universalmente conhecido (ibid., p. 131).

Jolles, contestando-o novamente, diz-nos que *o provérbio só se torna locução proverbial depois de ter recebido, do povo, essa forma dotada de universalidade* e não o contrário como pretende Seiler. O que Jolles quer realçar neste debate é que

aquilo a que chamamos provérbio ou ditado existe, ao que parece, em todas as camadas de um povo, em todas as suas classes, em todos os seus meios: nos mais altos, nos mais baixos, nas camadas intermediárias, entre os camponeses, artesãos, letrados e sábios (ibid., p. 131).

Daí podermos ligar o discurso proverbial à noção de senso comum, relação de que nos ocuparemos posteriormente.

O autor considera, ainda, o provérbio e o ditado como atualizações da locução ou máxima, uma das suas classificações das formas simples.

Essa locução ou máxima teria a propriedade de expressar e condensar um universo empírico, dividido de acordo com interesses e ocupações de cada classe e de cada meio. Segundo o autor, a própria experiência *nos convida a aproveitar uma ocasião, quando esta se nos apresenta, e a não perder tempo*. Assim, a prática do ferreiro expressa-se de seguinte modo: *É preciso malhar o ferro enquanto ele está quente*, ou ainda a do galanteador: *A fortuna sorri aos audaciosos (ibid., p. 134).*

Conseqüentemente, não haveria didatismo. O provérbio ou ditado seria fruto de uma praxe anterior, seria apenas o atestado lingüístico de uma forma ou ato vivencial, que não teria a pretensão, caráter ou tendência didática. E assim como não caberia conceber a experiência como algo de que se deveria extrair uma lição

- o autor alerta que isso é possível, mas não é da sua natureza - o mesmo ocorreria com o provérbio ou ditado. Diz ele:

O provérbio ou ditado tampouco é um começo (para ele, toda didática é um começo, a base de uma construção mais vasta) mas uma conclusão; é a rubrica e o selo visível que se apõem a uma idéia e que o caráter da experiência lhe impõe (ibid., p. 135).

Em que pesem as suas razões, e nós as respeitamos, parece-nos que a abordagem não deve ser tão dicotomizada e excludente: de um lado, um componente didático de caráter prospectivo; de outro, um componente existencial de caráter remissivo.

Macário Lopes (1992) já chamou atenção para esse fato e, numa linha pragmática, mostra que o emprego prospectivo ou remissivo do provérbio encontra-se na dependência do contexto. Nossa perspectiva, no entanto, é outra, apesar de concordarmos com a autora no que se refere à possibilidade de o provérbio remeter ou para uma experiência passada ou para uma futura. Para nós, o que está em jogo não é o contexto situacional, mas sim um movimento (ou ação) ideológico, acrônico, atemporal, "omni-histórico", que engendra a resignação e o conformismo, independente da temporalidade marcada pela situação enunciativa.

Essa ação ideológica se exerce através da função mnemônica, assegurada pela estrutura formal do provérbio. Assim, no plano fônico, apresenta rima interna, aliterações, assonâncias ou padrões rítmicos recorrentes, secundado por uma estruturação sintática peculiar (frases elípticas, inversão na ordem padronizada dos constituintes de frase e construções paralelísticas). As simetrias formais favorecem a memorização do material significativo, permitindo a sua pervivência, ao contrário do que ocorre no discurso oral que tende a exaurir-se no momento em que é pronunciado.

1.2 A perspectiva estruturalista

1.2.1 O provérbio: unidade fraseológica

Passemos, agora, à referência de trabalhos que defendem o provérbio como unidade fraseológica, forma fixa que integra o inventário das unidades da língua.

Existem, em todas as línguas, sintagmas que funcionam de forma estandardizada, formando aquilo que Coseriu (1977) denomina de **bloco coeso** e sobre os quais o falante não possui ingerência. São expressões idiomáticas fixas, estruturas pré-construídas, que, na ótica estruturalista, pertencem à língua, instituição social e modelo coletivo partilhado por uma comunidade lingüística. Conseqüentemente, não dependem do exercício de liberdade do enunciador.

Essa cristalização também encontramos nos provérbios, pois eles revelam uma certa rigidez na estrutura e um funcionamento semântico que não se submete aos princípios de uma semântica composicional, baseada no cálculo do significado de um enunciado, a partir dos significados de seus elementos constitutivos e da forma sintática utilizada para conceituá-los.

O citado autor denomina tais expressões de **discurso repetido** e o caracteriza como todas as locuções e frases fixas de uma língua, composta por elementos que não são comutáveis ou intercambiáveis segundo as regras atuais da língua. Estabelece uma oposição com o que chama de **técnica do discurso** - conjunto de regras das unidades lexicais e gramaticais da língua e das regras para a sua combinação e modificação na frase.

Assim, os seus elementos constituintes são unidades paradigmáticas, citadas mas não criadas no ato de fala concreto. Importa retermos esse fato, na medida em que, indiscutivelmente, relaciona-se com a noção de pré-construído, noção que remete a uma determinação anterior ao indivíduo e o constitui como sujeito.

Como os seus componentes significam em bloco, só em bloco podem eventualmente ser comutados. É importante ressaltar que, apesar de o objetivo do autor ser apenas de ordem taxonômica, pois apenas classifica as unidades do discurso repetido, não esclarecendo as propriedades sintático-semânticas e nem as semântico-discursivas de cada unidade, tem o mérito de remeter para o traço mais marcante do provérbio, a saber, o seu estatuto de texto alheio.

Tal fato foi realçado por Greimas:

Na língua falada, os provérbios e ditados se distinguem nitidamente do conjunto da cadeia pela mudança de entonação. Tem-se a impressão de que o locutor abandona voluntariamente sua voz, tomando uma outra de empréstimo a fim de proferir um segmento de fala que não lhe pertence propriamente e que ele está unicamente citando (1975, p. 288).

Ele parte do pressuposto de que, a partir da investigação sobre os caracteres formais dos provérbios e dos ditados, chegaremos às primeiras indicações da significação formal desse código particular no qual se expressa a **sabedoria das nações**. Aponta, como traços formais, os seguintes:

1º) o caráter arcaico de sua construção gramatical, que se manifesta pela ausência de determinantes e de antecedentes, pela não observância da ordem convencional das palavras e pela utilização de caracteres léxicos arcaizantes;

2º) o predomínio de determinados tempos e modos verbais marcadamente o presente do indicativo e do imperativo;

3º) a estrutura rítmica binária², cuja realização se dá mediante a oposição de duas orações ou de dois grupos de palavras no interior de uma só oração e que é reforçada pela rima e pela assonância.

Ultrapassando a mera catalogação dos traços formais dos provérbios, Greimas, na sua interpretação semiológica, aproxima-se muito da perspectiva discursiva, embora sua abordagem se situe no âmbito da lingüística estrutural. Afirma que a formulação arcaizante dos provérbios tem a propriedade de colocar as unidades fora do tempo, conferindo-lhes a autoridade que provém da **sabedoria dos antigos**.

O emprego do tempo presente e dos modos indicativo e imperativo, apesar de uma aparente contradição com o que disse acerca do caráter arcaico, remetem, respectivamente, para a enunciação de verdades eternas e para a permanência de uma ordem moral sem variações. Já, com relação à estrutura binária, perspectiva-a em direção a uma função significativa que apontaria para a idéia de **um mundo acabado, equilibrado e em repouso**.

Relativamente à repetição de elementos léxicos num mesmo provérbio ou ditado, o autor coloca a possibilidade de serem estabelecidas correlações entre as duas seqüências constituintes do provérbio que denotam uma aproximação das coisas e dos comportamentos. Tenderiam, assim, para a ordenação do mundo moral que rege uma sociedade. Da mesma forma, a ocorrência de pares oposicionais, no plano sintagmático, como estabelecem relações da causalidade, de determinação, de dependência, dá à visão do mundo apresentada nos provérbios e ditados uma aparência de algo que faz parte da **natureza das coisas** e, fazendo parte da natureza das coisas, é inquestionável. Esboça-se, então, através dos elementos delineados, a possibilidade de uma abordagem que transcenda o lingüístico, com vistas ao ideológico.

Ainda na perspectiva estruturalista, temos com Zuluaga (1980) a caracterização do provérbio como **enunciado fraseológico funcionalmente livre**, oposto ao que chama **enunciado contextualmente marcado**. O enunciado fraseológico funcionalmente livre não depende do contexto lingüístico ou extralingüístico para ser compreendido. É um verdadeiro **texto**, no sentido dado ao termo pela lingüística textual, isto é, uma unidade semântica e pragmática completa e autônoma, livre de qualquer dependência anafórica, catafórica ou dêitica. Já o enunciado contextualmente marcado não se constitui num texto de sentido completo, e a sua compreensão depende do contexto lingüístico e situacional. Segundo o autor, nesse grupo, encontram-se certas fórmulas e clichês que comportam elementos dêiticos (*Aqui a porca torceu o rabo*), enunciados fixos que ocorrem somente num certo tipo de discurso (*Era uma vez*, a fórmula de introdução dos contos tradicionais) e enunciados ritualizados e circunscritos a determinadas situações sociais (*Muito obrigado*).

Para Zuluaga, o refrão mantém, no discurso em que é empregado, o seu sentido próprio e completo, atuando sobre o contexto, comentando-o, interpretando-o ou expressando-o. Posição similar é apresentada, na área dos estudos paremiológicos, por Taylor (1975), Seiler (apud Norrick, 1985) e Ageno (1960). Esses autores referem-se também à autonomia semântica do enunciado proverbial, quer dizer, à possibilidade de eles poderem funcionar, no ato comunicacional, de forma livre e independente. Tal característica, de acordo com os autores, cria uma fronteira entre as locuções idiomáticas (como por exemplo *O fulano bateu as botas*) e os provérbios. Enquanto as locuções idiomáticas são apenas constituintes de frase e nunca ocorrem como enunciados completos, os provérbios têm sempre um valor semântico autônomo.

No entanto, Macário Lopes (1992) coloca que essa independência e autonomia do provérbio deve ser melhor investigada. Apesar de reconhecer o

mérito do trabalho de Zuluaga, mesmo porque ele não ignora o aspecto pragmático da questão - integra, na sua reflexão, critérios de natureza pragmática ao referir o valor ilocutório do provérbio (o enunciador, dependendo das interações que procura realizar, poderá utilizá-lo para prevenir alguém de alguma coisa, replicar algo, injuriar, etc.) - a autora busca um aprofundamento maior da questão, construindo uma tipologia das principais funções discursivas do provérbio inseridas em seqüências textuais mais vastas.³

Emprende um trabalho que visa à análise da permanente flexibilidade de adequação contextual, a partir da constatação de que o provérbio é um texto híbrido: **aberto**, porque faculta múltiplas interpretações de acordo com os contextos situacionais em que é empregado e **fechado**, na medida em que transporta consigo uma interpretação-padrão estável, estabelecida e fixada pela tradição.

Específica e concretamente, o trabalho da autora tenta apreender a intenção do locutor que atualiza um provérbio, consubstanciada no plano dos atos ilocutórios diretos e indiretos por ele realizados. Procura responder à questão *o que faz o locutor ao enunciar um provérbio?* mediante a investigação sistemática dos seus valores de uso. Além disso, busca captar os mecanismos de conversão entre aquilo que o locutor **diz** e aquilo que ele efetivamente possa **querer dizer** ao enunciar um provérbio.

Distingue, dessa forma, seis funções:

1º) Função argumentativa

Como os provérbios fazem parte das crenças supostamente partilhadas pelos membros da comunidade, geralmente são invocados como premissa ou argumento irrefutável, fato que garante a consistência da conclusão. Funcionando, então, como justificação ou refutação de uma intervenção anterior, têm eles um emprego argumentativo.

2º) Função de réplicas autônomas em pares adjacentes

A unidade básica da estrutura da conversa é constituída por dois enunciados produzidos por falantes distintos, organizada seqüencialmente de forma convencional. Os provérbios funcionam, segundo a autora, como réplicas autônomas na tomada da palavra pelo locutor, isto é, como segundo membro de um par adjacente (por exemplo, resposta a uma pergunta ou recusa de um pedido).

3º) Função de comentário avaliativo

Partindo da noção de **comentário avaliativo** de Vanderveken (1988), segundo a qual é o ato ilocutório de tipo expressivo, através do qual o locutor aprova ou condena uma intervenção precedente, a autora inclui aí todos os provérbios que, de forma predominante, traduzem a atitude do falante em relação à situação que está sendo vivenciada ou que foi anteriormente descrita.

4º) Função amplificante de uma intervenção anterior

Apesar de esta função envolver a estratégia de persuasão do interlocutor, ela não deve ser confundida com a função argumentativa, porque nesse tipo de uso não se verifica nem uma relação de justificação ou de refutação entre atos lingüísticos, nem a atuação do esquema argumentativo típico. Por isso, a autora, mesmo reconhecendo ter tal função uma natureza eminentemente retórica, um **topos** legitimado pela **sabedoria das nações**, optou por estabelecer um grupo separado.

5º) Função de organização textual

Aqui se enquadra o que Conte (1989) designa por fenômenos de **metatextualidade**, isto é, fenômenos relacionados com a função que uma parte do texto desempenha no quadro da composição global desse mesmo texto.

Macário Lopes concluiu que há fundamentalmente duas funções de organização textual nos provérbios:

a) pode funcionar como sumário conclusivo ou resumo anafórico de uma narrativa. Assim, o provérbio condensa a estrutura macro-semântica do texto;

b) pode funcionar como resumo catafórico, como uma asserção que, de forma condensada e genérica, anuncia as situações episódicas que vão ser descritas no discurso subsequente.

A autora anota que alguns provérbios de seu "corpus" integram o título de peças de teatro de cordel mas também aparecem na réplica que remata essas mesmas peças. O provérbio, nestes casos, funciona como moldura, anunciando ou sintetizando, de forma condensada e sentenciosa, uma história. Assim, aproxima-se da moral que, freqüentemente, encerra as fábulas e os contos da literatura popular.

6º) Função de tropos ilocutórios

Trata-se da citação de um provérbio que funciona como ato ilocutório idiomático, uma vez que o seu valor ilocutório primitivo, direto ou literal, é substituído integralmente por um valor ilocutório convencionalizado. Na terminologia de Norrick (1985), trata-se de um "speech act idiom", isto é, um tropo ilocutório que se aplica diretamente à situação e que, de forma totalmente convencional, comenta ou anuncia a chegada de alguém de que se fala ou em quem se está pensando.

A análise semântico-pragmática de Macário Lopes é extremamente fina e dela importa retermos alguns aspectos como: argumento irrefutável, réplica autônoma e aprovação ou condenação de uma intervenção precedente que nos possibilita organizar a seguinte formulação:

Provérbio é a enunciação de uma verdade (porque é um argumento irrefutável) que se basta a si própria (porque num diálogo pode funcionar autonomamente) e que tem um estatuto jurisdicional (porque possui a capacidade de aprovar ou condenar uma intervenção precedente).

É a voz do **poder** que se faz ouvir. Um poder onímico e exterior ao sujeito, poder que dele se apropria e que o submete. Um poder que garante a sua pervivência na fala do submetido, pois, ao submetê-lo lhe concede não só a ilusão de autonomia de que fala Pêcheux (1988), quando trata do assujeitamento do sujeito pela ideologia, mas também, no caso, a ilusão de autoridade. Assim, ao enunciá-lo, de assujeitado passa a assujeitador, agindo segundo a lógica do poder, executando o jogo ancestral do **fazer-criar** para submeter.

1.2.2 O provérbio: unidade textual

Agora, de forma sucinta, mencionaremos as propostas de Milner (1969), Dundes (1975), Kuusi(1972) e Norrick (1985) que consideram o provérbio como texto.

Para Milner, o provérbio tem como característica mais importante, tanto do ponto de vista formal quanto semântico, a sua estrutura simétrica. Segundo o autor, todo provérbio comporta quatro termos, sendo possível atribuir a cada um deles um valor positivo (+) ou negativo (-) culturalmente fixado. Aos dois primeiros, denomina "cabeça" e aos dois últimos "cauda". Se aos quatro termos do provérbio -

cabeça e cauda - forem atribuídos sinais idênticos (+ e + ou - e -) será ele interpretado globalmente como positivo; se, ao contrário, lhes forem dados sinais distintos (+ e -), terá ele um valor negativo. Em sua análise, os artigos, preposições e verbos são ignorados e, quando os provérbios não apresentam essa estrutura, ele imputa como causa a erosão do uso.

Macário Lopes critica essa interpretação, salientando o caráter arbitrário, subjetivo e não controlado que comanda a atribuição dos valores + ou -. Além disso, estatisticamente, essa estrutura quadripartida não é a mais comum. Outra crítica, encontramos em Dundes (1975), para quem a análise dos termos não pode ser realizada de forma isolada, fora da cadeia sintagmática a que pertence, abstraindo a série temática em que o provérbio se integra.

Esse autor analisa o provérbio em termos de **tópico** e **comentário** - o tópico, sendo aquilo de que se fala e o comentário, aquilo que se diz sobre o tópico. Propõe ele uma tipologia bipartida que classifica os provérbios em **equacionais** e **oposicionais**. Os primeiros apresentam uma relação de identidade entre os elementos correlacionados, muitas vezes sob forma de equação (*tal pai, tal filho*. - A = B); os outros apresentam uma relação de contraste através de uma negação (*Nem tudo o que reluz é ouro* - A # B).

Todavia, as distinções operadas por Dundes, como se baseiam nas noções de tópico e comentário que servem para qualquer asserção, tornam-se demasiado amplas, apesar de fornecerem um critério que permite distinguir o provérbio das outras expressões fixas funcionalmente inferiores à frase.

Kuusi, por sua vez, através da detecção de oposições semânticas invariantes, busca os temas universais consubstanciados nos provérbios, visando à elaboração de um sistema internacional de classificação temática. Tal tarefa revela-se muito importante e de grande auxílio para a área antropológica, no que tange à revelação

das estruturas simbólicas do imaginário humano ou na captação de um fundo arquetipo universal. No entanto, Kuusi não estabeleceu critérios lingüísticos formais e operacionais que embasassem sua análise.

Apesar de colocarmos o problema sob outro ângulo, concordamos com a crítica feita por Macário Lopes que diz respeito ao fato de que uma classificação temática satisfatória não pode se basear na apreensão intuitiva do tema. Diz ela: (...) *parece-nos que é necessário explicitar e fundamentar as diversas etapas da análise do significado do provérbio (...)* (ibid, p. 43), o que não ocorre na proposta de Kuusi.

Já Norrick (1985) monta uma matriz definitória de provérbios, com a finalidade de confrontá-lo com a anedota, o conto, a canção, etc., distinguindo-os através das seguintes propriedades:

1º) turno de conversação livre e potencial - para o autor, o provérbio tem natureza fundamentalmente conversacional e opera como uma unidade semântica autônoma e pragmática;

2º) tradicional - o provérbio é um texto que circula numa coletividade através de gerações, portanto, o uso comum o consagra, diferentemente dos slogans e clichês que são usados por algumas camadas sociais e durante um curto espaço de tempo;

3º) falado - o autor opõe o provérbio, para ele texto oral, produto de uma literatura tradicional de transmissão oral, a enunciados lapidares como o aforismo, o apotegma e o epigrama, textos fixados e propagados pela escrita;

4º) forma fixa - aqui, o autor contrapõe o provérbio a outros gêneros tradicionais, como o conto e a anedota, cuja composição se caracteriza por uma maior flexibilidade;

5º) didático - Norrick o considera sempre didático, posição oposta à de Jolles, que vimos anteriormente;

6º) geral - independentemente do fato de o provérbio ser utilizado numa situação determinada com vistas a um enunciado específico, a interpretação-padrão do provérbio é sempre genérica.

Macário Lopes, através do estudo de modalidades de referência nominal e temporal, explica que:

(...) só um texto que tematiza entidades abstratas, de estrutura antológica complexa, ou conjuntos universais de entidades encerra a virtualidade de poder ser invocado em tempos e locais distintos, mantendo por um lado, um significado generalizante, e viabilizando, por outro lado, uma permanente adequação do seu potencial de referência a cada situação concreta de comunicação (ibid, p. 432).

7º) figurativo - este traço foi incluído na matriz de Norrick para narrar a diferença entre provérbio e a **locução proverbial** (modismo ou expressão idiomática, de acordo com outras terminologias), uma vez que esta última sempre desencadeia uma leitura figurada;

8º) prosódico - é também um traço opcional, facultativo.

Além dos traços acima citados, Norrick inclui mais dois na matriz - recreativo e humorístico - que só se justificam por permitir o confronto com a anedota, o conto e a canção.

A intenção do autor em definir o provérbio através de uma matriz é a de restaurar propriedades típicas que tradicionalmente lhe têm sido atribuídas, ao mesmo tempo que procura estabelecer uma maior especificidade relativa a outras categorias ou gêneros literários transculturais (aforismos, epigramas, apotegmas) e outros itens folclóricos tradicionais (adivinha, conto, anedota e canção).

Desse trabalho o que nos interessa mais particularmente reter, tendo em vista o nosso objetivo fundamental, qual seja, o de analisar o seu funcionamento semântico-discursivo, refere-se, por ordem decrescente de importância:

- 1º) ao caráter genérico da interpretação-padrão desencadeada por ele;
- 2º) ao fato de funcionar como enunciado completo.

1.3 A perspectiva semiótica

Há trabalhos paremiológicos, porém, que buscam a elaboração de uma gramática específica dos provérbios, considerando-os signos de um sistema semiótico cultural específico regido por códigos lógico-temáticos e retóricos.

Szemerényi (1974) considera os provérbios como parte de um **sistema modelizante secundário**: modelizante, porque, junto com a arte, os mitos e o folclore podem ser analisados como conjuntos organizados de signos, permitindo a estruturação do mundo, com funções gnosiológicas e comunicativas; secundário, porque se desenvolvem a partir e segundo o modelo das línguas nativas, consideradas como sistemas modelizantes primários.

Outros trabalhos importantes, fundamentados na obra de Permyakov, segundo Macário Lopes (ibid.), o primeiro a sistematizar um modelo de abordagem semiótica do provérbio, mas cujos trabalhos infelizmente não se encontram traduzidos, são os de Permjakov (1979), Krikmann (1974), Zolkovskij (1978) e ainda Zavarin e Coote (1979).

Consideramos importante destacar alguns aspectos. Primeiramente, referiremos a proposta de Permyakov que foi posteriormente alterada por Zolkovskij (1978). Ela contém três componentes:

1º) um componente temático que se refere ao plano do conteúdo dos provérbios;

2º) um componente lingüístico, que descreve os aspectos léxico-gramaticais do provérbio;

3º) um componente referencial, responsável pela descrição das relações entre o provérbio e o mundo real.

O componente temático compreende dois níveis: o nível das oposições semânticas que configuram o tema, como por exemplo, aparência X essência, muito X pouco, limitado X ilimitado, etc., e o nível da estrutura lógico-semiótica, descrito mediante um conjunto finito de fórmulas abstratas elementares responsáveis pela articulação em moldes proporcionais do tema em questão e que representam relações imanentes entre objetos e entre propriedades e objetos, como por exemplo:

- se p tem a propriedade X, então tem também a propriedade Y;

- onde há X, há Y;

- se q depende de p e se p possui a característica X, q também possui a característica X;

- se p possui uma característica positiva e se q não a possui, então p é melhor do que q.

Esse autor postula que um determinado tema moldado numa fórmula-base pode sofrer diferentes transformações e conversões. Enquanto as primeiras alteram o significado inicial, as outras não, afetando somente a estrutura superficial.

Tal modelo é capaz de gerar, através de transformações, vários tipos possíveis de provérbios que uma determinada oposição semântica, plasmada numa determinada fórmula-base, é susceptível de desencadear. Por outro lado, elencar as conversões de uma determinada fórmula-base permite estabelecer as variações possíveis de um mesmo esquema de relações - o padrão tem, pois, caráter preditivo, por viabilizar a geração de várias formas possíveis de provérbios num domínio temático preciso. Além disso, essa abordagem teórica busca mostrar que a base paremiológica (cultural) contém todos os tipos básicos de operações lógicas e todas as categorias semânticas básicas que possibilitam ao falante articular e interpretar sua experiência.

Por sua vez, Zolkovskij (1978), buscando um melhor nível operatório e uma maior coerência interna do modelo, introduz algumas alterações, mas mantém intacto o componente temático e a formulação dos temas através de oposições semânticas invariantes, moldadas em fórmulas lógicas. Com referência ao componente lingüístico, divide-o em dois: a gramática e o léxico, sendo no léxico que se estabelece a relação com o mundo real, pois através dos lexemas representamos o mundo dos objetos.

A inovação apresentada por Zolkovskij refere-se à introdução de um novo componente, o poético, que possibilitaria a descrição de elementos expressivos, uma vez que, freqüentemente, a formulação lógica inicial de um enunciado é alterada, através do processo de derivação textual, caracterizando uma elaboração poética. Assim, questões como a motivação do significado global dos provérbios, os paralelismos sintáticos e fonéticos que o caracterizam e a expressão de verdades filosóficas gerais através de asserções particulares, entre outras, demandam a construção de instrumentos descritivos que sistematizem os processos expressivos presentes no provérbio. Surge, então, a idéia de um conjunto

finito de mecanismos expressivos - **expressive devices** (ED) - que operariam entre o tema e o texto proverbial mediante o processo de derivação.

Esses mecanismos constituir-se-iam de um conjunto de regras retóricas que descreveriam as diferentes figuras através das quais o tema é elaborado.

Resumindo a proposta de Permjakov/Zolkovskij, podemos dizer que:

1º) um mesmo tema pode ser expresso por diferentes provérbios;

2º) esses diferentes provérbios constituem-se em diferentes projeções textuais de uma mesma estrutura lógica profunda;

3º) uma estrutura lógica está submetida a um conjunto não uniforme de regras de projeção, umas de natureza léxico-gramatical, outras do tipo retórico.

Dessa forma, surgem paradigmas de provérbios sinônimos, paráfrases co-variantes de um mesmo significado invariante, mais abstrato e geral.

Macário Lopes apresenta uma crítica ao modelo de Permjakov/Zolkovskij no que se refere à estrutura lógico-semiótica. Assim se posiciona a autora:

*O aspecto mais controverso desta proposta prende-se com o estatuto ambíguo daquilo que os autores chamam de 'estrutura lógico-semiótica'. Assimilá-la à forma do plano do conteúdo equivale a admitir que ela coincide com o significado do provérbio, o que só se justifica se considerarem os provérbios como signos de uma 'semiótica conotativa', regida por códigos lógicos-temáticos e retóricos específicos: tendo como suporte significante as línguas naturais, os provérbios veiculariam conteúdos gnosiológicos e comunicativos substancialmente distintos dos significados literais dos enunciados utilizados, e passíveis de serem formulados numa metalinguagem universal. Mas tal hipótese é invalidada pela existência de provérbios que só admitem uma interpretação literal, o que nos leva a questionar esse tipo de abordagem. Pensamos que é viável analisar o provérbio como **mero enunciado ou texto lingüístico**, (O grifo é nosso) desde que se estabeleça claramente uma distinção prévia entre **significado e interpretação**: a apreensão do significado decorre*

exclusivamente da competência lingüística do falante; a interpretação envolve a atuação de mecanismos inferenciais baseados no conhecimento enciclopédico que os falantes têm acerca do mundo, a captação da intenção comunicativa do locutor, o processamento de operações cognitivas que viabilizam o cálculo dos níveis indiretos ou figurados da significação. Parece-nos, pois, possível descrever o funcionamento dos provérbios conjugando os instrumentos operatórios da semântica e da pragmática lingüísticas; como corolário, o recurso à noção de 'sistema modelizante secundário' não se nos afigura imprescindível (ibid. p. 51). (O grifo é nosso)

A transcrição de uma passagem tão extensa justifica-se na medida em que apresenta aspectos importantes a serem analisados e discutidos. Ressaltando a opção teórica da autora - ela expressa claramente que seu trabalho se situa no âmbito da semântica e da pragmática lingüísticas e, conseqüentemente, os seus objetivos são outros que não os dos autores citados - e a sua contribuição extremamente fecunda aos estudos sobre provérbios, algumas reflexões se impõem, principalmente para quem, como nós, pretende articular o lingüístico e ideológico e ainda crê numa certa motivação entre o plano da forma e o plano do conteúdo.⁴

Em primeiro lugar, pelo que nos foi dado a entender, a autora diz que a estrutura lógico-semântica tem estatuto ambíguo. Acreditamos que essa ambigüidade se refira à acoplagem realizada na expressão **lógico-semiótica** entre a forma do plano da expressão (estrutura lógica) e a forma do plano do conteúdo (estrutura semiótica), uma vez que os autores, em seu modelo, deixam claro que tal estrutura faz parte do componente temático e, portanto, localiza-se no plano do conteúdo.

A essa interpretação de ambigüidade, junta-se a questão da conotação, que é a tônica da sua crítica, haja vista que o modelo proposto refere-se a uma **semiótica conotativa**⁵, onde se encontra implicado o componente cultural que a autora pretende descartar de sua análise.

Como vimos, ela nega a possibilidade de generalização do fato de os provérbios veicularem conteúdos gnosiológicos e comunicativos distintos dos significados literais utilizados e passíveis de serem formulados numa metalinguagem universal, por existirem provérbios que só admitem uma interpretação literal. Na realidade, o que está sendo negado é a possibilidade de uma motivação entre o plano da expressão e o plano do conteúdo, como veremos a seguir.

Considerando a incerteza do estatuto da oposição denotação/conotação, aliada ao fato de essa oposição estar atrelada à dicotomia língua/fala⁶, como também a tipicidade marcada dos provérbios que os distingue dos demais enunciados lingüísticos, inclinamo-nos para a proposta de Permjakov/Zolkovskij que postulam a existência de um código específico - uma semiótica conotativa.

Para nós, essa tipicidade densamente marcada, neste quadro, é de natureza conotativa, uma vez que se destaca e se distancia dos demais enunciados lingüísticos. Nossa afirmação apóia-se em Fontanier:

O que são as figuras do discurso em geral? São as formas, os traços ou os contornos mais ou menos assinaláveis e de um efeito mais ou menos feliz pelos quais o discurso, na expressão das idéias, dos pensamentos ou sentimentos, se afasta mais ou menos do que é a expressão simples e comum (apud Ricoeur, 1983, p.86).

Ricoeur (ibid) complementa dizendo:

A figura pode ser indiferentemente referida à palavra, à frase, ou aos traços do discurso que expressem o movimento do sentimento e da paixão. (O grifo é nosso)

Aí está o ponto de encontro entre **motivação** e **conotação**. O que são a motivação e a conotação senão uma relação de solidariedade entre a forma significante - que não se esgota no léxico - e a realidade para a qual remetem?

Assim, independentemente do fato de os nossos postulados teóricos serem outros, acreditamos na singularidade do código utilizado nos provérbios, defendida por Permjakov/Zolkovskij. Não é à toa que qualquer um o reconhece como tal. Não discutiremos se a estrutura lógico-temática só pode ser ligada ao plano do conteúdo através de uma semiótica conotativa; o que pressupomos, no entanto, é a possibilidade de unir a forma do plano do conteúdo à forma do plano da expressão.

Para nós, a estrutura formal daquilo que é expresso mantém alguma ligação com o recorte conceitual operado na forma do plano do conteúdo. Esse recorte conceitual, no caso dos provérbios, vem marcado pelo ideológico, - basta atentarmos para a submissão e o conformismo que eles disseminam - que se projeta na superfície do discurso proverbial através de uma organização peculiar dos elementos lingüísticos, tipificando-o.

Assim, para nós, a conotação não ocorre apenas em termos lexicais. Se ela depende da atitude emotiva do sujeito e geralmente, quando buscamos caracterizá-la, fazemos apelo a esse fato, por que tal atitude se manifestaria apenas no léxico? Por que não pensarmos que esse componente emocional encontra-se também marcado, por exemplo no ritmo e na própria organização dos elementos frásicos?

Além disso, como bem assinalam Gallisson e Coste *estas conotações não são só traços individuais, mas também culturais, sociais, históricos, etc.* (1983, p. 152). Assim, a conotação pode ultrapassar o indivíduo e ser produto de determinações culturais, sociais, históricas, etc., o que ocorreria com os provérbios.

Dentre os trabalhos de cunho estritamente lingüístico, temos o de Kleiber (1989) que, em certa medida, apresenta uma reflexão paralela à de Macário Lopes, o de Cram (1983) e o de Schmidt-Radefeldt (1984). Iremos nos deter um pouco no de Kleiber, uma vez que, buscando uma hipótese definitiva de base semântica para

os provérbios, enfoca um aspecto que nos interessa particularmente: a generalidade.

Kleiber considera o provérbio um nome, no sentido lógico-filosófico do termo: um **nome** é um signo que nomeia os objetos do real. Assim, qualquer unidade codificada que se associa na memória a um referente ou a uma classe de referentes, pode ser considerada um **nome**. Para ele, os provérbios são unidades codificadas, cuja fixidez formal corresponde a uma fixidez semântico-referencial.

Sua reflexão assemelha-se a outras concepções apresentadas anteriormente que analisam os provérbios como unidades fraseológicas. Todavia, ao delimitar o objeto de referência dessas unidades convencionais, acrescenta algo de original, focalizando a generalidade, característica tipicamente proverbial. Nunca há, no provérbio, referência a um indivíduo ou a um grupo de indivíduos específicos e determinados, nem tampouco à descrição de situações ou estados episódicos.

Seguindo Riegel (1987), Kleiber concebe que os provérbios predicam alguma coisa acerca da espécie humana, configurando situações e comportamentos típicos do homem. Diz ele que os provérbios são frases centradas no homem que denotam situações genéricas, não ancoradas no espaço e no tempo. Daí seu caráter gnômico. Como os provérbios não se referem a fatos episódios, mas consistem em asserções sobre regularidades estruturantes do mundo, as informações por eles veiculadas persistem e não são invalidadas por contra-exemplos. Assim, se tais asserções não são discutíveis, é porque possuem o estatuto de verdade, de compatibilidade com a realidade e de exatidão. É, pois, uma das obras (ou manobras?)-primas do Poder para propagar a submissão.

Do que vimos até aqui, importa reter os seguintes pontos sobre o provérbio:

1º) tem estatuto axiológico, jurisdicional, anônimo e institucionalizado, caracterizando-se como argumento irrefutável e de evidência incontestável;

2º) é genérico, porque se refere a coisas típicas da espécie humana e não de indivíduos particulares;

3º) apresenta maior autonomia semântica do que as demais unidades lingüísticas;

4º) é um discurso citado, portanto tem estatuto de discurso alheio;

5º) tem função mnemônica, fruto de sua fixidez formal e semântico-referencial;

6º) sua estrutura formal é breve e concisa, conferindo-lhe autoridade;

7º) tem caráter gnômico, pois seus elementos não estão ancorados no espaço e no tempo.

Em que pesem aspectos que mereceriam crítica e aprofundamento maior em termos lingüísticos e/ou pragmáticos, assume vital importância para o presente trabalho os que foram acima destacados, na medida em que apontam mais diretamente para uma ligação entre a materialidade lingüística - nível intradiscursivo - e o substrato ideológico - nível interdiscursivo.

1.4 O discurso proverbial e o senso comum

Os traços acima destacados assinalam o caráter proléptico do discurso proverbial, caracterizando-o como um tipo específico de discurso de ação controladora. Funciona como um censor moral ou uma espécie de guia de consciência que fornece ao sujeito ou lhe impõe modelos de conduta. Esses modelos fazem parte do sistema de valores que correspondem à ideologia dominante.

Dessa forma, o comportamento do sujeito é, de forma imperativa, normatizado e estandardizado de acordo com o princípio da temperança que, segregando as paixões, privilegia a sobriedade, o comedimento, a parcimônia e a economia. Tudo gira em torno da moderação e do autocontrole, contribuindo para

o desenvolvimento do conformismo e para o estabelecimento de uma homogeneização da conduta social

Historicamente, esse discurso privilegiado - *vox populi, vox Dei* - teria sido usado por filósofos e sábios da Antigüidade para enunciar seus preceitos. Só na Idade Média, porém, é que passou a ter uma divulgação extraordinária e, em decorrência, popularizou-se consideravelmente (cf. Cortes - Rodrigues, 1982).

É interessante notar que, nas sociedades ocidentais, essa popularização coincidiu com a emergência do Estado e, conseqüentemente, com a emergência do sujeito-de-direito que substituiu o sujeito religioso. Portanto, podemos supor que, espelhando atributos como justiça, moral, religião e outros valores culturais, necessários para legitimar o poder, os provérbios serviram e servem à ideologia dominante e, assim sendo, a sua popularização na Idade Média não foi casual.

Lagazzi (1988), baseada em Haroche (1992), mostra que a emergência do sujeito de direito, responsável, encontra-se ligada à emergência do Estado que, por sua vez, encontra-se ligada às modificações econômicas ocorridas a partir do século X.

Com o estabelecimento de uma economia artesanal e urbana, surgiu a reivindicação de direitos e liberdades pelos artesãos, mercadores e camponeses, o que fundamentou o poder jurídico e constituiu o sujeito de direito, com uma nova forma de assujeitamento - anteriormente, o sujeito submetia-se à ideologia cristã.

Instalado o poder jurídico, criou-se um tipo de ambigüidade no sujeito, pois, ao mesmo tempo em que se concebia como ser único e responsável, era e é concebido como ser **intercambiável perante o Estado** (Haroche, 1992) isto é, um cidadão comum, mediano, como todos os outros.

A aparente homogeneidade que oculta a heterogeneidade constitutiva dos seres humanos, calando, pois, as suas diferenças e particularidades, interessa ao poder do Estado numa sociedade capitalista. São criados, então, mecanismos hegemônicos que controlem o comportamento dos indivíduos e lhes dêem uma coerência, o que é conseguido através do senso comum.

Gramsci (1989), em sua obra *Concepção dialética da história*, apresenta seu conceito acerca da dimensão ideológica da dominação de classe na sociedade capitalista. Distingue dois momentos: o primeiro, o da dominação econômica ou o da dominação do capital sobre o trabalho, quando há a exploração das classes subalternas, o que determina a disputa pela hegemonia, expressa na política; o segundo, o da dominação político-ideológica, agenciado pelo aparelho ideológico do Estado, que defende os interesses da classe dominante.

Esse agenciamento, ou se faz pela repressão (o exército, a polícia, etc.) ou pela dominação ideológica que produz um consenso social que adere ao rumo imposto à sociedade pela classe dominante. Distinguem-se, então, em Gramsci, dois tipos de hegemonia: uma hegemonia de domínio, de caráter coercitivo; e uma hegemonia ditada pela direção intelectual e moral, de caráter persuasivo.

No primeiro caso, o acesso ao poder dá-se pelo uso da força; no segundo caso, implica a utilização de meios ideológicos que envolvam o indivíduo por todos os lados, num processo de possessão ou incorporação que determina o seu pensar, o seu falar e o seu agir, sem que o mesmo dele se aperceba. Junto com Macciocchi (1976), dizemos que, nesse caso, a hegemonia assemelha-se a uma prisão cujas grades são tanto mais eficazes quanto menos visíveis se tornam.

De acordo com Gramsci, a dominação é exercida basicamente por dois fatores: pela interiorização da ideologia dominante nas classes subalternas e pela ausência de uma visão de mundo coerente e homogênea dessas mesmas classes,

impossibilitando-lhes a autonomia. Elas estão ainda presas ao senso comum, à religião e ao folclore e, não possuindo uma visão de mundo particular e condizente com as suas reais condições de vida, tornam-se vulneráveis às determinações ideológicas da classe dominante. Para ele, a dominação ideológica é subordinação intelectual. Assim, é através do senso comum que as classes dominantes imprimem uma direção à sociedade e asseguram a unidade ideológica.

Segundo o autor, o senso comum integra-se ao que se chama de **concepção do mundo**, que pode ocorrer de forma ocasional e desagregada ou de forma coerente e homogênea. O senso comum, junto com a religião e o folclore, por exemplo, estariam localizados no primeiro caso e se traduziriam tanto como formas de um conformismo imposto pelo ambiente exterior (ideologia dominante) e por outros grupos sociais, quanto constituiriam uma herança cultural desagregada e banalizada.

Diz ele:

Quando a concepção de mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa, nossa própria personalidade é composta de uma maneira bizarra: nela se encontram elementos dos homens das cavernas e princípios da ciência mais moderna e progressista; preconceitos de todas as fases históricas passadas, grosseiramente localizadas e intuições de uma futura filosofia que será própria do gênero humano mundialmente unificado (ibid., p.12).

Mochcovitch (1992), explicando a visão de Gramsci sobre senso comum, caracteriza-a como uma adesão total e sem restrições a uma concepção de mundo que fomenta um conformismo cego e uma obediência irracional a princípios e preconceitos indemonstráveis e não-científicos, funcionando no plano da crença e da fé.

Essa concepção desagregada de mundo coloca-se ou como um conjunto de opiniões aceito pela maioria dos indivíduos ou como verdade natural, patrimônio da razão humana, acima de qualquer sistema vigente, seja de que natureza for (política, religiosa, etc.). Dessa forma, evita o confronto com o poder vigente e contribui para o assujeitamento do sujeito.

No primeiro caso, o senso comum estaria ligado a uma visão filosófica materialista, seria algo como um espírito objetivo. É o que podemos chamar de **senso comum constituído**. Já, no segundo caso, estaria ligado a uma visão filosófica idealística, seria uma espécie de razão natural. Teríamos, então, o **senso comum constituinte**. Segundo Lagazzi (ibid.), aceitar essa última acepção seria negar seu caráter social, ideológico e histórico.

O senso comum constituído traduz-se num sistema cultural que rege a vida cotidiana e as relações interpessoais, numa época e num determinado meio e traz implícita a idéia de homogeneização. Gramsci (1989) diz que o senso comum apresenta-se como dogmas avulsos, uma vez que tem múltiplas origens, sendo todas, porém, contingentes.

Angenot chama, a esse conjunto de opiniões, crenças, princípios que está a serviço da ideologia, de doxa. Ela é formada pelo conjunto de todos os pré-construídos argumentativos quase universais. Diz ele:

A doxa é algo que gera a evidência, aquilo que não procura persuadir senão os que já são da mesma opinião, mas que ignoram os fundamentos de sua crença; aquilo que é impessoal mas entretanto necessário para pensar aquilo que se pensa e dizer aquilo que se tenta dizer⁷ (1988, p. 89)

Para ele, a temática do discurso traduz-se como a configuração de hegemonia - terminologia de Gramsci, como vimos, usada para se referir às

dominâncias interdiscursivas, às maneiras de conhecer e de significar o conteúdo que são próprias de uma sociedade e que transcendem a divisão dos discursos sociais - como os saberes de aparato, os problemas pré-construídos, os interesses ligados aos objetos cuja existência e consistência não causam dúvida, uma vez que todo mundo os fala.

Todavia, como afirma Barthes (1978) é preciso desconfiar de tudo que pareça evidente, daquilo que se apresenta como senso comum. Essa mesma idéia encontramos em Nietzsche:

*A tudo aquilo que o homem permite tornar visível, pode-se perguntar: o que quer esconder? De que quer desviar o olhar? Que preconceito quer evocar?*⁸ (apud Angenot, 1988, p.96).

Assim, o discurso proverbial, como a expressão do senso comum, exprimindo uma determinada visão de mundo, sob a forma de supostas verdades omnitemporais e veiculando normas de conduta consensualmente admitidas pela sociedade, o que esconde? E o que esconde pode ser desvelado através do humor? Iniciaremos o percurso dessas respostas, apresentando os estudos feitos sobre alterações de provérbios.

2 O DISCURSO DAS ALTERAÇÕES PROVERBIAIS

2.1 Os estudos sobre alterações proverbiais

Na introdução do presente estudo, foi colocado que tomamos contato apenas com dois trabalhos que versam especificamente sobre desvios de provérbios. O primeiro, de Grésillon e Maingueneau, preocupa-se com os desvios que atestam a adesão ou cumplicidade com os saberes estabelecidos, por um lado, e, por outro, com aqueles que denotam uma atitude antagônica com esses saberes. No primeiro caso, trata-se da **estratégia de captação**; no segundo caso, trata-se da **estratégia de subversão**, como veremos a seguir.

Já o trabalho de Castro focaliza a estratégia de subversão. Deixamos, entretanto, registrado que a autora embasa sua análise não só em Grésillon e Maingueneau, mas principalmente em Ducrot .

2.1.1 A proposta de Grésillon e Maingueneau

No capítulo anterior, foram apresentados estudos que focalizam o provérbio como discurso citado. É o caso também do artigo de Grésillon e Maingueneau (1984). Os autores partem dessa concepção e, ligando-a ao conceito de polifonia, buscam explicar os desvios de provérbios. Baseando-se em

Greimas, para quem o discurso proverbial é a tomada voluntária pelo locutor de uma voz que não é a sua e, portanto não lhe pertence, afirmam que o provérbio é o discurso citado por excelência.

Para eles, é um caso de polifonia diferente da polifonia ordinária, uma vez que, na elocução de um provérbio, a voz do locutor é a mesma voz de todos os outros que o precederam e o enunciaram anteriormente e não a de um outro locutor específico. Assumindo a posição de Berrendonner, para quem o provérbio pode ser catalogado entre os fenômenos de **menção**⁹, os autores consideram-no como **enunciação-eco**, visto que o enunciador repete, imita enunciações anteriores do mesmo provérbio.

Dessa forma, o locutor de um provérbio é também seu enunciador, assumindo a opinião comum, sabedoria das nações. Na perspectiva polifônica, o "ON" do francês, característico da forma proverbial e representante dessa sabedoria das nações, é um personagem que participa do processo enunciativo, validando uma primeira asserção, E_0 , cuja verdade é pressuposta por uma segunda, E_1 . Dado o seu caráter generalizante, o locutor, ao enunciá-lo, maximiza a validade de seu dizer, uma vez que se investe da autoridade que lhe é conferida pelos locutores da língua.

Essa interpretação polifônica vale-se de fatores lingüísticos e extralingüísticos: lingüísticos, porque o provérbio possui propriedades específicas que o distinguem de outros enunciados lingüísticos, fato também apontado nos estudos citados anteriormente; extralingüísticos, porque pertence a um estoque de enunciados reconhecidos como tais pelos usuários de uma língua.

Considerando esses fatores, os autores definem **desvio** de provérbios como um enunciado que possui as marcas lingüísticas da enunciação proverbial, mas que não pertence ao estoque dos provérbios conhecidos. Distinguem dois gêneros diferentes: o lúdico e o militante. O lúdico caracteriza-se por ser um jogo de

palavras, não tendo caráter ideológico, político, etc.. Já o militante, procura ou conceder autoridade a um enunciado, ou arruiná-la em nome de interesses diversos¹⁰.

Restringindo-se ao desvio militante, subdividem-no em duas estratégias: a estratégia de captação e a estratégia de subversão. A primeira serve-se da estrutura semântica do provérbio, valendo-se da voz da autoridade, aceita por todos, para validar enunciados. A outra, ao contrário, mostra a contradição implicada entre o sentido veiculado pela enunciação da estrutura original e o sentido da enunciação da estrutura resultante do desvio.

Para estudá-las, Grésillon e Maingueneau propõem dois níveis. Um refere-se ao desvio das condições genéricas de enunciação proverbial, que ocorre quando a alteração obedece aos aspectos lingüísticos e retóricos do enunciado proverbial, e o outro, ao desvio de um provérbio já atestado, que acontece quando a alteração, além de seguir os aspectos lingüísticos e retóricos gerais, remete claramente a um provérbio conhecido. Denominam condições genéricas a reunião de condições formais (sintáticas, prosódicas, etc.) e de condições de emprego, alguns traços pragmáticos. Essas últimas impõem que aquilo que é dito deve ser uma verdade de **bom senso**, dirigida a um alocutário universal, a fim de que possa ser sustentada pelo "ON" da sabedoria das nações.

Sua análise baseia-se nas seguintes regras:

1º) nível das condições de emprego - uma captação será bem sucedida se E_1 estiver próximo das verdades veiculadas habitualmente pelos provérbios. Em contrapartida, uma subversão deverá apresentar nitidamente uma contradição entre as verdades proverbiais usuais e o conteúdo de E_1 ;

2º) nível do significante - quanto maior a similitude entre E_0 e E_1 , mais forte será o efeito obtido;

3º) nível do significado - uma captação terá mais sucesso quanto maior a convergência semântica entre E_0 e E_1 .

Considerando tais regras no estudo das duas estratégias propostas, os autores concluem que tanto uma quanto outra configuram-se como uma **prática de máscara** que manifesta freqüentemente posições ideológicas fundamentais.

Se por um lado, a estratégia de captação vale-se da autoridade do provérbio na tentativa de revelar uma verdade desconhecida como no caso dos "slogans", compactuando com ele, por outro, a estratégia de subversão destrói a autoridade, desvelando a armadilha que aprisiona o indivíduo. Segundo os autores, (...) *o provérbio não é senão um paradigma de um uso perverso da linguagem, ligado a uma ordem do mundo falaciosa que a poesia deve fazer explodir*¹¹ (ibid, p.125).

A perspectiva de Grésillon e Maingueneau, de acordo com os próprios autores, é deliberadamente lingüística, restrita a fenômenos microestruturais, isto é, aos tipos de desvios referentes à forma de E_0 .

Já Genette (1982), na obra *Palimpsestes* onde expõe a sua teoria da hipertextualidade, adotando uma visão mais global e genérica, pois trata dos diferentes tipos de derivação de texto não sutil, concebe os desvios proverbiais como paródias breves. Ele investiga as relações entre textos nas quais um deles, o hipertexto, deriva de outro, o hipotexto. Essa derivação pode ser de duas ordens: uma intelectual, cognitiva, quando um texto fala de outro texto; outra criativa, ficcional, quando um texto transforma ou imita outro. Nesse caso, sua existência depende exclusivamente da existência de outro texto.

O autor considera os desvios proverbiais, junto com o travesti e o pastiche, formas de derivação declaradas publicamente. Quando fala especificamente das

transformações lúdicas e paródias breves, refere-se aos provérbios deformados pela substituição de palavras esperadas e destaca que o hipotexto, no caso o provérbio-fonte, deve-se revelar sob a transformação. Cita processos utilizados por praticantes da paródia lúdica, como a permutação lexical interna (troca de lugar das palavras do hipotexto ou troca por antônimos), translação lexical, transformação homofônica, etc., que mantêm a extensão do hipotexto no hipertexto. Essas transformações, segundo o autor, seguem uma certa restrição formal ou uma certa intenção semântica.

Dessa forma, como não apagam os traços no nível do significante que remetem ao provérbio de origem, estabelecem a sobreposição de novos significados, cuja característica fundamental é a incongruência, responsável pela instauração do humor. Subjacente a essa sobreposição de significados incompatíveis, sob o nosso ponto de vista, encontram-se posições de sujeito diferenciadas. Em outras palavras, as transformações, apesar de se localizarem na superficialidade discursiva, devem ser vistas como índices da assunção de determinadas posições do sujeito.

2.1.2 A proposta de Castro

Castro (1990) faz um levantamento exaustivo dessas transformações, concebendo-as como procedimentos lingüísticos cuja descrição possibilitaria explicar o fenômeno irônico como um efeito de sentido que emana do próprio texto. Enquadra as alterações estudadas na classificação proposta por Grésillon e Maingueneau: desvio de provérbio atestado e desvio nas condições genéricas.

No primeiro caso, é o que ocorre entre o provérbio-fonte e o texto derivado. Há a criação de um novo texto através de diferentes transformações:

repetição de toda estrutura ou de parte dela, operações internas de trocas, substituições lexicais e acréscimo de elementos. A autora salienta que, nesse caso, o provérbio explora o valor conotativo de seus elementos, enquanto a alteração apresenta também valores denotativos. Já nos desvios nas condições genéricas, que dizem respeito à relação estabelecida entre o padrão virtual do provérbio e a alteração, há o predomínio do que chama não-conotação.

Considerando a noção de desvio importante não só por marcar o caráter parodístico das alterações, mas principalmente por possibilitar a explicação da ironia como efeito de sentido inscrito no próprio texto, Castro baseia a sua análise na descrição dos planos de expressão e conteúdo, valendo-se, além dos princípios da teoria polifônica de Ducrot (1987)¹², das suas noções de posto, pressuposto e subentendido, acopladas ao critério de pares opostos da semântica estrutural de Hjelmslev (1971).

Basicamente, sua análise dos desvios de provérbios atestados e dos desvios nas condições genéricas refere-se a duas categorias denominadas **jogo de vozes** e **efeitos de sentido** que se encontram subdivididas nos dois planos acima citados: o da expressão e o do conteúdo. No jogo de vozes dos desvios de provérbios atestados, o primeiro plano encontra-se subdividido em **expressão pressuposta**, que é o provérbio-fonte, e **expressão posta**, onde se efetiva a análise da estrutura frasal, da estrutura rítmica binária, da estrutura verbal e a determinação da oposição lexical.

No segundo plano, promovendo uma articulação entre as noções de locutor e enunciador e as noções de posto, pressuposto e subentendido, dirige a análise da seguinte forma:

1º) no conteúdo pressuposto que se refere ao provérbio-fonte, distingue as figuras do locutor impessoal/enunciador, representante da crença popular (E₀), e o locutor impessoal/enunciador, representante do conhecimento proverbial (E₁);

2º) no conteúdo posto, que se refere à alteração, distingue também duas figuras: a do locutor responsável/enunciador, representante da oposição à crença popular (E₂), e o locutor responsável/enunciador, representante do sujeito do conhecimento proverbial (E₃);

3º) no subentendido, utiliza-se dos termos "embora", "na verdade" e "logo" para estabelecer o processo de encadeamento que o caracteriza segundo Ducrot (1987). Por exemplo, na alteração *Cada porco em seu chiqueiro*, cujo provérbio-fonte é *Cada macaco no seu galho*, a determinação do subentendido dá-se da seguinte forma:

embora: cada um deva se limitar às suas capacidades
na verdade: os medíocres devem se restringir aos seus limites também
logo: não há perspectiva para os medíocres; os medíocres devem contentar-se com os seus limites... (p. 217).

Com relação à análise dos **efeitos de sentido**, a autora destaca primeiramente, no plano da expressão, a posição original dos termos da estrutura proverbial e mostra o desvio ocorrido na superfície do enunciado (troca de posições dos termos, substituição de termos, substituição de termo por oração, etc.), demonstrando que normalmente há manutenção da mesma estrutura lingüística (dos casos analisados apenas um apresentou mudança de estrutura) e subversão do conteúdo.

Com relação ao conteúdo, estabelece os pares nocionais envolvidos nos provérbios e as suas inversões nas alterações: equilíbrio x desequilíbrio, conhecimento x ignorância, poder x submissão, etc.

Na análise dos desvios nas condições genéricas, realiza novamente o estudo da combinatória sintática dos elementos da expressão posta, seguindo os mesmos itens empregados no caso dos desvios de provérbios atestados e, na expressão pressuposta, determina se o modelo virtual de definição é de padrão nominal, padrão verbal-impessoal ou padrão verbal. Isso no plano da expressão. No plano do conteúdo pressuposto, distingue a figura do locutor impessoal/enunciador representante do sujeito do conhecimento da realidade, E_1 , atribuindo a ele o conhecimento partilhado pelos interlocutores. No conteúdo posto, apresenta duas figuras enunciativas: E_2 - locutor responsável/enunciador representante da oposição ao conhecimento da realidade e E_3 - locutor responsável/enunciador representante do conhecimento proverbial. Em E_2 , coloca a verdade da alteração que contraria o conhecimento da realidade e, em E_3 , conclui, em todas as análises, que enunciar a alteração ... *é lançar uma nova verdade a partir de determinada situação*. No nível do subentendido, utiliza o mesmo processo de encadeamento anteriormente apresentado.

Na parte da análise referente aos efeitos de sentido, a autora, considerando como característica marcante desse grupo de alterações a estrutura de definição, enquadrou-as em dois modelos virtuais de estrutura proverbial: S Vpred Pvo (sujeito - verbo predicativo - predicativo = padrão verbal) e SVC (sujeito - verbo - complemento = padrão verbal), relativos respectivamente a duas das classes de definições de Greimas, as taxionômicas e as funcionais¹³. Em função dessas duas estruturas virtuais, analisa as modificações introduzidas (acréscimos, substituições, desdobramentos, etc.) e conclui novamente, em todas as análises, que há captação da expressão, uma vez que, no plano lingüístico, há o reforço da estrutura proverbial de caráter definitório e, de forma geral, subversão, tanto do conteúdo lingüístico quanto do que chamou plano lógico-ético.

No plano do conteúdo, além disso, determina um modelo virtual de conhecimento e sobre ele constrói pares opositivos. Por exemplo, na análise da alteração *Os homens são de duas categorias: os solteiros e os loucos*, parte da oposição entre *casamento e celibato*. Destaca os traços /união/ x /desunião/, /harmonia/ x /desarmonia/, colocando em equivalência os termos /casamento/, /união/, /harmonia/. A seguir, considera que há reiteração da oposição fundamental /casamento/ x /celibato, na alteração, com inversão das demais: /desunião/ x /união/, /desarmonia/ x /harmonia/, inserção de outra oposição: /loucura/ x /lucidez/ e o estabelecimento de uma nova equivalência; /casamento/, /desunião/, /desarmonia/, /loucura/.

Se, na análise do jogo de vozes, a autora busca descrever o processo irônico através dos níveis do posto, pressuposto e subentendido, na análise dos efeitos de sentido, tenta representar os mecanismos responsáveis pela sua construção e manifestação, trabalhando, como foi exposto anteriormente, com os pares opositivos de Hjelmslev. Tais procedimentos visavam estabelecer o jogo de valores expressos no provérbio e na mudança provocada pelas máximas/mínimas.

A autora conclui que sua análise evidenciou uma superposição de vozes nos provérbios consagrados e nas alterações feitas pelo Barão de Itararé e que seu confronto possibilitou detectar a articulação irônica resultante. Baseando-se na noção de pressuposição explica:

Embora a instância posta se mantivesse em oposição à instância pressuposta, percebeu-se, com clareza, o não apagamento desta última: seus valores permanecem. Essa oposição, aliada à concomitância dos valores pressupostos, marca definitivamente o processo irônico (ibid, p.283-84).

Ressaltando, em primeiro lugar, que o trabalho de Castro revela-se uma tentativa extremamente válida para elucidar o problema relativo à caracterização da ironia como um fenômeno intratextual e, em segundo lugar, que esse fenômeno é

passível de análises divergentes, como atestam os estudos de Sperber e Wilson (1978), Kerbrat-Orécchioni (1980), Berrendonner (1981) e Ducrot (1987), colocamos em discussão um aspecto que, apesar de não se constituir em preocupação desta tese, merece uma reflexão: a localização da ironia, pela autora, na categoria da subversão, como a concebem Grésillon e Maingueneau.

Castro, com base em Hutcheon (1989), assume teoricamente a ironia como marca peculiar da paródia, entendendo-a como estratégia retórica. Assume também as alterações como paródia e a paródia como desvio, na acepção de Grésillon e Maingueneau, e baseia a sua análise no conceito de subversão, dada a ligação estabelecida por esses autores entre desvio e subversão. Todavia, Maingueneau situa a subversão, assim como a captação, no quadro da imitação, separando-a, num certo sentido, da ironia. Segundo o autor, a subversão aproxima-se da ironia, mas seus objetivos são diferentes. Assim se pronuncia:

*A subversão parece próxima da ironia, no entanto, seus objetivos são **nitidamente distintos**: enquanto a ironia, de forma paradoxal, anula o que enuncia no próprio ato de enunciar, a subversão mantém uma distância entre duas fontes de enunciação que ela hierarquiza (Maingueneau, 1989, p. 102) (O grifo é nosso)*

É óbvio que, tanto na ironia quanto na subversão, valores contraditórios são postos em questão. Porém, enquanto na ironia duas posições diferenciadas são paradoxalmente atribuídas a um **único** enunciado lingüístico e é anulada a posição expressa no posto (a que permanece é a do pressuposto), na alteração de natureza parodística, duas posições diferenciadas são atribuídas a **dois** enunciados contraditórios, o da alteração e o do provérbio-fonte (esse se encontra presente, expresso de alguma forma nos traços lingüísticos proverbiais que a alteração mantém) e é rejeitada não a expressão fonte, mas a que poderia ser considerada pressuposta, a do provérbio.

Considerando, pois, tal perspectiva, segundo a qual a alteração enquanto desvio subversor **não anula o que enuncia**, mas **rejeita o que (não) enuncia** (o provérbio-fonte), optamos aqui por conservar o conceito de subversão, enquadrando-o, entretanto, num campo mais vasto do que o da ironia, o do humor. É isso que trataremos a seguir.

2.2 O humor e as alterações proverbiais

O que pretendemos colocar em pauta neste espaço é apenas uma formulação prévia e genérica do discurso humorístico das alterações , que nos possibilite posteriormente, junto com os conceitos e princípios da AD a serem discutidos no capítulo 3 e junto com as análises efetuadas, estabelecer sua especificidade com maior rigor. É um ponto de partida.

Quando comparamos os provérbios com suas alterações de cunho humorístico, a primeira coisa que nos ocorre é que há um embate entre forças concorrentes. Isso nos conduz à questão da contradição. É inquestionável o fato de que o humor decorre de uma contradição, tese expressa desde os primórdios da estética.

Propp (1992), a partir da oposição tradicional da filosofia e da psicologia entre o sujeito - ser que percebe e conhece - e o objeto - o que é pensado e representado - repele as concepções que colocam como causa do humor contradições que se encontram ou no interior do objeto do riso, o que excluiria o sujeito agente, ou no interior do sujeito, o que excluiria o objeto. Para ele, a contradição é de outra ordem, não se localiza nem no sujeito nem no objeto, tomados isoladamente, mas sim em suas relações recíprocas, isto é, uma

contradição entre algo que se encontra no sujeito que ri e algo que está à sua frente, no objeto de seu riso.

Para ele, a primeira condição para que a comicidade e o riso¹⁴ se estabeleçam, reside

no fato de que quem ri tem algumas concepções do que seria justo, moral, correto, ou antes, um certo instinto completamente inconsciente daquilo que, do ponto das exigências morais ou mesmo simplesmente de uma natureza humana sadia, é considerado justo e conveniente.(ibid, p. 173).

A segunda condição refere-se à percepção de que existe algo fora do sujeito (o objeto) que não corresponde ao que existe dentro de si. O autor quer dizer que a natureza do riso está na observação de defeitos que ocorrem no mundo. Todavia, o autor coloca que tal condição, apesar de fundamental, não é suficiente, visto que as faltas e defeitos constatados, na maioria das vezes, não conduzem ao riso, mas ao contrário suscitam raiva ou tristeza.

Segundo o autor,

o estudo dos fatos mostra que o riso que zomba nasce sempre do desmascaramento de defeitos da vida interior, espiritual do homem. Esses defeitos referem-se ao âmbito dos princípios morais, dos impulsos da vontade e das operações intelectuais (ibid, p. 175).

A função do humor é, então, revelar os defeitos escondidos, mostrar o objeto de riso em sua exterioridade e inconsistência.

Aqui se mostram duas propriedades do humor: o desvelamento daquilo que se esconde e a inconsistência. A isso, agrega um outro aspecto, o da imprevisibilidade, quando diz:

O riso surge quando a esta descoberta se chega de repente e de modo inesperado, quando ela tem o caráter de uma

descoberta primordial e não de uma observação cotidiana e quando ela adquire o caráter de um desmascaramento mais ou menos repentino (ibid).

Tchernichévski também compartilha da mesma idéia: *Sua essência é (...) a inesperada e rápida aproximação de dois objetos que por sua natureza pertencem a duas esferas conceituais diferentes.* (apud Propp, 1992, p. 179) Além disso, identificamos nessa afirmação um ponto de contato com os estudos feitos na área da lingüística textual que lidam com as estruturas cognitivas. Citamos aqui Koestler (1964), Norrick (1986) e Raskin (1987), entre outros.

Koestler introduz a noção de choque bissociativo que significa a incompatibilidade entre dois frames¹⁵ (conjuntos de conhecimentos que são armazenados na memória sob um certo rótulo mas sem ordenação temporal ou causal) que são autoconsistentes mas inconciliáveis. Esse termo foi criado por operar uma diferenciação entre as habilidades de pensamento que se situam num só plano e o ato criativo que se estabelece sobre mais de um plano. No rastro da teoria da bissociação, Norrick considerou-a como conflito de esquemas (conjuntos de conhecimentos armazenados na memória em seqüência temporal ou causal). Já Raskin explicita a partir de sua teoria do humor baseada em "scripts" (conjunto de conhecimentos armazenados na memória referentes a estereótipos de uma dada cultura), as estratégias utilizadas para preencher a ausência de elementos partilhados que são necessários para que o humor se estabeleça em determinada situação.

Voltando a Propp, temos ainda a dizer que ele explora uma questão que se liga diretamente à psicanálise: o sentimento de prazer e satisfação provocado pelo humor que desencadeia o riso. Fala no alívio da tensão e que esse alívio seria oriundo da satisfação. Tal aspecto foi focalizado por Freud (1977), que deu início aos estudos sobre o humor na área psicanalítica e considerou-o como um dos

modos de liberação de tensões ou como depreciação. Reconheceu-o também como fenômeno social.

Segundo Freud, formamos censores nas nossas mentes que funcionam como barreiras contra pensamentos proibidos. A maioria das piadas são histórias para burlar nossos censores. Para nós, esses censores surgem devido ao fato de que toda a sociedade engendra, através de seus mecanismos de poder (ver segunda parte, item 1) sistemas de coerções ou interdições que são imputados e introjetados nos indivíduos (sem que eles o percebam), para que saibam o que não devem fazer, o que não devem pensar e o que não devem dizer. Dessa forma, a sua postura é de bloqueio, enquadrando-se no estabilizado e no aceitável.

Quando, porém, a ação da censura se afrouxa e há um fluxo mais livre de pensamento, surgem idéias incoerentes e inusitadas. É o que ocorre nos sonhos e similarmente nas piadas. É aí que lidamos com as contradições. As alterações são um exemplo disso, interligam enunciados contraditórios servindo-se da similaridade para introduzir o diferente. Esse diferente, em geral, ao divergir dos padrões socialmente impostos, provoca a ruptura.

O humor, nessa concepção, é agente de mudanças sociais, uma vez que torna explícitas as diferenças com o preestabelecido e a razão imposta ideologicamente. Faz emergir o desejo inconsciente que movimenta e desestabiliza o racional e os esquemas armados com o fito de manter a ideologia dominante e assim libera as tensões psíquicas.

Dessa forma, existem, por um lado, normas sociais de comportamento e, por outro, espaços que possibilitam a externalização do contraponto dessas regras. Nada mais elucidativo de tal confronto do que o discurso proverbial e o discurso das alterações. O primeiro é a censura, é a norma, é o poder, é o estabelecido e o legitimado. O segundo é o desejo, é a ruptura, é o ilegítimo.

Assim, nossa concepção de humor envolve:

- 1º) uma dualidade constitutiva, a contradição;
- 2º) um processo desmistificador, porque geralmente desvela o que se esconde;
- 3º) a imprevisibilidade;
- 4º) a liberação de tensões;
- 5º) a ruptura com o estabelecido;
- 6º) a introdução do diferente.

Com base no exposto, o discurso humorístico das alterações pode ser melhor definido. Partiremos da constatação de que é um discurso que fala antagonicamente sobre outro discurso. Perverte o sentido do discurso para o qual remete, denunciando a duplicidade e a contradição. Enquadra-se na imitação, na acepção de Maingueneau (1989), dentro da categoria da subversão e, assim, pode ser situado também na concepção da paródia.¹⁶

No discurso parodístico, há um distanciamento ou deslocamento completo entre o discurso de origem e o imitativo, provocado pela inversão de sentido. Na maioria das vezes, traz embutido uma crítica social e/ou histórica. Aí, então, a introdução do diferente, daquilo que, na área literária, chama-se **estranhamento**.

Dois planos devem ser considerados neste tipo de discurso: o plano do discurso parodístico (o das alterações) que se dá "in praesentia" e o plano do discurso parodiado (o dos provérbios) que ocorre "in absentia". O primeiro caracteriza-se, podemos dizer, por uma continuidade semântica, pois compactua e repete os valores sociais legitimados, o segundo, pela descontinuidade, pelo caráter contestador.

Os aspectos aqui tratados, de forma rudimentar, serão retomados e aprofundados posteriormente. Queremos, entretanto, destacar que o fulcro de

nosso trabalho é a contradição envolvida entre desejo e censura e que a consideramos a fonte geradora do discurso proverbial e do discurso humorístico. O discurso proverbial é uma das formas, senão a mais marcante, de repressão do desejo, e o discurso das alterações, uma das formas de manifestação do desejo.

NOTAS

1. O termo "provérbio" possui vários correlatos. Entretanto, selecionamos "máxima", "provérbio", "ditado" e "adágio" em função de seu uso mais freqüente e também de sua ocorrência como objeto de estudo em autores que tentam mostrar suas diferenças.
2. A estrutura binária materializa uma das características da ideologia de ser um mecanismo de simplificação que culmina geralmente em pares mínimos fundamentais, aos quais Angenot (1982, p.113) denomina **pares nocionais**. Essas díades nocionais, que ocorrem nos provérbios - aparência X realidade, subjetivo X objetivo, real X irreal, etc. - servem de acordo com Nietzsche (apud Angenot, *ibid.*, p. 112), para fixar o homem na sua fraqueza e preservar uma ordem tanto conceptual como social.
3. Macário Lopes utilizou como "corpus" diálogos extraídos de peças de teatro de cordel predominantemente do século XVIII e textos da imprensa diária ou semanária (artigos de informação, crônicas, textos de opinião, breves notícias sobre fatos políticos, sociais e desportivos).
4. Para mantermos uma certa uniformidade na discussão, utilizaremos aqui os conceitos de Hjelmslev (1971) adotados pela autora.
5. A autora coloca que essa expressão foi usada na acepção de Hjelmslev, para quem o jogo das conotações é superior ao nível da língua só podendo ser compreendido sob uma base semiológica geral.
6. Na dicotomia saussureana, o sentido situa-se na **língua** e adquire valores afetivos na **fala**. A AD rompe essa oposição, introduzindo o termo **discurso**. Considera o sentido como efeito do discurso, isto é. construído historicamente.'
7. Citação de Angenot: *La doxa c'est ce qui va de soi, ce qui ne prêche que des convertis, mais des convertis ignorant des fondements de leur croyance, ce qui est impersonnel mais cependant nécessaire pour penser ce qu'on pense et dire ce qu'on a à dire.*
8. Citação de Nietzsche: *A tout ce qu'un homme laisse devenir visible on peut demander: Que veut-il cacher? De quoi veut-il détourner le regard? Quel préjugé veut-il évoquer?*
9. O fenômeno de **menção**, de forma bastante simplificada pode ser explicado como enunciações mantidas em outra enunciação.

10. Grésillon e Maingueneau alertam para o fato de que tal distinção apesar de apresentar problemas de fronteira, porque há desvios militantes que se efetuam somente no plano da língua, tem valor operatório.
11. Citação dos autores: *...le proverbe n'est que le paradigme d'un usage pervers du langage, lié à un ordre du monde fallacieux que la poésie doit faire exploser.*
12. Bakhtin (1981) aborda esse fenômeno em textos literários, especificamente a literatura carnavalesca, que ele qualifica de mascarada, visto que o autor assume diferentes máscaras, enquanto Ducrot (1987) busca estudá-los em enunciados que constituem o texto.
13. Greimas (apud Castro, *ibid*, p.185-186) entende por **definições taxionômicas**, as que são constituídas pelo conjunto das qualificações; **definições funcionais**, as que precisam a serventia de uma coisa, remetendo a seu valor de uso, e **definições por geração**, as que explicam os objetos por seu modo de produção.
14. Para nós, é possível os termos humor, cômico e riso serem utilizados sinonimicamente em função de suas imbricações. Ressaltamos, entretanto, que há autores que estabelecem diferenças, mas como aqui não têm valor operativo nós não as consideramos.
15. Dependendo dos autores e da linha teórica adotada, surgem diferentes termos para designar os modelos cognitivos (referem-se ao armazenamento dos conhecimentos na memória): "frames", esquemas, planos, "scripts".
16. Não entraremos em controvérsias teóricas acerca dos termos paródia, pastiche e burlesco. Remetemos, entretanto, para a obra *Palimpsestes* de Genette, já citada anteriormente. Nela, o autor faz um estudo minucioso dos fenômenos de imitação e de transformação implicados no que denomina hipertextualidade.

SEGUNDA PARTE
SITUANDO A EPISTEMOLOGIA
DA ANÁLISE DO DISCURSO

Iniciamos nosso percurso, neste capítulo, situando a AD no quadro epistemológico, organizado por Pêcheux e Fuchs (1990, p. 163), que articula três regiões:

1º) o materialismo histórico¹, definido como a teoria das formações sociais e suas transformações (nível ideológico);

2º) a lingüística, que compreende o estudo dos mecanismos sintáticos e os processos de enunciação (nível lingüístico);

3º) a teoria do discurso², entendida como a teoria da determinação histórica dos processos semânticos (nível discursivo).

Os autores destacam que estas três regiões estão atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade, de natureza psicanalítica. Ressaltam também que aquilo que lhes interessa do materialismo histórico *é a noção de superestrutura ideológica em sua ligação com o modo de produção que domina a formação social considerada* (ibid., p. 165).

O presente trabalho aí se inscreve, todavia, longe da pretensão de explorar exaustivamente todo o campo conceptual da AD. Faremos referência apenas àquelas noções e princípios que embasam a análise do "corpus" em questão. Enfocamos, de início, a questão do **poder**, que está ligada à noção de ideológico e sua implicação na constituição do sujeito.

1 A questão do Poder e a questão do Sujeito

Este tópico visa somente pontuar aspectos que sirvam para justificar a inserção do senso comum, cujo discurso encontra-se disseminado nas diferentes formações discursivas, no âmbito da AD. Cremos que isso seja possível através do alargamento do conceito de interpelação ideológica que, obviamente, acarretará repercussões nas demais noções aqui empregadas.

No primeiro capítulo, tencionamos mostrar o discurso proverbial como um dos mecanismos disciplinadores de que o **poder** se serve para propagar a submissão, melhor dizendo, funciona como um instrumento de interpelação ideológica. O conceito de **interpelação ideológica** de Althusser, utilizado posteriormente por Pêcheux (1988, p.154), refere-se ao vínculo entre o **sujeito de direito** (aquele que se relaciona de forma contratual com seus iguais) e o **sujeito ideológico** (aquele que se reconhece como indivíduo identificado), vínculo este de natureza superestrutural, determinado pela infra-estrutura econômica, entre o aparelho repressivo de Estado (o aparelho jurídico-político) e os aparelhos ideológicos de Estado.

Permitimo-nos, com base em Foucault (1992), ultrapassar as noções de aparelho repressivo de Estado e de aparelhos ideológicos de Estado, concebendo que a **interpelação** também é determinada pelos **aparelhos de saber**. Com isso, queremos dizer que o processo de assujeitamento do sujeito dá-se não só em nível de Estado como também em instâncias menores,

microestruturais, da sociedade, que ele incide em diferentes pontos da rede social, podendo ou não estar integrado ao Estado. Em suma, não se restringe a uma infraestrutura econômica, mas também tem uma base sócio-cultural.

Sob o nosso ponto de vista, o processo de interpelação é uma relação de poder, um poder disciplinador que, de acordo com Foucault (1984), atravessa toda a sociedade e está em todos os espaços sociais, hierarquizando, comparando, homogeneizando, o que significa dizer, normalizando.

Para o autor, apesar de as grandes máquinas de poder terem sido acompanhadas de produções ideológicas, o que está em seu alicerce são instrumentos reais de formação e de acumulação de saber. Isso mostra que o **poder**, para exercer-se nestes mecanismos sutis, é obrigado a formar, organizar e pôr em circulação **saberes**.

Obviamente, estamos aproximando a questão do poder, desenvolvida por Foucault, à questão da ideologia. Procuramos evidenciar, ao estabelecer essa relação, que o processo de interpelação é uma relação de poder que ultrapassa o Estado, que se encontra expandida em toda a sociedade e que penetra em nossa vida cotidiana. No seu artigo "El sujeto y el poder" (s/d), Foucault coloca que o sujeito está imerso tanto em relações de produção e de significação quanto em relações de poder muito complexas e que o **poder** não é apenas uma questão teórica, mas algo que faz parte de nossa experiência.

Essa forma de poder, que se exerce sobre a vida cotidiana imediata e que, segundo ele, classifica os indivíduos em categorias, designando-os por sua própria individualidade, unindo-os a sua própria identidade, impondo-lhes uma lei de verdade que devem reconhecer e que os outros devem reconhecer neles, é que transforma os indivíduos em sujeitos.

Os estudos de Foucault provam que há poderes periféricos e moleculares que não foram confiscados e absorvidos pelo aparelho de Estado e que não são criados necessariamente pelo Estado. Como eles se exercem em níveis variados e em pontos diferentes na rede social e podem ou não estar integrados ao Estado, não há possibilidade de delimitação de limites e fronteiras. Dele ninguém escapa.

O autor mostra que o **poder** não é uma propriedade que se possui ou não. Não podemos separar de um lado os que detêm o poder e, de outro, os que dele estão privados. Assim, não existe o **poder**, mas práticas ou relações de poder, encontrando-se disseminadas em toda estrutura social. Em contrapartida, não existe o lugar da resistência, mas pontos móveis e transitórios que também estão distribuídos por toda a estrutura social. Dessa forma, o autor mostra que os indivíduos tanto podem estar em posição de exercer este poder quanto de sofrer a sua ação. Nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, mas são simultaneamente **efeito de poder** e seu **centro de transmissão**: *O poder passa através do indivíduo que ele constitui* (1992, p.184).

Foucault (ibid.) buscou ver como funciona o poder no nível do processo de sujeição ou dos processos contíguos e ininterruptos que sujeitam os corpos, dirigem os gestos, regem os comportamentos, etc.. Visou captar a instância material da sujeição enquanto constituição dos sujeitos. Daí seu ponto de contágio com o conceito de **interpelação ideológica** de Althusser.

Segundo ele,

(...) em uma sociedade como a nossa, mas no fundo em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso (ibid., p.179).

Por isso, considerarmos o senso comum uma de suas formas e o discurso proverbial uma de suas materializações.

Assim, seguindo Foucault (s./d.), podemos dizer que esse discurso, como exercício de poder, **conduz condutas** e ordena possibilidades, uma vez que para ele o poder é menos uma confrontação entre dois adversários ou a vinculação de um com outro do que uma questão de governo, pois visa a dirigir a conduta de indivíduos ou grupos. Diz ele: *Governar, neste sentido, é estruturar o possível campo de ação dos outros* (ibid., p. 15).

Todavia, é óbvio que, se o exercício do poder **produz condutas e ordena possibilidades**, é porque há um certo grau de liberdade. Essa liberdade em Foucault é interpretada como campo de possibilidades, onde podem ter lugar diversas condutas, diversas reações e diversos comportamentos. Para ele, não há confronto direto, face a face, entre o poder e a liberdade que seja mutuamente exclusivo, a liberdade desaparecendo ali onde se exerce o poder. Existe, sim, um jogo muito mais complexo. Nesse jogo, a liberdade pode aparecer não só como condição ou pré-condição da existência do poder, mas também como seu suporte permanente. Assim, a relação de poder e a rebeldia da liberdade não podem separar-se e, no cerne dessa questão, segundo ele, encontram-se a obstinação da vontade e a intransitividade da liberdade.

O discurso proverbial e o discurso das alterações evidenciam esse jogo. Colocam, na balança, censura e desejo, ou como entende Foucault, poder e rebeldia da liberdade: o primeiro, pendendo para a censura; o segundo, para o desejo.

2 A relação entre Ideologia e Inconsciente

Aqui destacamos, como fato importante a figura da **interpelação ideológica** de Althusser (1974) ou do **assujeitamento do sujeito**, de que falamos no item anterior, concebida como a modalidade particular do funcionamento da instância ideológica relativa à reprodução das relações de produção. Através dela, o sujeito deixa-se conduzir, sem se dar conta que o seu comportamento é determinado do exterior. Ele crê exercer sua livre vontade.

Essa questão do assujeitamento do sujeito leva-nos a pensar a relação entre inconsciente e ideologia. Segundo Pêcheux (1988, p.133), o recalque inconsciente e o assujeitamento ideológico estão materialmente ligados, no interior do que poderíamos designar como **processo do significante na interpelação e na identificação do sujeito**, processo pelo qual se realizam as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção.

Baseando-se na afirmativa de Althusser, segundo a qual (...) *o indivíduo é interpelado como sujeito (livre) para livremente submeter-se às ordens do Sujeito, para aceitar, portanto (livremente) sua submissão (...)*, Pêcheux estabelece a relação entre inconsciente e ideologia. Concebe o sujeito, com S maiúsculo (sujeito absoluto e universal), como o Outro ("Autre", com A maiúsculo) de Lacan e, dessa forma, considerando o inconsciente o discurso do Outro, demonstra que o recalque inconsciente e o assujeitamento ideológico estão

materialmente ligados ao que denomina **processo do significante na interpelação e na identificação**.

Mas o que é o inconsciente e como podemos deixar mais explícita a sua relação com o ideológico? Enquanto discurso do Outro, ou desejo do Outro, ele designa a instância que subverte e descentra a consciência humana e que fala através das lacunas do discurso consciente: *penso onde não sou, portanto sou onde não penso* (Lacan, apud Vallejo e Magalhães, 1991, p. 155).

O **Outro** está numa relação de exterioridade com o sujeito, na medida em que se forma a partir de **outros** históricos. É um **Outro** anônimo, constituído pela comunidade de outros singulares. Esses **outros** são denominados em Psicanálise, de **fantasia** ou **fantasma**, que, de acordo com Laplanche e Pontalis, é

o roteiro imaginário em que o indivíduo está presente e que representa, de modo mais ou menos deformado pelos processos defensivos, a realização de um desejo e, em última análise, de um desejo inconsciente (1992, p.169).

Os autores definem o desejo inconsciente como *um dos pólos do conflito definitivo: o desejo inconsciente tende a realizar-se restabelecendo os sinais ligados às primeiras vivências de satisfação* (ibid., p. 113).

Esse fantasma não se refere apenas à realização de fantasias infantis ligadas às primeiras satisfações libidinais e articuladas do desejo recalcado que se prende à história individual do sujeito. Refere-se também aos depósitos no inconsciente dos desejos anteriores da mãe e do pai que, por sua vez, remetem aos dos seus pais e, assim por diante, numa cadeia interminável (cf. Naffat Neto, 1985).

Assim, a fórmula lacaniana de que *o desejo é sempre o desejo do Outro* deve ser vista além dos limites estritamente individuais. O **fantasma** (ou o **Outro**), está também no espaço social e sua presença é preservada no discurso e nas

posições assumidas pelos sujeitos nas formações sociais (esse conceito será tratado no item 3.1). Visto em tal perspectiva, o Inconsciente é não só espaço psíquico, mas também social.

O **fantasma**, então, mantém uma relação estreita com o desejo. Quando os dois se articulam surgem operações defensivas que estão indissociavelmente ligadas à função primeira da fantasia (a encenação do desejo), onde a interdição está sempre presente na própria posição do desejo.

Para nós, os **aparelhos ideológicos** e os **aparelhos de saber** que circulam nas diferentes esferas da sociedade são a origem dessa interdição. Eles tendem a cristalizar, a partir do instituído e do conhecido, a produção do Inconsciente, filtrando-a e direcionando-a num determinado sentido, reduzindo a ação humana a padrões socialmente aceitos. Os papéis sociais, determinados pelos aparelhos ideológicos e pelos aparelhos de saber, são máscaras que envolvem e normalizam o Inconsciente e se articulam diretamente com o sistema de produção. Eles funcionam na direção de ações socialmente permitidas ou desejáveis para a manutenção do "status quo". Em suma, têm uma função de homogeneização.

O que estamos tentando mostrar é que a ideologia (relação com o poder) e o inconsciente (relação com o desejo) mantêm uma ligação indissociável na constituição do sujeito e do sentido.

3 A MANIFESTAÇÃO DO DISCURSO

Apresentamos, a seguir, princípios e normas que, via de regra, constituem o arcabouço teórico gerador dos procedimentos analíticos utilizados em AD. Isso não deve dar a impressão de que os itens anteriores (1 e 2) foram considerados fora dessa esfera. Ao contrário, nós os compreendemos, todos, numa relação de concentricidade, visando ao mesmo ponto, qual seja o de explicar a manifestação do discurso.

O que queremos realçar ao separá-los dos demais é o enfoque teórico montado a partir da noção de **aparelhos de saber** de Foucault que, sob o nosso ponto de vista, possibilita não só introduzir a noção de senso comum na AD, fato já mencionado anteriormente, como também efetuar a articulação entre ideológico, entendido aqui de uma forma mais abrangente, e o inconsciente.

Assim, tais princípios e noções deverão ser projetados nessa ótica que concebe a interpelação ideológica não só restrita ao **aparelho repressivo** de Estado e aos **aparelhos ideológicos** de Estado, mas também resultante dos aparelhos de saber.

3.1 As formações ideológicas e as formações discursivas

Tal processo de homogeneização, colocado no item anterior, captura a linguagem e a coloca em espaços fechados. Em outras palavras, ela é

disciplinada. Dessa forma, surgem os diferentes tipos de discursos, ou melhor, surgem as diferentes **formações discursivas**.

Em *Arqueologia do Saber*, Foucault (1987) apresenta esse conceito e sua relação com o conceito de **formação social** (FS). Concebe FS como a complexidade de hiperestruturas existentes em toda sociedade, isto é, toda sociedade possui um certo número de classes e de grupos sociais que surgem da imbricação de vários modos de produção. Isso significa que entre as estruturas econômicas e a complexidade das superestruturas - ou a totalidade social, concreta e historicamente determinada, a FS - existe uma profunda interação.

Esse conceito de FS permite estabelecer as diferenças entre o pensamento de Foucault sobre **formações discursivas** (FD) e a interpretação dada por Pêcheux. Para Foucault, *é possível falar de FD cada vez que possamos localizar e definir uma regularidade entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos e as escolhas temáticas*. Para Pêcheux (1988), os aparelhos ideológicos de estado constituem simultânea e contraditoriamente, a sede e os meios de dominação da classe dominante e a sede e as condições ideológicas da transformação das relações de produção.

A diferença entre as duas concepções estabelece-se em função do conceito de formação ideológica (FI). Essa noção, segundo Pêcheux e Fuchs, serve para

caracterizar um elemento suscetível de intervir, como força confrontada a outras forças na conjuntura ideológica característica de uma FS: cada FI constitui, assim, um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são individuais nem universais, mas que se referem mais ou menos a posições de classe em conflito (1990, p. 166).

Dessa forma, a FD é o que determina **o que pode e deve ser dito** numa dada FI. É ela, então, a matriz da constituição do sentido.

3.2 A ilusão do sujeito

Essa constituição do sentido, de que falamos acima, é articulada com a constituição do sujeito por Pêcheux, através da noção de interpelação ideológica de Althusser. De acordo com o autor, o indivíduo se constitui em sujeito de seu discurso mediante duas formas: o **esquecimento nº 1** e o **esquecimento nº 2**. No primeiro caso, o sujeito tem a ilusão de ser a fonte do sentido. Esquece aquilo que o determina. No segundo caso, tem a ilusão de ter o domínio do que diz.

O esquecimento nº 1 caracteriza a **onipotência do sujeito** (*o que eu digo tem o sentido que eu quero*). O sujeito não se dá conta que os sentidos não se originam nele. Ele apenas os retoma. Já o **esquecimento nº 2** caracteriza-se pela ilusão da realidade do pensamento do sujeito (*o que eu digo só pode significar X*). É a ilusão da transparência do sentido.

Esses dois **esquecimentos** ou **ilusões** mostram que a constituição do sujeito é ideológica e psíquica. Ideológica, porque o sujeito toma uma posição dentro de sua FD que corresponde ao seu lugar na FS. Psíquica, porque, o processo de interpelação liga o sujeito, que é representação, ao imaginário, e sua constituição produz-se mediante a relação com o simbólico (cf. Indursky, 1992).

Repetindo, ainda, Indursky:

(...) estas duas regiões tão diferentes em sua essência - sujeito social dotado de inconsciente - manifestam-se conjuntamente na constituição do sujeito do discurso: é interpelado, mas acredita-se livre; é dotado de inconsciente, mas percebe-se plenamente consciente (ibid., p. 24).

3.3 O interdiscurso e o intradiscurso

Distinguem-se, no discurso desse sujeito que é produzido através dos dois tipos de esquecimento, uma base lingüística, referente ao **esquecimento nº 1**, e um processo discursivo, referente ao **esquecimento nº 2**.

A partir da análise da base lingüística e do processo discursivo, podemos chegar à FD do sujeito. Entenda-se **base lingüística** como os mecanismos sintáticos e o funcionamento enunciativo e, por **processo discursivo**, o sistema de relações de substituição, paráfrase, sinônimos, etc. que funcionam entre elementos lingüísticos de uma FD (Pêcheux, 1990).

Dessa forma, a FD produz uma aparente transparência de sentido, dissimulando sua dependência relativa ao complexo dominante da FI, da qual é sua projeção. Esse complexo dominante constitui o **interdiscurso**, lugar dos pré-construídos, daquilo que remete a uma construção externa, anterior, independente daquilo que é construído na superficialidade do discurso, melhor dizendo, no **intradiscurso**. Maingueneau, ao focar essas noções, assim se pronuncia:

Espaço onde se constituem e se articulam os objetos que o discurso liga ao seu 'intradiscurso' com a ilusão de exprimir 'seus' pensamentos, e de falar de coisas do mundo esquecido do caráter pré-construído desses elementos (...) que atravessam a enunciação do sujeito sem ele saber (apud Collinot e Mazière, 1994, p. 198).

Temos, então, dois níveis: o do interdiscurso, nível do sistema de formação/reprodução/transformação de enunciados³, onde o sujeito é interpelado pela ideologia; e o do intradiscurso, nível da seqüência discursiva.⁴

De acordo com Indursky (ibid.), se toda seqüência discursiva deve se vista como parte de um processo discursivo de reprodução/transformação de enunciados no interior de uma FD, o intradiscurso é indissociável da formação

discursiva em que a seqüência se apresenta. Conseqüentemente, a interpelação ideológica dá-se na relação entre o interdiscurso de uma FD e o intradiscurso da seqüência discursiva⁵.

Courtine (1981) distingue, assim, dois níveis: o do enunciado e o da formulação. No nível do enunciado, efetua-se a descrição do interdiscurso de uma FD. É no interdiscurso que se constitui o domínio do saber que funciona como princípio de aceitabilidade discursiva para o conjunto de formulações possíveis. Essa instância realiza uma espécie de fechamento da FD, mas um fechamento, podemos dizer deslizante, na medida em que a fronteira entre as FD é instável e se desloca em vista das transformações da conjuntura histórica de uma formação social dada.

De acordo com o autor, o enunciado é *uma forma geral que governa a repetibilidade de uma rede de formulações*. Assim sendo, o processo discursivo próprio a cada FD é constituído pelo conjunto de formulações possíveis nesta FD.

Já no nível da formulação, temos a seqüencialização dos elementos do saber da FD pelo intradiscurso. É onde os elementos do saber se linearizam e se tornam objetos da enunciação. Nessa linearização ou seqüencialidade, ocorrem diferentes processos lingüísticos que marcam a(s) posição(ões) assumida(s) pelos sujeitos e onde incide, conseqüentemente, determinado efeito de sentido do tipo: *é disso e não de outra coisa que eu falo; é isto e não outra coisa que é objeto de meu discurso* (Courtine, 1980, p. 183).

É o que chamamos de **tema discursivo**. Assim, o tema do discurso é o elemento que, no intradiscurso, suporta uma marca de ênfase. Tem ainda como outras características principais, de acordo com Courtine, o efeito de identificação e inscrição numa forma dialógica. Tais propriedades, aliadas a estruturas sintáticas, tornam possível localizar e identificar um tema ou tópico discursivo no

intradiscurso de uma seqüência discursiva de referência. Dessa forma, dá-se a recuperação dos elementos do saber de uma FD.

3.4 A categoria da contradição e a negação discursiva no conflito entre desejo e censura

A categoria da contradição, comumente utilizada para designar qualquer espécie de divergência, dissonância ou tensão, assume, dentro da AD, vital importância pelo menos por três motivos. Em primeiro lugar, porque a própria construção de seu objeto de estudo baseia-se na contradição entre o objeto real (o discurso enquanto objeto empírico concreto) e o objeto de conhecimento (o discurso enquanto objeto teórico, abstrato, objeto do pensamento (cf. Courtine, *ibid.*).⁶ Em segundo lugar, porque é ela que forma o enunciado discursivo que, segundo Courtine, pode ser dividido em função da presença e da concomitância de valores antagônicos na sua constituição (do enunciado). E, em terceiro lugar, porque abre a possibilidade do estabelecimento de relações entre o ideológico, o lingüístico e a noção de inconsciente.

Dos pontos destacados, interessa-nos particularmente assinalar a importância da contradição na definição de enunciado dividido e a sua capacidade de possibilitar a articulação entre psicanálise, lingüística e materialismo histórico. De início, tomamos como mote a sua concepção de **unidade de contrários**, no rastro da tradição do materialismo histórico que a explica dialeticamente. Isso significa dizer que os pólos envolvidos pressupõem-se mutuamente.

Esses pólos - os contrários - são os aspectos, as tendências e as forças internas dos objetos e dos fenômenos que excluem e, ao mesmo tempo,

pressupõem a existência uns dos outros. Na unidade dos contrários, sempre um dos pólos é que dá a característica do fenômeno ou do objeto. Aí encontra-se envolvida a negação que dialeticamente significa o caráter próprio da antítese, isto é, uma coisa só deve ser entendida pela negação que a precede, negação que se perfaz pela posição da coisa mesma, pela negação daquela negação. Assim, a negação da negação é a ultrapassagem, a superação de um estágio anterior.

Essa lei é de Hegel, para quem a idéia ou pensamento engendra o seu contrário - a antítese - que, por sua vez, é negada novamente, surgindo a síntese. A síntese possui os elementos novos surgidos na negação (tese) como também os elementos trazidos da tese, porém com qualidades novas. Temos, então, a tese (afirmação), a antítese (negação) e a síntese (negação da negação).

A posição de Hegel é idealista e o movimento dialético, em sua concepção, é a manifestação da Idéia Absoluta em sua realização no mundo concreto. Posição diferente é a de Marx que, na concepção dialética materialista, inverte tal formulação, postulando a anterioridade da matéria frente ao pensamento, ou seja, a matéria é que se reflete no pensamento e não o contrário.

A categoria da contradição que, como mostramos na ótica dialética, envolve a negação, incide sobremaneira na concepção de discurso como unidade dividida. Reportando-nos à reflexão de Courtine (1980) sobre o enunciado dividido, que se localiza no interdiscurso, o autor o representa, na sua modalidade contraditória, da seguinte forma: $P(X/Y)$, onde X e Y figuram como posições referenciais dominadas por FD antagônicas situadas no contexto de formulação P.

Tal representação tem a finalidade de mostrar a contradição que lhe é inerente, indicando o limite entre o formulável (FDX) e o não formulável (FDY). A diferença entre FDX e FDY é que delimita os limites de uma FD (apesar de

móveis e instáveis), circunscrevendo o seu domínio de saber e definindo o que é aceitável discursivamente.

No interior do enunciado dividido, encontra-se o ideológico que pode ser acessado mediante o estudo do intradiscurso. Todavia, não é sempre que o enunciado se representa dividido na materialidade discursiva. Orlandi (1987), quando trata do discurso autoritário de que falamos anteriormente, leva-nos a dizer que é o que acontece nesse tipo de discurso, pois aí não há confronto de sentidos diretamente apreensível, a verdade é imposta pelo locutor (o contrário ocorre com o lúdico).

O que aqui se delinea é a proposta de análise do presente trabalho que busca evidenciar o confronto de sentidos contraditórios, mesmo quando o enunciado não se representa explicitamente dividido no intradiscurso. Para isso, à categoria da contradição ligamos a de negação discursiva com a finalidade de estabelecermos procedimentos analíticos que nos possibilitem demonstrar a constituição heterogênea dos discursos em questão.

Naturalmente, não estamos nos referindo à concepção tradicional de negação, explicitada lingüisticamente através de marcas gramaticais (é claro que seu exame também permite chegar ao pré-construído, ao discurso-outro), mas sim a um outro tipo de negação, mais sutil, que escapa a uma análise superficial. Buscamos a negação do discurso-outro em formas lingüísticas que normalmente não têm esse estatuto.

Não é o caso de Indursky (1992) que investigou o intradiscurso do discurso presidencial através de marcas tradicionais de negação, como, por exemplo, o advérbio de negação **não**, prefixos de negação **in**, **des**, etc.. No entanto, permitimo-nos expandir a sua afirmação sobre a negação para o nosso trabalho, tendo em vista

que o princípio teórico gerador da análise por ela efetuada é similar ao aqui assumido:

(...) a negação é um dos processos de internalização de enunciados oriundos de outros discursos, podendo indicar a existência de operações diversas no interior do discurso em análise. Em suma, essa construção evidencia a presença do discurso-outro, no interior do discurso presidencial (ibid, p. 307).

No nosso caso, concebemos o discurso-outro como o enunciado do desejo e procuramos externalizá-lo, no discurso proverbial, cujo espaço é o da parafraseagem, através de marcas lingüísticas que, além de atestar a presença do elemento recalcado do inconsciente, têm a função de abafá-lo. Em contrapartida, buscamos explicitar, no discurso das alterações, cujo espaço é o da polissemia, a negação do discurso do Outro, o enunciado da censura.

Temos, então, como elementos contraditórios, o enunciado do desejo e o enunciado da censura que, dependendo do tipo de discurso focalizado, DP ou DA, um ou outro será privilegiado. Para isso, evidentemente, os diferentes mecanismos lingüísticos de negação têm um papel fundamental. Mas o que são o desejo e a censura no quadro da presente tese? Dito de outra maneira, de que forma podemos inseri-los no campo conceptual da AD?

O desejo e a censura são noções basilares, inscritas na psicanálise, que têm repercussões teóricas fundamentais nessa área por se constituírem em pólos de conflito psíquico. Freud (1974) explica que o desejo se estabelece a partir de uma experiência satisfatória, prazerosa, que mais tarde é revivida pela lembrança. Essa primeira vivência deixa traços mnésicos que, mediante o reaparecimento da excitação, são reinvestidos do movimento do desejo. Para Freud, o desejo é indestrutível e inalcançável. Ele se sustenta numa permanente insatisfação. Ele está sempre mais além. É um aproximar-se e um ausentar-se concomitante.

Lacan (1970) centraliza a psicanálise nessa noção e toma a estrutura metonímica como referência para distinguir a estrutura do desejo. Lingüisticamente, a metonímia caracteriza-se por um deslocamento na ordem sintagmática. Tal deslocamento possibilita a supressão do significante, surgindo um outro que mantém com ele uma relação de contigüidade. Vallejo e Magalhães dizem que *o deslocamento permite a elisão pela qual o significante instala a falta de ser na relação com o objeto (...)* (1991, p. 25-26). É aí que Lacan situa a problemática do desejo. Assim, a contigüidade, dimensão onde se dá a elisão e o deslizamento do significante, assinala a estrutura da relação do objeto com a falta.

O autor, tendo como referência a tese freudiana, segundo a qual o objeto do desejo é um objeto perdido, desenvolve a sua teoria referente ao objeto como causa do desejo e efeito de articulação lingüística. Relacionando o desejo com a negação, Lacan coloca que o sujeito se denuncia através dela, pois aquilo que ele deseja se lhe apresenta como ele não quer.

Partindo, pois, do princípio psicanalítico de que o desejo inconsciente se expressa na linguagem à revelia do sujeito e da sua consciência, podemos dizer que o discurso tem a propriedade de ser inevitavelmente dúbio. O desejo recalçado, de alguma forma, apresenta-se na seqüencialidade discursiva, apesar de o sujeito dele se defender. Assim, se ele pode ser entendido como a presença negada, o intradiscurso deve apresentar marcas denotadoras dessa negação.

Pretendemos, dessa forma, mediante a análise de mecanismos lingüísticos de base lingüística, identificar os processos discursivos implicados nos diferentes efeitos de sentido dos provérbios e de suas alterações, cuja base de sustentação é a contradição e a negação.

O estudo da negação, na área psicanalítica, estabeleceu-se com Freud. Preliminarmente, faz-se necessário uma averiguação da terminologia utilizada,

pois há alguns problemas oriundos da falta de distinções nítidas, para cada língua, entre os termos empregados para a ação de negar. Além disso, não há correspondências biunívocas entre os diferentes termos de uma língua para outra.

O termo **Verneinung**, em alemão, significa não só negação no sentido lógico ou gramatical, como também negação no sentido psicológico (recusa de uma afirmação enunciada: **eu não disse isso, eu não pensei isso**).⁷ Já em francês, temos de um lado **négation** que se refere ao sentido gramatical ou lógico e, por outro, **dénégation** ou **déni**, que significam contestação ou recusa.

Segundo Laplanche e Pontalis, o termo **Verneinung**, por ser ambíguo (dizem eles que essa ambigüidade talvez seja um dos elementos propulsores da riqueza do artigo que Freud lhe dedicou) acarreta dificuldades para o leitor francês e, mais ainda, para o português: *em português os sentimentos de negação e denegação se sobrepõem mais do que em francês os de **négation-dénégation*** (ibid., p. 294). Assim, como não é possível ao tradutor optar por negação ou denegação, a solução proposta por eles é transcrever **Verneinung** por (de)négation [negação].

Porém, Freud também utiliza a palavra de origem latina negation, relativa à fórmula negativa que assinala a presença do material inconsciente na linguagem do analisando. Todavia, podemos interpretar **negation** como a negação propriamente dita, no sentido lógico e gramatical, e **Verneinung**, como denegação, no sentido de recusa. Assim, no sentido psicanalítico, denegação é o fenômeno que se refere ao fato de o sujeito não aceitar uma idéia que lhe ocorre, apresentando-a negativamente. É a emergência do material inconsciente ao nível do consciente. A frase negativa enunciada é índice da presença ou desejo inconsciente que começa a aflorar. Todavia, há outras formas de negação abordadas por Freud, como por

exemplo o ato falho, que revelam também a presença de um elemento não-consciente que faz o sujeito agir à sua revelia.

Tais observações mostram a relação entre a negação e o inconsciente. É através dela que o material inconsciente se mostra, ocultando-se, simultaneamente. O sujeito diz mais do que pretende. na verdade, o **não** dito é o **sim** não dito., Dessa forma, o recalque penetra na consciência. Ele consiste, pois, no afastamento da consciência de elementos que são mantidos no inconsciente. Coloca-se fora do alcance consciente, torna-se inacessível ao domínio consciente.

A negação do elemento recalcado dá-se através da censura que, para nós, é de natureza ideológica e psíquica; isso significa dizer que o sujeito, ao negar, está-se submetendo a restrições impostas por agentes que interditam a emergência do desejo.

No plano da psicanálise freudiana, a censura refere-se à função que tende a interditar o acesso ao sistema pré-consciente-consciente dos desejos inconscientes.⁸ Para Freud, então, a censura constitui uma barragem seletiva entre o inconsciente e o pré-consciente-consciente. Tem uma função permanente e está na origem do recalque. Posteriormente, o autor incorporou-a num campo mais vasto, o da defesa.⁹ Todavia, conserva a mesma concepção anterior:

(...) esta instância de auto-observação (...) é nossa conhecida, é o censor do ego, a consciência moral, é exatamente a que à noite exerce a censura dos sonhos, é dela que partem os recalques de desejos inadmissíveis (apud Laplanche e Pontalis, 1992, p. 65).

Ela se instala a partir do momento em que o indivíduo é interpelado em sujeito (a interpelação deve ser aqui entendida numa dimensão mais ampla, conforme explicamos anteriormente), no momento em que se constitui em sujeito; enfim, no momento em que é dominado pelo processo do significante da

interpelação ideológica. Aí se inicia o embate de sentidos , o enfrentamento dos pólos de contradição entre desejo e censura que, através do processo de negação discursiva, pretendemos desvelar.

3.5 A questão da heterogeneidade discursiva

O embate de sentidos de que falamos no item anterior diz respeito às posições contraditórias que definem o discurso como heterogêneo.

De acordo com Maingueneau (1989, p.75), falar em heterogeneidade no discurso implica reconhecer, no seu funcionamento, uma relação radical entre o seu **interior** e o seu **exterior**. Tal fato remete aos conceitos anteriormente desenvolvidos, principalmente o de **pré-construído**.

Authier-Revuz (1982, 1984) estuda a dialogização interna do discurso através da concepção do Outro da teoria lacaniana: (...) *o discurso é constitutivamente atravessado pelo discurso do Outro* (1982). Distingue dois tipos de heterogeneidade: a **heterogeneidade mostrada** e a **heterogeneidade constitutiva**.

A primeira é da ordem da sintaxe, e a presença do Outro é indicada no discurso (discurso direto, discurso indireto, aspas, etc.). Trata-se da representação fantasmática do locutor, uma vez que ele ilusoriamente se coloca como **um** em relação à pluralidade de outros (cf. Authier-Revuz, 1982, p.142). Já a segunda refere-se à alteridade como condição intrínseca e essencial de existência do discurso de um sujeito que se acredita fonte de seu dizer, mas como já demonstramos anteriormente, não o é. A presença do Outro, nesse caso, não é representada nem localizável na materialidade lingüística.

Obviamente, torna-se difícil tratar desses fenômenos não-identificáveis na superfície do texto (mas que se encontram inscritos no seu interior) fazendo emergir os traços apagados do **outro discurso**. Collinot e Mazière, com base em Pêcheux (1990), colocam a seguinte formulação:

(...) se o pré-construído é esse 'ponto de contato em que se pega o interdiscurso', 'reinscrição' sempre dissimulada, no intradiscurso, dos elementos do interdiscurso, é sua natureza mesmo que o faz mestre-organizador da constituição do corpus, lugar onde se tem 'por baixo do pano' o fio do discurso, construção de base que, sozinha, torna possível o trajeto temático e o evento semântico (1994, p.185).

Pêcheux (1988), demonstra a irrupção do pré-construído mediante a construção sintática que conjuga dois dizeres em um, a proposição encaixada, buscando detectá-lo ao lado da história e da língua simultaneamente. Entretanto, é possível revelá-lo não só através de predicados frasais, mas também de outros casos, como o das nominalizações, conforme mostram os estudos de Sériot (1986) e no estudo de Maldidier,¹⁰ este último citado por Collinot e Mazière .

Isso que é pensado antes, em outro lugar ou independentemente disso que está contido na afirmação global da frase (Pêcheux, 1988, p. 94), segundo esses autores, é da ordem da predicação, mesmo se essa, como é o caso da nominalização, se reduz a uma palavra (Collinot e Mazière, 1994, p.188). Assim, é no nível da frase que o efeito da evidência é opaco à consciência do sujeito (Pêcheux, ibid.).

Sériot, em seu estudo, retoma a noção de pré-construído vista em Pêcheux (1988), P. Henry (1990) e Culioli (1970). Para ele, os pré-construídos são

(...) enunciados simples, provenientes de discursos anteriores ou apresentados como tais. Esses enunciados exteriores ao ato de enunciação atual, são importados como relações predicativas onde cada elemento já está

*munido de operações de asserção efetuadas ou supostamente efetuadas em um ato de enunciação precedente...*¹¹(1986., p.24).

O sujeito, dessa forma, não os assume, pois são pré-existentes a seu discurso, são objetos do mundo dos quais ele se apropria. Na perspectiva de Sériot, o pré-construído deve ser visto como um produto de atos de asserção exteriores ao discurso, mas não reconhecidos como tais. É aquele **fora** que independe do sujeito e que se encontra na **eternidade da evidência**.

O autor compreende o efeito de sentido do pré-construído como um implícito, um **não-dito mostrado**, cujos indícios possibilitam restabelecer o todo ou uma parte do que não é lembrado, mencionado, com base em hipóteses discursivas. É um implícito que pode ser descrito sintaticamente.

A partir daí, o autor discorre sobre diferentes tipos de pré-construído, mostrando que os seus funcionamentos e os seus efeitos de sentido levam-nos ao limite entre língua e discurso, impossibilitando a sua teorização pela lingüística, pois uma mesma seqüência sintática, uma mesma superfície textual podem remeter a dois tipos diferentes de interdiscurso.

Os estudos comentados neste breve espaço mostram a possibilidade de investigarmos os **não-ditos** no interior daquilo que é dito. Dessa forma, buscamos na materialidade lingüística das seqüências discursivas aqui selecionadas, os indícios discursivos que nos possibilitam acessar ao discurso do Outro.

4. A parafrasegagem e a polissemia e a sua relação com o discurso proverbial e o discurso das alterações

A Análise do Discurso concebe a parafrasegagem¹² como uma espécie de mecanismo coercitivo que delimita uma formação discursiva. Segundo Maingueneau (1989), figura como uma tentativa de controle da polissemia aberta pela língua e pelo interdiscurso. Esse **dizer o mesmo**, portanto, define a identidade de uma formação discursiva. Em contrapartida, o processo polissêmico instaura o **dizer o diferente**, provocando um deslocamento do dizível. Rompe, assim, com o processo de produção dominante de sentidos.

O processo parafrástico, compreendido como **matriz do sentido**, nasce da reiteração de processos cristalizados pelas instituições (cf. Orlandi, 1987). Já o processo polissêmico, compreendido como **fonte de sentido**, diz respeito à multiplicidade que é a própria condição da linguagem.

A autora (ibid) coloca que a articulação desses dois grandes processos fundamenta a linguagem e constitui a produção do discurso. Entende, por processo parafrástico, aquele que possibilita a produção do mesmo sentido sob várias formas e por processo polissêmico, aquele que permite o advento de sentidos diferentes, múltiplos.

Nesse jogo entre o **mesmo** e o **diferente**, estabelece-se uma tensão, um conflito entre o domínio do institucionalizado e o domínio do múltiplo que se

quer instituir. De acordo com Orlandi¹³, *a polissemia é o conceito que permite a tematização do deslocamento daquilo que na linguagem representa o garantido, o sedimentado*, enquanto a paráfrase mantém o dizível no espaço do legitimado (1988, p. 20).

Vale aqui enfatizar que a repetibilidade, característica do processo parafrástico, localiza-se na instância do enunciado, isto é, no interdiscurso. Courtine (apud. Orlandi, *ibid*, p. 106) diz que essa forma indefinidamente repetível *endereça, segundo uma dimensão de algum modo vertical, às condições de existência dos diferentes conjuntos significantes*. Conseqüentemente, a exterioridade do discurso constitui-se no espaço do interdiscurso que corresponde ao **domínio do saber** da formação discursiva.

Dessa forma, o repetível (o pré-construído) é atribuído à verticalidade do discurso (o exterior ao qual o sujeito não tem ingerência). É na dimensão horizontal que o sujeito intervém. Essa linearização da verticalidade na formulação (intradiscurso) do enunciado (interdiscurso) dá-se mediante a apropriação dos elementos do saber da formação discursiva. Em suma, o interdiscurso (o repetível) está no intradiscurso (seqüência discursiva).

De acordo com Orlandi,

a voz que aí (interdiscurso) ressoa é uma voz sem nome, pois não há lugar para o sujeito específico. Esse repetível preexiste à situação de enunciação e o sujeito desta, ao produzir linguagem, se apodera dela e intervém no repetível (ibid, p.106).

A repetibilidade, situada, como dissemos, no interdiscurso, diz respeito aos saberes próprios de uma determinada formação discursiva. Constitui as **condições de formação** do discurso. Tais condições combinadas com as **condições de produção** - relação do sujeito com a ideologia - formam o domínio da memória

que, de acordo com Courtine (1980), pode ser definido como um conjunto de seqüências discursivas que preexistem à seqüência discursiva proferida num dado momento. É a partir desse domínio que podemos apreender o funcionamento discursivo do encaixamento do pré-construído e da articulação dos enunciados.

O domínio da memória representa, assim, o interdiscurso como instância de constituição de um discurso transversal que regula, para um sujeito enunciativo, o modo de doação dos objetos de que fala o discurso, bem como o modo de articulação desses objetos. Dessa forma, a enunciação sustenta-se nos objetos do discurso fornecidos pelo interdiscurso, e o sujeito, ao se apropriar deles, materializando-os no intradiscurso, apresenta-se como **eu**, aquele que é a origem de seu dizer.

O trabalho de Serrani, que versa sobre essa questão da repetibilidade do processo parafrástico, faz eco aos estudos de Orlandi (1987,1988), ao situar a paráfrase no nível do interdiscurso. Serrani introduz a noção de ressonância de significação, a fim de caracterizar a existência da paráfrase entre duas ou mais unidades lingüísticas. Diz ela:

Entendo que há paráfrase quando podemos estabelecer entre as unidades envolvidas uma ressonância-interdiscursiva - de significação, que tende a construir a realidade (imaginária) de um sentido. Ressonância porque para que haja paráfrase a significação é produzida por meio de um efeito de vibração semântica mútua (1993, p.47).

O emprego dessa metáfora é útil, segundo a autora, na medida em que possibilita a inclusão do sujeito no cerne do conceito de paráfrase:

(...) ela sempre ressoa para alguém, tanto na dimensão dos interlocutores empíricos projetados no discurso (projeção para a qual é fundamental o domínio das formações imaginárias), quanto para a dimensão do sujeito, no sentido foucaultiano do termo, ou seja, o do lugar de exercício da função enunciativa em uma formação discursiva (ibid).

A autora, concebendo a paráfrase no interdiscurso, diz que ela ressoa significativamente na verticalidade do discurso, concretizando-se na horizontalidade da cadeia, através de diferentes realizações lingüísticas, fato já apontado anteriormente.

Um outro aspecto importante a ser mencionado refere-se à relação estabelecida por Orlandi (1987,1988) entre os processos parafrástico e polissêmico e os diferentes tipos de discursos.¹⁴ Ela distingue três tipos de discurso: o autoritário que busca conter a polissemia, procurando impor um só sentido e, conseqüentemente, inclina-se, de forma preponderante, para a paráfrase (sua reversibilidade é praticamente nula),¹⁵ o polêmico, onde a polissemia também é contida, mas há a possibilidade de mais de um sentido (caracteriza-se por um equilíbrio tenso entre polissemia e paráfrase, em que a reversibilidade se dá sob condições) e o lúdico, em que a reversibilidade é total e que tende para a total polissemia.

De acordo com a autora, o discurso autoritário é dominante, o polêmico é possível e o lúdico é ruptura. Diz ela:

*Em uma sociedade como a nossa, tenho observado que o lúdico, é o **desejável** (o grifo é meu), é o que vaza, pois o uso da linguagem por si mesma, ou seja, pelo prazer (...) entra em contraste com o uso para finalidades mais imediatas, comprometidas com a idéia de eficiência e resultados práticos. No lúdico, a informação e a comunicação dão lugar à função poética e à fática. Assim, em nossa sociedade, (...) o lúdico é ruptura, ocupa um lugar marginal, ao contrário do polêmico e do autoritário (1987, p.84).*

Os critérios utilizados na determinação de tais categorias tipológicas foram a noção da interação e a de polissemia. Através do conceito de interação, a autora procurou incorporar a dimensão histórica e social da linguagem e, através do

conceito de polissemia, buscou enfatizar a pluralidade de formas e sentidos diferentes da linguagem.

Neste quadro, concebemos o provérbio como um discurso que se inclina prioritariamente para a ordem do repetível, do dizível institucionalizado, e a alteração com finalidade humorística um discurso que tende para a polissemia, para a reversibilidade, para a ruptura. A reversibilidade a que nos referimos não é aquela restrita a uma determinada situação de enunciação, limitada ao jogo de papéis entre interlocutores, mas sim a que incide sobre o retorno do desejo (ao ponto de partida do estabelecimento da censura). Em termos psicanalíticos, aponta para o retorno do recalcado.

Entendendo, pois, a **censura** - que determina **aquilo que deve ser dito** - como função de assujeitamento, nós a localizamos na ordem da paráfrase, interditando o desejo, e a alteração - que provoca um deslocamento do dizível, instaurando **aquilo que não deve ser dito** - na ordem da polissemia, liberando o recalcado.

Transportando o que Orlandi (1987, p.85) diz sobre o discurso pedagógico para o discurso proverbial (os dois são autoritários), colocamos:

1º) sua reversibilidade tende a zero (no sentido de Orlandi temos: a enunciação de um provérbio não admite réplica; no sentido aqui proposto, ele impede o retorno do recalcado);

2º) há um agente único (o sujeito, que se investe do poder da sabedoria das nações, impondo o enunciado da censura);

3º) a polissemia é contida (coloca-se o sentido único, o da censura).

Em contrapartida, o discurso das alterações pode ser caracterizado da seguinte forma:

1º) sua reversibilidade tende ao máximo (no sentido de Orlandi, temos: a enunciação de uma alteração humorística admite réplica; no sentido aqui proposto, ela possibilita a emergência do desejo, do recalcado);

2º) o agente não é único, uma vez que manifesta o desejo reprimido de todos os outros (ele se investe do desejo, não do poder);

3º) a polissemia é extravasada (coloca-se o diferente, o desejo).

O quadro-síntese apresentado a seguir visa dar conta das relações aqui estabelecidas:

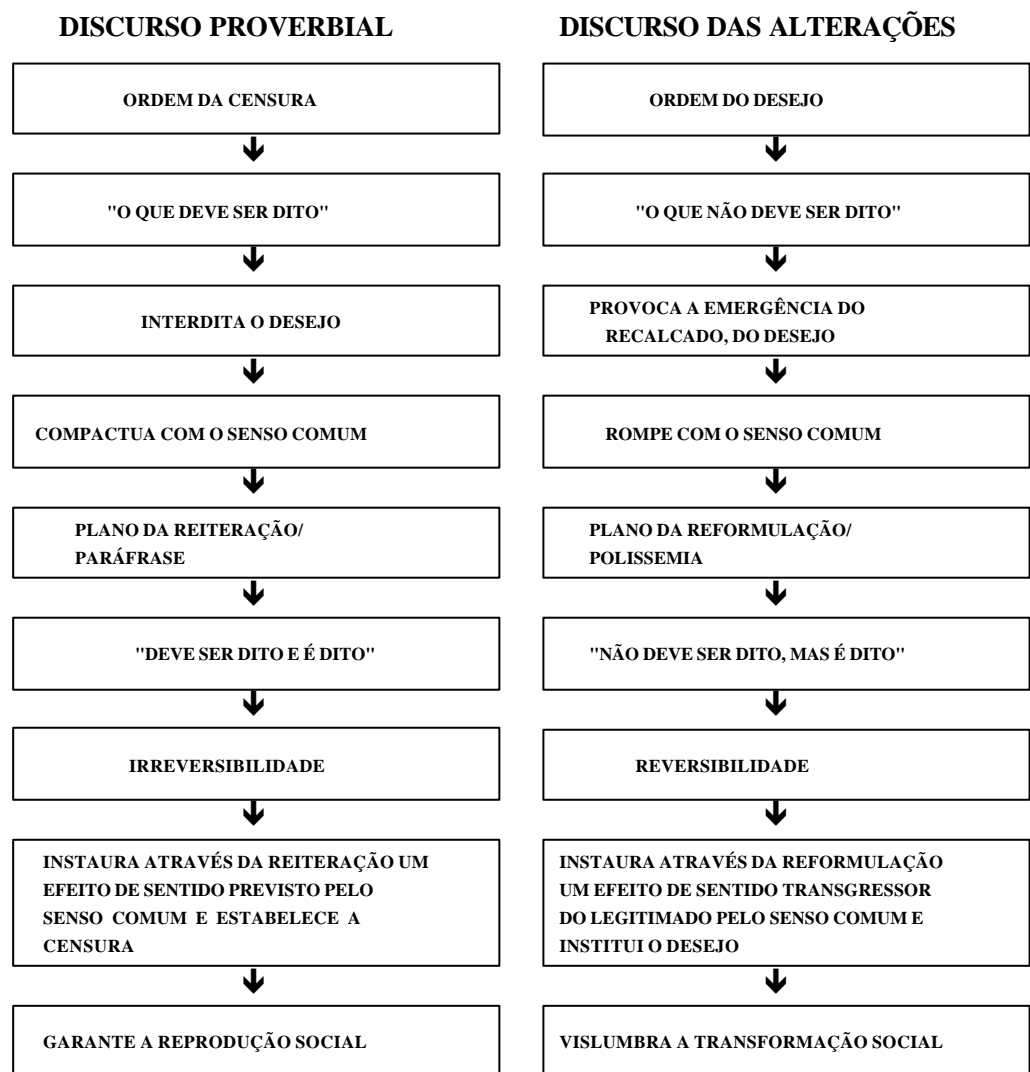


FIGURA 1 - Paralelo entre discurso proverbial e discurso das alterações

A análise exemplificará, posteriormente, essas afirmações.

Notas

1. Courtine (1981) coloca que a intervenção do materialismo histórico no campo teórico-prático da A.D. serve para enfatizar a importância da contradição. Ela constitui-se num princípio teórico e também num objeto de análise. Trataremos disso posteriormente.
2. **Teoria do Discurso** significa um projeto teórico e não uma construção acabada.
3. Entenda-se aqui **enunciado** na acepção de Pêcheux, que o define como elementos do saber (pré-construídos) próprios de uma FD. O sujeito do enunciado é ocupado pelo sujeito do saber de uma FD. Através da identificação do sujeito enunciativo com o sujeito do saber é que ocorre a apropriação dos elementos pré-construídos e de suas articulações. Tal fato é que assegura a coerência intradiscursiva.
4. **Seqüência discursiva** de acordo com Courtine (1980) refere-se a seqüências orais ou escritas de dimensão superior à frase. São discursos empíricos concretos. Seqüência discursiva de referência (sdr) diz respeito ao ponto de referência a partir do qual se organiza o conjunto de elementos do "corpus". Relaciona-se com o sujeito e também com uma situação de enunciação.
5. Foi Courtine (ibid) que, propondo uma releitura de Foucault, promoveu a aproximação do sistema de formação de enunciados ao interdiscurso de uma FD e o estado terminal do discurso ao intradiscurso de uma seqüência discursiva de referência.
6. Através dessa contradição, Courtine (1980) definiu as condições de produção de uma seqüência discursiva e as condições de formação de um processo discursivo.
7. Cabe aqui assinalarmos que a afirmação insistente pode também significar o seu contrário, ou sua negação. Assim, toda proposição, seja positiva ou negativa, deve ser entendida em função do prazer que queremos obter ou do desprazer que queremos evitar.
8. O sistema pré-consciente-consciente e o inconsciente são os elementos que fazem parte da primeira tópica de Freud. Tais noções serão enfocadas na terceira parte deste trabalho.
9. A defesa constituiu-se num conjunto de operações cuja finalidade é reduzir, suprimir qualquer modificação suscetível de pôr em perigo a integridade e

a constância do indivíduo biopsicológico (Laplanche e Pontalis, 1992, p. 107)

10. Esse trabalho de Malidier deverá ser editado em 1994. Foi feito em colaboração com Jacques Guilhaumou e com o auxílio de Françoise Gadet e Francine Mazière: "La Mémoire et l'événement: le 14 Juillet 1989, Langages" Histoire, mémoire, langage, Courtine Ed., conforme informação de Collinot e Mazière (1994, p. 197).
11. Sériot (1986, p.24): *Il s'agit d'énoncés simples tirés de discours antérieurs, ou présentés comme tels. Ces énoncés, extérieurs à l'acte d'énonciation actuel, sont importés comme des relations prédicatives où chaque élément est **déjà** muni d'opérations d'assertion effectuées ou supposées effectuées lors d'un acte d'énonciation précédent...*
12. A paráfrase discursiva não tem o mesmo estatuto da paráfrase lingüística. Esta última considera que as diferentes formulações, quanto a sua materialidade, podem estar ligadas a um mesmo efeito de sentido. Já a paráfrase discursiva é uma noção contextual no sentido de que depende das condições de produção e das condições de formação do discurso.
13. A base de reflexão de Orlandi é o trabalho de Pêcheux e Fuchs (1975) que consideram a família parafrástica como **matriz de sentido**.
14. Orlandi (1988, p.25) salienta que tais tipologias devem ser interpretadas como tendências e não relações categóricas entre tipos de discurso e que sua aplicabilidade é regulada pelos objetivos da análise e pela natureza do texto concomitantemente.
15. A definição de **reversibilidade** dada por Orlandi (1987, p.239) é a seguinte: *(...) entendo reversibilidade como a troca de papéis na interação que constitui o discurso e que o discurso constitui.*

Terceira Parte

Preparando a Análise

1 Mecanismos Estratégicos

Como foi colocado anteriormente, a estratégia de análise empregada no presente trabalho busca enquadrar-se na perspectiva da A.D., qual seja a de considerar a materialidade discursiva situada no ponto axial que une lingüística, ideologia e inconsciente. Portanto, visa a um estudo inter e intradiscursivo do corpus mediante a análise das seqüências discursivas de referência que se constituem de alterações proverbiais feitas pelo Barão de Itararé. Primeiramente, foi realizado um levantamento de todas as seqüências apresentadas na coletânea de Afonso Félix de Sousa *Máximas e Mínimas do Barão de Itararé* e em seus *Almanhaques*, de 1949 e 1955 (1º semestre), como também dos provérbios que lhes deram origem, ou provérbios-fonte. Entretanto, para evitarmos um alto grau de redundância, uma vez que muitos provérbios e suas alterações apresentavam os mesmos operadores discursivos de negação, uma outra restrição foi operada. Assim, a análise ficou reduzida a quatro blocos.

Partindo da análise intradiscursiva, onde se revelam as marcas lingüísticas denotadoras da negação discursiva que põem em relevo enunciados contraditórios, veiculadores de posições de sujeito diferenciadas, para chegar ao nível interdiscursivo, lugar dos pré-construídos, daquilo que pode e deve ser dito numa dada formação discursiva (FD)¹, lugar que apontará, no nosso caso, para o domínio do saber do senso comum ou para o domínio do saber da FD do autor.²

Se, por um lado, cada formação discursiva determina o que pode e deve ser dito, por outro, rejeita enunciados que lhe são antagônicos, estabelecendo contraditoriamente o que não pode nem deve ser dito.

Esse lugar proibido, do que não pode nem deve ser dito, lugar dos enunciados rejeitados é a contrapartida dos provérbios, ou seja, os provérbios que visam regular o comportamento humano existem, porque também existem enunciados (pressupostos) que lhes são contrários.

Dessa forma, quando dizemos, por exemplo, *A pobreza não é um vício* é porque existe um contrário (*A pobreza é um vício*), que por causa de um código de ética e moral é rechaçado para o não dito. Esse exemplo é de Meleuc (1969, p.83) que o cita, quando trata da transformação negativa em seu artigo *Structure de la Maxime*. Apesar de seu trabalho situar-se no âmbito do gerativo e, portanto, diferir substancialmente daquilo que aqui propomos, pois para esse autor a negação não é vista numa perspectiva ideológica mas numa perspectiva exclusivamente lingüística, o exemplo nos parece útil e válido para elucidar a afirmativa acima.

Ducrot (1987, p.202) apresenta uma idéia similar ao tratar da negação argumentativa. Sustenta que a maior parte dos enunciados negativos revela um choque entre duas atitudes antagônicas, uma positiva, imputada a um enunciador E_1 , e outra que é a recusa da primeira, imputada a E_2 . Isso se deve a uma lei de discurso geral, segundo a qual, toda vez que dizemos algo, opomo-nos a alguém que pensaria o contrário, lei que também se aplica a enunciados positivos. Assim, de acordo com o autor, dizendo *Pedro é gentil* estamos pressupondo a existência de uma outra voz contrária *Pedro não é gentil* ou *Pedro é insuportável*.

Essas vozes antagônicas constituem o sujeito dividido. Em termos psicanalíticos, trata-se da clivagem do sujeito a que se referem Freud e Lacan. Diz respeito à coexistência de dois sujeitos que falam simultaneamente linguagens

diferentes: o sujeito do enunciado ou do consciente e o sujeito da enunciação ou do inconsciente. O primeiro fala a linguagem do processo secundário ou do significado e se pauta pelo princípio da realidade; o segundo fala a linguagem do processo primário ou do significante que visa predominantemente à realização dos desejos e se pauta pelo princípio do prazer.

Tal linguagem não pode ser expressa livremente em virtude da ação da censura que procura reprimir os desejos proibidos e por isso recalcados no inconsciente. Todavia, precisa se manifestar de alguma forma para aliviar a tensão e a angústia geradas por tal fato. Daí ocorrer nos interstícios da primeira, exprimindo-se através das formações do inconsciente: sonhos, atos falhos, lapsos, sintomas.

No presente trabalho, procuramos, nos interstícios da linguagem do processo secundário, o atestado da presença do processo primário, o do desejo, que move a pessoa e o mundo. Entretanto, o processo de civilização gera uma cisão básica e irreconciliável no sujeito, por ser de natureza repressora e reacionária. É através dessa cisão, que, em última instância, estudamos a constituição do provérbio e do humor nas alterações proverbiais.

Partimos, pois, da idéia de que o provérbio opõe-se a um enunciado virtual que lhe é antagônico. Esse enunciado virtual, para nós e neste caso, é o **enunciado do desejo**, a voz recalcada do inconsciente, a qual o provérbio visa bloquear, impedindo a sua emergência.

O sujeito, ao proferir um provérbio, não se identifica com o enunciado do desejo (ED), mas sim com o enunciado da censura (EC). Já nas alterações, provavelmente, temos o contrário: a identificação ocorre com o enunciado do desejo.

Em outros termos, não podemos enunciar um discurso proverbial (DP), sem enunciarmos o seu contraditório, que, para efeitos de análise, no presente trabalho, será artificialmente formulado. É o que chamaremos discurso contraditório (DC).

Assim, a todo provérbio corresponderia, antagonicamente, uma tendência natural do ser humano, de caráter pulsional,³ não compatível com a vida em sociedade, a qual o provérbio deverá disciplinar, evitando a sua atualização:

$$\frac{\text{DC}}{\text{DP}} = \frac{\text{ED}}{\text{EC}} = \frac{\text{Desejo} = \text{tendência natural (porque pulsional)}}{\text{Censura} = \text{tendência sócio-cultural (porque partilhada pelos membros da sociedade)}}$$

Esse comportamento anti-social equivale ao conteúdo recalcado do inconsciente, que, por sua vez, é o representante das pulsões.⁴ Se é o representante das pulsões (aquele que representa), é simbólico (está no lugar de) e se é simbólico, aparece metonimizado ou metaforizado.

Uma observação faz-se necessária. As instâncias do aparelho psíquico aqui utilizadas, o inconsciente e o pré-consciente-consciente, pertencem à primeira tópica de Freud. Posteriormente, ele a reformulou, introduzindo a sua segunda tópica, que distingue o **id**, o **ego** e o **superego**.

Duas razões levaram-nos a permanecer na diferenciação estabelecida na primeira tópica, sendo a segunda mais importante do que a primeira:

1º) o fato de Laplanche e Pontalis (1992) considerarem aproximadamente equivalentes o **id** e o **inconsciente** (noção que nos interessa particularmente em vista de suas implicações no **processo do significante na interpelação e na**

identificação⁵. Além disso, as instâncias da primeira tópica possibilitam-nos, operacionalmente, uma maior aproximação com o interdiscurso e o intradiscurso.

2º) o fato de que Pêcheux, apesar de reconhecer as limitações dessa distinção, manteve-a na caracterização do esquecimento nº1 e do esquecimento nº2, remodelando-a. Diz ele:

Para os nossos propósitos, diremos, então, que o pré-construído caracteriza a retomada de uma representação verbal (consciente) pelo processo primário (inconsciente), chegando à formação de uma nova representação, que aparece conscientemente ligada à primeira, embora sua articulação real com ela seja inconsciente (1988, p. 175).

É esse o sentido que aqui deverá ser considerado.

O mesmo processo simbólico ocorreria com os provérbios, só que, nesse caso, teríamos uma tomada de consciência, uma vez que a relação entre representante e representado é mediatizada pela palavra.

Teríamos aquilo que Freud chama de **representações de palavras**, relativas ao pré-consciente-consciente em oposição às **representações de coisas**, relativas ao inconsciente. As representações de palavras são introduzidas numa concepção que liga a verbalização e a tomada de consciência. São sonoras e estão numa relação mediata com a coisa, ao passo que as representações das coisas são essencialmente virtuais e unem-se analogicamente à coisa que representam, estando numa relação imediata com ela.

O quadro abaixo esquematiza essas noções e as relações aqui estabelecidas:

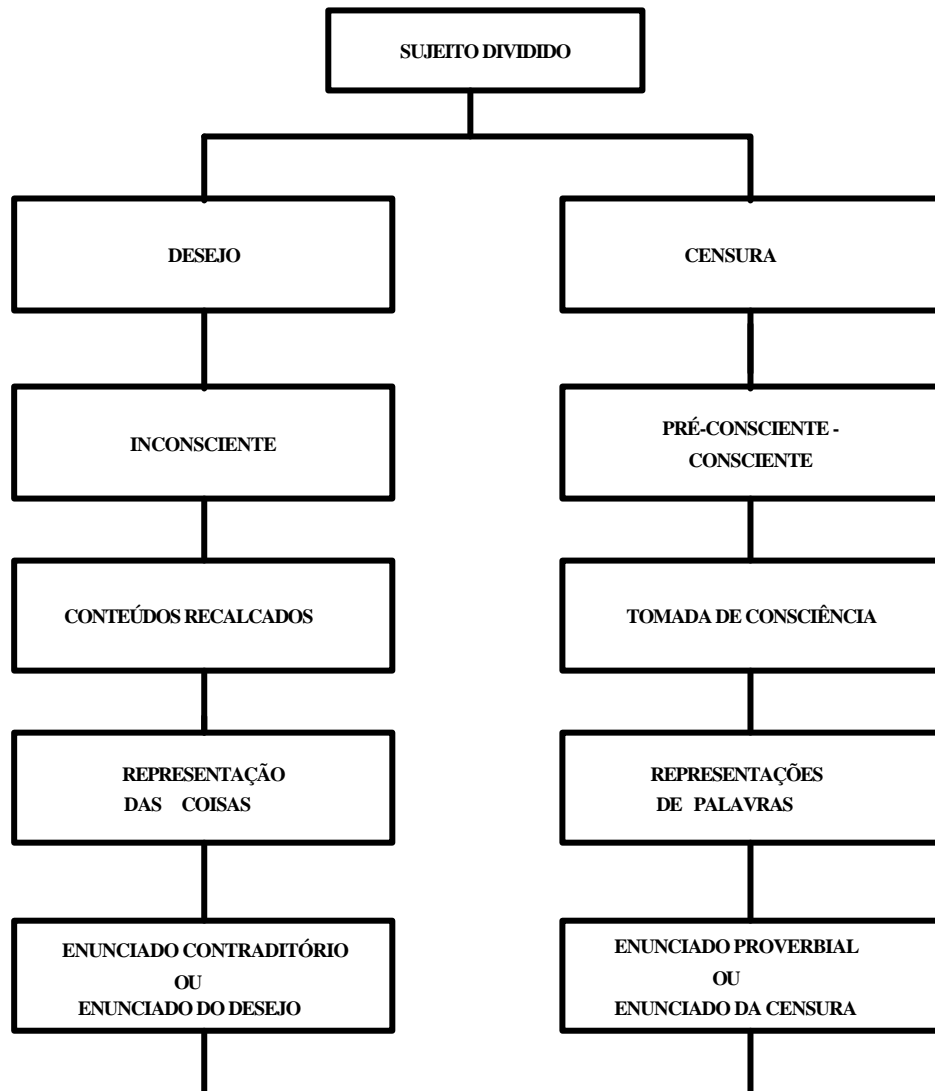


FIGURA 2 - Esquema das relações entre desejo e censura

O provérbio, na medida em que utiliza a representação de palavras, reflete uma tomada de consciência do conteúdo recalcado, remetendo, pois, ao enunciado contraditório. Todavia, esse enunciado contraditório, mesmo quando materialmente presente, emergindo ao nível da consciência - às vezes está na apódose do provérbio - é desqualificado através de mecanismos discursivos.

Assim, o provérbio se estrutura sobre dois processos: um de apagamento do **desejar ser** do conteúdo recalcado (referente ao mundo interior que se satisfaz

com a ilusão fantasmagórica ou fantasística das imagens); outro de destaque e permanência do **dever ser** (referente ao mundo exterior do sujeito que se funda na realidade).

Ora, o provérbio é uma das formas de materialização lingüística do poder que rege as relações sociais, e esse poder precisa e quer se perpetuar, pois, caso as tendências naturais (pulsões) assomassem à consciência, poderiam abalar as relações hegemônicas da sociedade.

Essas relações hegemônicas - relações de poder que subsumem os sujeitos - para serem preservadas precisam penetrar no inconsciente, onde o que há são as representações de coisas.

Para tanto, o poder utiliza a própria linguagem do inconsciente, analógica por essência e, conseqüentemente, motivada, não arbitrária, buscando estabelecer um pseudo-imediatismo, um pseudo-analogismo entre representante e representado. Por isso, na maioria das vezes, o provérbio é figurado, por isso apresenta o binarismo rítmico que, subrepticamente, remete para a disciplina, o equilíbrio e a racionalidade, por isso preserva a ordem conceptual e, por extensão, social, por isso assujeita o sujeito.

Essa tentativa de fusão da linguagem do poder com a linguagem do desejo, ou melhor, de identidade, confere à fala proverbial uma força persuasiva e poderíamos dizer até mesmo mítica e mística, insuperável. Em outras palavras, o poder se faz amar, faz-se desejar e, ao se fazer objeto de amor e de desejo, equaliza as tendências do inconsciente, estabelecendo a lógica da submissão.

Assim como a equalização em eletrônica reduz a distorção de um sinal por meio de circuitos que compensam as deformações, reforçando a intensidade de algumas freqüências e diminuindo a de outras, o poder, ao usar a linguagem do

inconsciente, mascarando-se dos elementos do desejo, visa abreviar o desequilíbrio ou descompasso entre o desejo e a censura.

2 MODELO E SEQÜÊNCIA DE ANÁLISE

Pelo exposto anteriormente, fica evidenciado que o provérbio é aqui concebido como a negação de um certo enunciado do sujeito (o enunciado do desejo), relativo a uma pulsão recalcada do inconsciente. É o enunciado normatizador do pressuposto que lhe é contrário, o enunciado da censura.

Defendemos aqui a idéia de que todo provérbio apresenta uma oposição interna, intradiscursiva, entre elementos que se encontram materializados e contrapostos através de diferentes processos lingüísticos de negação discursiva, os quais põem na balança conclusões que apontam interdiscursivamente para enunciados inversos: um, em direção ao desejo; o outro, em direção à censura.

Por outro lado, as alterações, jogando com quase os mesmos elementos da superfície discursiva dos provérbios-fonte, parecem, em sua generalidade, remeter para o discurso do desejo. No entanto, a negação do discurso da censura é consubstanciada mediante outros mecanismos lingüísticos, como veremos posteriormente.

A fim de darmos conta desse processo, partimos do seguinte modelo de análise⁶:

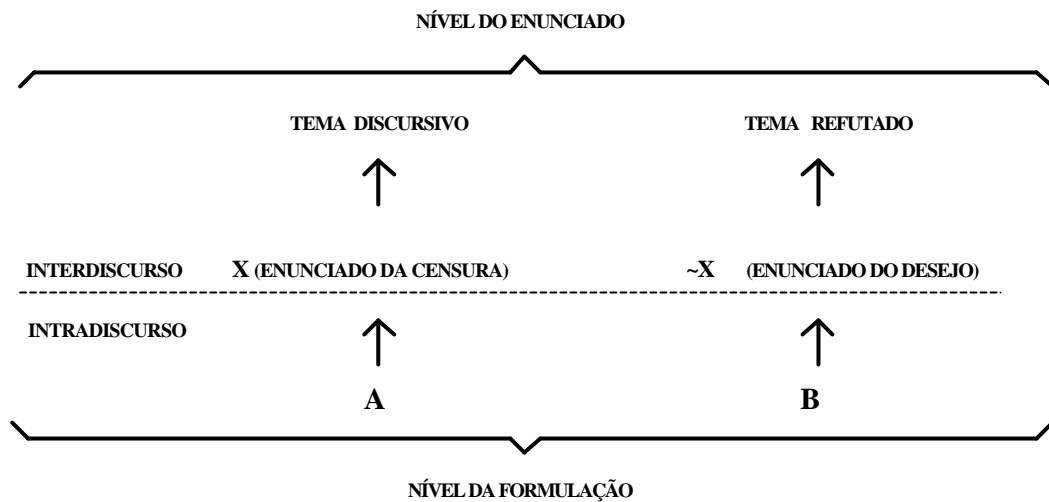


FIGURA 3: Modelo de Análise

Para a sua consecução, estabelecemos os seguintes passos:

1º) apresentar, no nível da formulação, as seqüências A e B, que remetem às posições contraditórias implicadas em DP;

2º) indicar qual das seqüências constitui o elemento determinado que aponta para X, elemento do saber do senso comum - **aquilo que pode e deve ser dito** - e qual constitui o elemento determinante que aponta para ~X, elemento recalcado, o inconsciente - **aquilo que não pode nem deve ser dito**, o interdito;

3º) identificar o mecanismo intradiscursivo de negação que coloca em confronto essas posições;

4º) identificar, no nível interdiscursivo, X (enunciado da censura) e ~X (enunciado do desejo);

5º) verificar, através da análise do funcionamento do dispositivo intradiscursivo de negação, como a seqüência determinada e enfatizada,

constituindo-se em tema discursivo e, conseqüentemente, privilegiando X em detrimento de $\sim X$, e como a seqüência determinante é negada, constituindo-se em tema refutado;⁷

6º) determinar o DC que inverterá artificialmente A e B, tematizando B e refutando A ou vice-versa e, conseqüentemente, privilegiando o enunciado $\sim X$ e rechaçando X;

7º) apresentar, no nível da formulação, as seqüências contraditórias C e D relativas ao DA;

8º) indicar qual das seqüências detém o tema. Considerar a seqüência C, a que detém o tema, como o elemento determinado e a seqüência D, como a que constitui o elemento determinante;

9º) descrever os elementos intradiscursivos de DP que foram modificados em DA e que são responsáveis pelo efeito humorístico;

10º) estabelecer a relação que se dá entre os elementos significantes das seqüências em conflito. Se for de ressonância, estará na ordem do repetível e não caracterizará ruptura com o estabelecido, com a censura. Se, ao contrário, for de dissonância, indicará descontinuidade e subversão ao estabelecido, compactuando com o desejo.

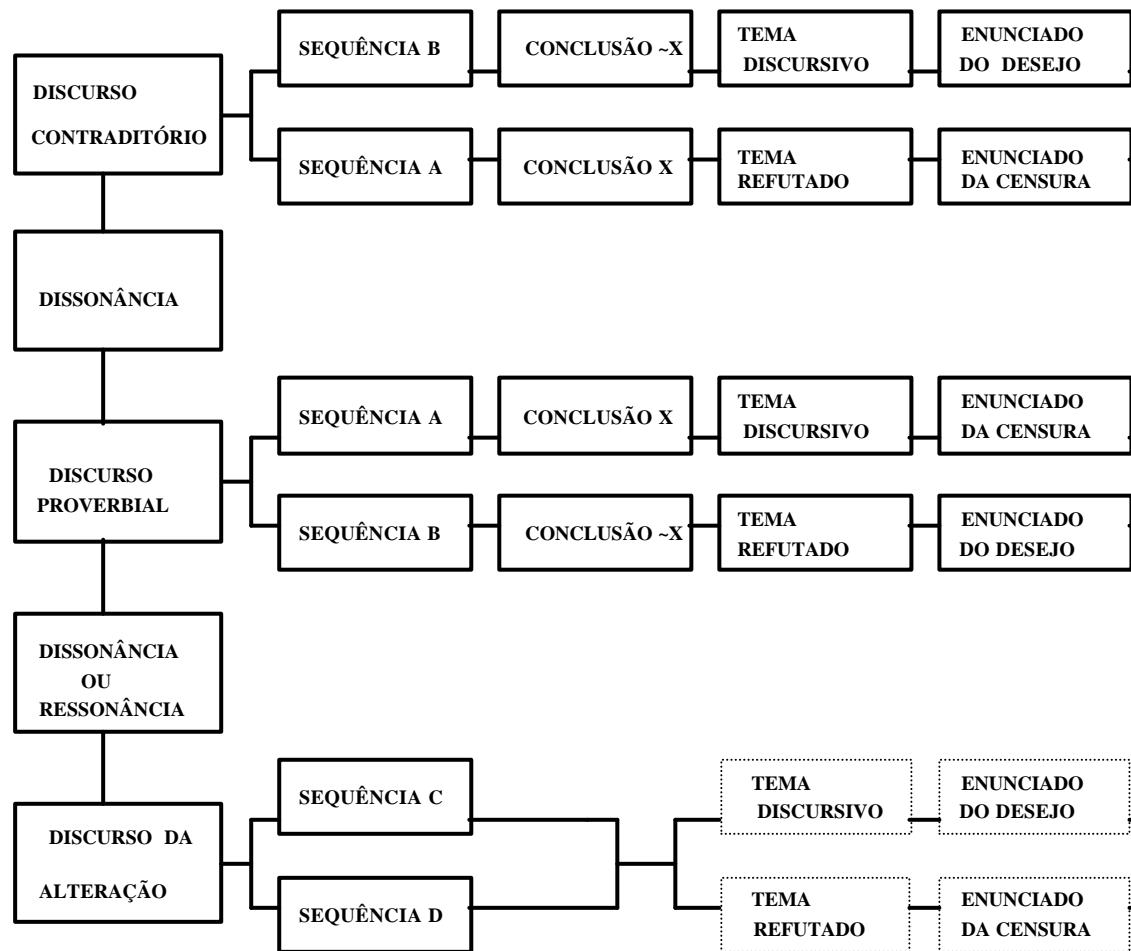


FIGURA 4 - Síntese da estratégia de análise

NOTAS

1. Entendemos por formação discursiva um dos aspectos materiais do que se chama materialidade ideológica e que implica uma determinada posição de sujeito.
2. O que buscamos contrapor não são propriamente enunciados de formações discursivas específicas e antagônicas, mas enunciados do senso comum, correspondentes aos valores culturais, regionais ou universais, que se encontram disseminados nas diferentes FD constituintes e constituídas da/pela sociedade e a FD do autor. Utilizamos, portanto, a noção de pré-construído, de uma forma mais lata, a fim de que possa abarcar não só os elementos do saber da FD do autor, como também os elementos do saber que formam o senso comum.
3. Em termos psicanalíticos, é aquilo que Freud (1905) denomina "trieb", cuja tradução mais correta é "pulsão". Alguns autores inadvertidamente traduzem por instinto. Segundo Laplanche e Pontalis (1992, p.394), existem na língua alemã os dois termos "instinkt" e "trieb", sendo este oriundo do germânico, de uso muito antigo, e que conserva sempre a mudança de impulsão (treiben = impelir). Enfatiza menos uma finalidade definida do que uma orientação geral e realça mais o caráter irreprimível da pressão do que a fixidez da meta e do objeto, que caracteriza o instinto.
Resumidamente, podemos dizer que a pulsão pode ser considerada genericamente como uma força interior, uma energia psíquica e não física que ataca o organismo e o impele a realizar certas ações suscetíveis de provocarem uma descarga de excitação. Ela está ligada, para Freud, à noção de "representante", espécie de delegação emitida pelo somático ao psiquismo.
O objeto do instinto é fixo e está no mundo externo, já o da pulsão é uma marca e está no inconsciente. O nosso psiquismo é afetado, quando nascemos, pela experiência de satisfação que o seio materno proporciona ao sedar a angústia e a carência oriundas do nosso estado de maturidade biológica e desamparo afetivo total. Essa marca, que procuraremos o resto da vida, Freud chama de desejo. Portanto, as experiências são marcadas, no nível psíquico, pelas representações e a pulsão busca reativar as marcas psíquicas do prazer.
- 4 Na teoria lacaniana, a noção de **pulsão** de Freud equivale à noção de **real**. *O real opera como causa e persegue constantemente o sujeito que se encontra protegido pela cena invariável que é o fantasma. (...) o real tem a ver com a falta-a-ser, com a ruptura fundamental, com a operação significante e o desejo. (...) O real é, portanto, o informe, o que sempre aparece constituído precariamente, falsamente: é impossível. O real, diz Lacan, é sempre sem*

fendas... e não há meio de apreendê-lo a não ser por intermédio do simbólico (Vallejo e Magalhães, 1991, p. 116).

5. Ressaltamos, que o **termo inconsciente**, no quadro da segunda tópica, é usado na sua forma adjetiva, isto é, significa o conjunto dos conteúdos não presentes no campo efetivo da consciência, sem haver discriminação entre os conteúdos dos sistemas pré-consciente e inconsciente. Entretanto, é importante salientar que as características atribuídas ao sistema inconsciente, na primeira tópica, permanecem, de modo geral, no **id** da segunda e, a diferença entre o pré-consciente e o inconsciente, embora já não esteja baseada numa distinção intersistêmica, mantém-se como distinção intra-sistêmica - o ego e o superego são em parte pré-consciente e em parte inconscientes (cf. Laplanche e Pontalis).
6. Quando o enunciado do desejo não se materializar lingüisticamente, o esquema sofrerá alterações.
7. Consideramos, conforme colocamos no item 3.3, **tema discursivo** na acepção de Courtine (1980, p.183), isto é, o elemento enfático que figura no intradiscurso e que supõe um efeito de sentido do tipo: **é disso - e não de outra coisa que eu falo; é isto e não outra coisa que é objeto do meu dizer**. O **tema refutado**, ao contrário, é o elemento rechaçado e que supõe um efeito de sentido do tipo: **não é disso que eu estou falando, este não é o objeto do meu discurso**.

quarta parte

Implementando a análise

Neste capítulo, procuramos assumir os procedimentos metodológicos delineados anteriormente, buscando o possível ponto de equilíbrio entre os mecanismos lingüísticos implicados no nível intradiscursivo e o interdiscurso, lugar dos pré-construídos.

É importante colocarmos que o termo metodologia aqui utilizado não tem o mesmo estatuto daquele empregado nos estudos lingüísticos tradicionais, uma vez que o discurso não é concebido como produto e os procedimentos metodológicos encontram-se vinculados ao próprio "corpus" da pesquisa. Em função disso, é lícito colocarmos a título de esclarecimento que o modelo aqui proposto não foi criado aprioristicamente, mas construído a partir da reflexão sobre o próprio "corpus".

Um outro aspecto a observar diz respeito à referência à gramática tradicional e à gramática gerativa. Isto se justifica, na medida em que pretendemos mostrar, através de confronto, a perspectiva diferencial de A.D.

Feitas essas observações, iniciaremos a análise que será efetuada em blocos, visto que prevê a comparação da alteração proverbial (DA) com o provérbio (DP) correspondente e o seu contraditório (DC).

1.1 Análise do discurso proverbial: a negação discursiva no processo de comparação

A análise de DP pode ser esquematizada da seguinte forma:

1 BLOCO 1

DP - [Mais vale um pássaro na mão] [do que dois voando.]

(Dicionário de Magalhães Júnior)

DC - [Mais valem dois pássaros voando] [do que um na mão.]

DA₁ - [Mais valem dois marimbondos voando] [do que um na mão.]

(Almanaque de 1949, p.17)

DA₂ - [Mais vale um galo no terreiro] [do que dois na testa.]

(Ibid.,p. 218)

Figura 5 – Esquema de funcionamento da DP Bloco 1

Essa formulação é constituída intradiscursivamente de duas seqüências que representam posições de sujeito antagônicas, articuladas pelo operador discursivo **mais...do que...**. Nesse caso, é do funcionamento desse operador que a perspectiva do Poder - o enunciado da censura - vale-se para produzir o conformismo.

A seqüência de referência A orienta numa direção oposta à seqüência de referência B. São elas:

A: vale um pássaro na mão

B: não valem dois voando.

Os elementos da comparação: **mais... do que** priorizam o enunciado da censura. Como o objetivo é evitar que o enunciado do desejo seja estabelecido, há, através desse mecanismo discursivo de negação, uma desvalorização da seqüência B, apesar de sua aparente e paradoxal manutenção, privando-a de eficácia.

Em termos de pressupostos discursivos, temos:

A = algo vale mais -> X = certeza, segurança

B = algo vale menos -> ~X = incerteza, subversão

A seqüência A remete à conclusão X que, no nível interdiscursivo, refere-se ao enunciado da censura. Já a seqüência B aponta para a conclusão ~X relativa ao enunciado do desejo.

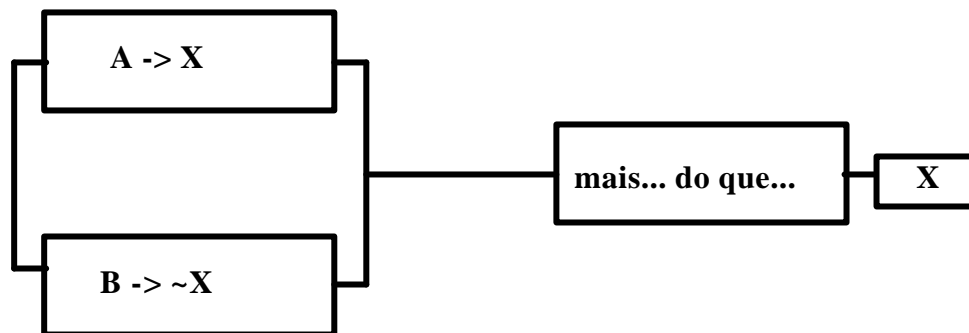
Assim, ao usarmos o comparativo de superioridade, a seqüência B, objeto da negação, é sempre declarada inferior do ponto de vista semântico-pragmático, fato já atestado na literatura lingüística e estudado do ponto de vista argumentativo (cf. Vogt e Ducrot, 1989 e Vogt, 1977). Neste trabalho, a negação é considerada também um fato discursivo, por marcar a subjetividade. Há a declaração de um juízo de valor por um sujeito, não individual, mas sim universal.

Esse sujeito universal não apaga o enunciado do sujeito do desejo, tanto que o mantém na negação. Entenda-se negação na perspectiva de Vogt (ibid.) que a considera não como a inversão de um conteúdo informativo, mas como uma atitude negativa de oposição. Coloca-se, assim, em cena uma alteridade constitutiva, uma vez que o que é negado é o discurso do Outro, o discurso do desejo. Esse fenômeno semanticamente dissimétrico, é marcado intradiscursivamente pelos termos **mais... do que...**

Apesar de o enunciado $\sim X$ ocorrer duas vezes no intradiscurso, primeiro de forma implícita na seqüência A e depois de forma explícita na seqüência B, ele é negado nos termos do comparativo de superioridade. Porém, mesmo sendo refutado, é ele que constitui o enunciado da censura.¹

Conseqüentemente, **mais A do que B** tem uma função semântico-discursiva, isto é, vai além dos limites estritamente lingüísticos, em virtude de colocar em jogo, de forma densamente marcada, a alteridade constitutiva do discurso e também pelo fato de ser regulado, no caso, por um sujeito universal que impõe sua voz através do processo de negação. É esse alcance que nos permite dizer que A argumenta a favor da segurança, do conformismo, elementos do interdiscurso (pré-construídos) que, no caso, encontram-se disseminados em diferentes formações discursivas e que se impõem de maneira subliminar na constituição do sujeito.

Temos, portanto:



Onde A e B, elementos do intradiscurso, remetem através do operador discursivo **mais... do que...** para os elementos interdiscursivos X e ~X que, numa relação de oposição, formam o par nocional **certeza X incerteza**. O primeiro recebe um valor positivo, favorável, porque representa a tendência sócio-cultural dominante. O segundo recebe um valor negativo, desfavorável, porque representa a tendência natural e talvez desagregadora do "status quo" da estrutura social. Assim, X (o enunciado da censura) é o elemento do interdiscurso reputado como sadio, em detrimento de ~X (o enunciado do desejo), elemento do interdiscurso segregado para o não-dito.

- O discurso contraditório

O discurso contraditório (DC), formulado artificialmente, estabelece um cruzamento em função da troca de posições: o enunciado da censura passa a ser refutado e o enunciado do desejo passa a ser tematizado, conforme demonstramos a seguir.

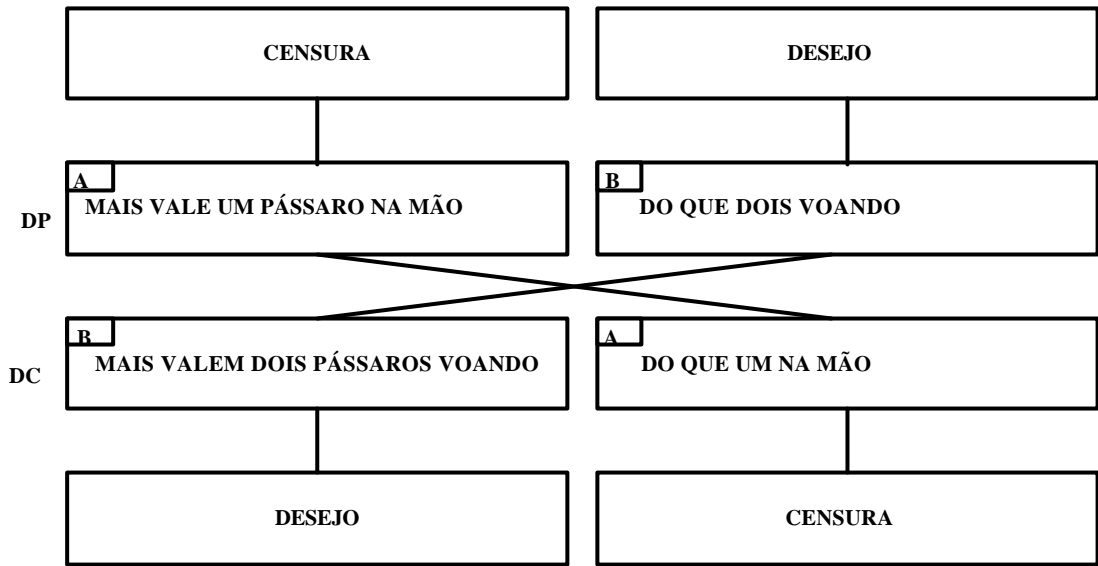


FIGURA 6 - Esquema do funcionamento de DC (bloco 1)

1.2 Análise do discurso da alteração 1

DA: *Mais valem dois marimbondos voando do que um na mão.*

O discurso da alteração (DA₁), abstraindo-se às trocas lexicais ocorridas, assemelha-se a DC:



FIGURA 7 - Esquema de funcionamento de DA (bloco 1)

Neste caso, temos as seguintes seqüências:

C = valem dois marimbondos voando.

D = (não) vale um marimbondo na mão

Tais seqüências, ao manterem, em termos de estrutura lingüística o cruzamento estabelecido entre DP e DC que troca as posições do enunciado da censura e do enunciado do desejo, instituem uma relação de incompatibilidade com DP, reforçada pela troca lexical: **pássaros** por **marimbondos**. A alteração explicita o que ficou implícito em DP, ou seja, faz emergir o discurso contraditório.

Os elementos invertidos em DC e DA₁ carregam a marca de pluralidade, aspecto que pode ser considerado, neste contexto, como outro marcador do enunciado do desejo por participar do processo que remete a ~X. Eles constituem a primeira seqüência tanto de DC quanto de DA₁, ocupando, pois, a posição de tema discursivo. Os outros elementos, constituintes de A (DP), que impossibilitam a emergência de ~X, negando, portanto o desejo, passam, como em DC, a constituir a segunda seqüência, ocupando a posição de tema refutado.

O efeito humorístico dá-se, então, através da incongruência criada pela inversão das seqüências e pela mudança lexical. Há um efeito de deslocamento, de deformação, um movimento de descontinuidade que caracteriza uma dissonância entre o que apregoa o senso comum e a FD do autor.

Tal movimento de descontinuidade é paradoxal, uma vez que ocorre através da utilização do próprio processo do significante envolvido na formulação do enunciado da censura, que visa ao aprisionamento do sujeito, no caso, a construção **mais... do que...** Todavia, as modificações introduzidas revelam a apreensão do processo dialético e contraditório entre censura e desejo que constitui o sujeito dividido.

Essa apreensão manifesta-se materialmente em DA₁ mediante a desarticulação promovida entre traços exteriores de DP, que permanecem em DA₁, e os elementos significantes aí introduzidos, desencadeando um efeito de sentido não compatível com a formulação de DP. Há um deslocamento da tônica, deformando DP e gerando a estranheza que desencadeará o humor.

Assim, é provocada a demolição do efeito de sentido de DP, é produzida uma vacuidade interior que o torna insignificante, desvelando-se, então, o processo de interpelação ideológica que joga com a contradição envolvida na constituição do sujeito. Em outras palavras, permanecem na alteração os traços exteriores de DP, mas na medida em que o seu conteúdo significativo é apagado através das modificações de DA₁, seu argumento é negado, criando-se a inconsistência, o absurdo, o humor.

Tanto a inversão das seqüências quanto a nova seleção lexical causam como efeito de sentido não só a subversão daquilo que a censura quer fazer crer como, ao subvertê-la, ridiculariza-a. E é justamente essa ridicularização que vai desencadear o humor.

1.3 Análise do discurso da alteração 2

DA: *Mais vale um galo no terreiro do que dois na testa.*

Observemos o seguinte esquema: `

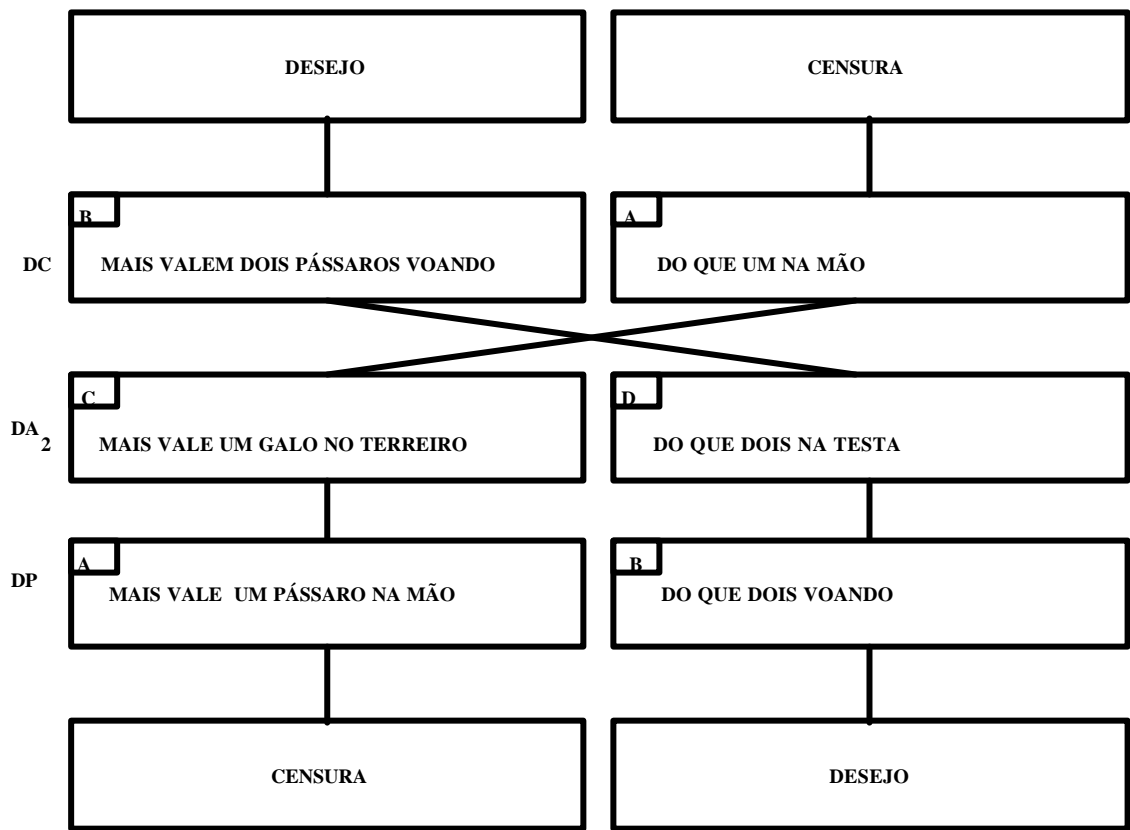


FIGURA 8 - Esquema de funcionamento de DA₂ (Bloco 1)

No nível da formulação, há uma maior identificação de DA₂ com DP. O que caracteriza essa alteração são as trocas lexicais "pássaro" por "galo" e "voando" por "na testa".

Temos, neste caso, as seguintes seqüências:

C = vale um galo no terreiro

D = não valem dois na testa

Aqui, o efeito humorístico é criado somente pelas trocas lexicais. Em DA₂, não há como em DA₁ a inversão das seqüências, fato este que mostra a tematização do enunciado do senso comum em DA₂, como ocorre em DP.

Todavia, apesar dessa aproximação entre DA₂/DP no plano intradiscursivo (há a manutenção da estrutura lingüística de DP) e no plano interdiscursivo (tanto um quanto outro apontam para o senso comum), o processo de estabelecimento desse enunciado intradiscursivamente, em função das escolhas lexicais, é diferente. Enquanto em DP jogamos com uma contradição entre A e B, negando B e privilegiando A, em DA₂, o mesmo não acontece, pois C e D pertencem ao senso comum.¹

A seleção lexical responsável pela quebra de expectativa, faz com que tanto C quanto D expressem o desejo numa relação de equivalência e não de diferença entre o senso comum e a FD do autor.

Diferentemente do caso anterior, não há em DA₂ o mesmo processo de esvaziamento semântico verificado em DA₁, visto que permanece a posição do sujeito universal.

O humor, dessa forma, não se localiza no movimento de descontinuidade que caracteriza o jogo interdiscursivo entre FD_s antagônicas. Ao contrário, como há um movimento de continuidade entre o elemento do saber da FD do autor e o do senso comum, ele se estabelece em função apenas de uma descontinuidade intradiscursiva que não aponta para posições de sujeito divergentes, mas sim convergentes.

Ocorre um efeito de sentido não contestatório, porque a alteração limita-se a modificar apenas a superficialidade do discurso, ao confirmar um dos valores do senso comum.

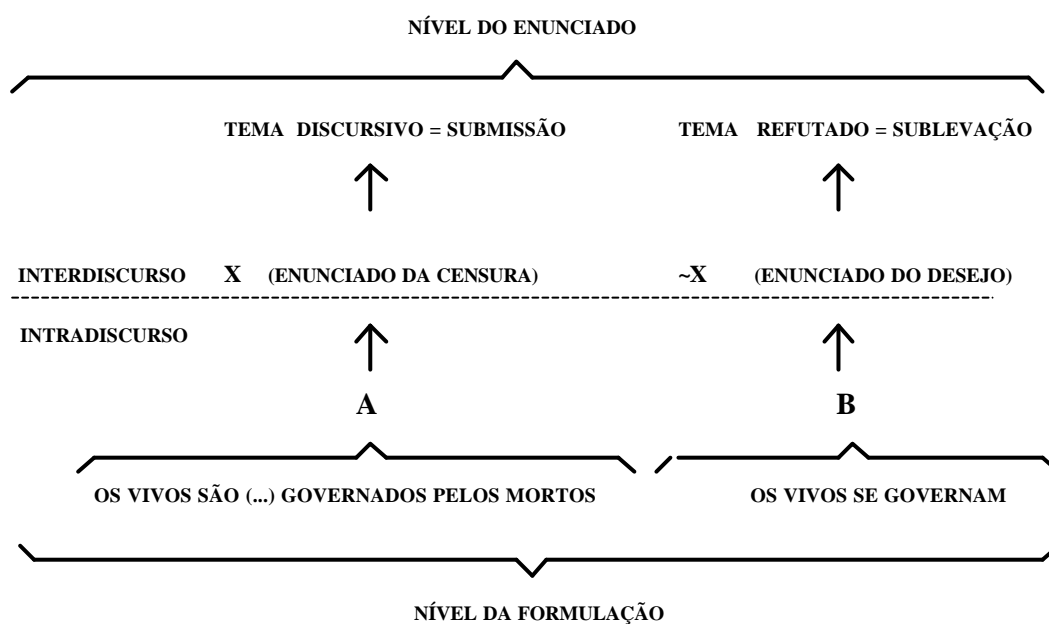


FIGURA 9 - Esquema de funcionamento de DP (bloco 2)

2 BLOCO 2

DP - [Os vivos são sempre e cada vez mais governados pelos mortos.] (Comte)

DC - [Os vivos não são sempre e cada vez mais governados pelos mortos] ou

[Os vivos se governam sempre e cada vez mais.]

DA - [Os vivos são sempre e cada vez mais governados pelos mais vivos.]

(Coletânea feita por Félix de Sousa, p. 32)

2.1 Análise de DP: a negação discursiva no processo de apassivação

A análise de DP pode ser esquematizada da seguinte forma:

Essa formulação constitui-se intradiscursivamente de apenas uma seqüência (A). A seqüência B foi formulada artificialmente com base na lei do discurso já comentada anteriormente. Dessa forma, a posição antagônica, ao contrário do provérbio anterior, não vem explicitada na superficialidade do discurso.

Visualizamos, através do esquema, as duas seqüências que se opõem:

A = Os vivos são (...) governados pelos mortos = Os mortos governam os vivos.

B = Os vivos governam os vivos.

Neste caso, a perspectiva do poder - o enunciado da censura - materializa-se mediante o processo de apassivação. Portanto, o problema que se apresenta consiste em demonstrar como tal processo pode provocar um efeito de negação de um outro discurso.

A partir da comparação com a voz ativa correspondente - **Os mortos governam (...) os vivos** - apresentamos a interpretação gramatical:

1º) O SN (sintagma nominal) que funciona como objeto direto na voz ativa - **os vivos** - é idêntico ao SN sujeito da passiva;

2º) o SN sujeito da ativa - **os mortos** - aparece na passiva como um complemento regido de preposição **por**;

3º) o verbo principal de ambas as sentenças - **governar** - aparece na ativa numa forma presente, ao passo que, na passiva, aparece na seqüência **ser** no presente mais **governar** no particípio.

Assim, a passiva se caracterizaria pela inversão de papéis sintáticos sujeito-objeto, com equivalência léxica e semântica. Isso nos levaria a acreditar, dentro da

perspectiva gerativista, na existência de uma única estrutura profunda e, conseqüentemente, numa única interpretação semântica.

A estrutura profunda seria [Os mortos governar os vivos] que através de uma transformação de passivização, operaria sobre a estrutura profunda, trocando de lugar o sujeito e o objeto, introduzindo a preposição **por**, o verbo **ser** e a terminação do particípio nos lugares devidos.

Para nós, essa explicação não é suficiente, uma vez que toda escolha realizada lingüisticamente não é fortuita. Consideremos, por ora e para efeito exemplificativo, que a construção passiva é marginal, no sentido de que é pouco freqüente na fala, fato apontado por Pontes (1987), apesar de não haver estatística a respeito. Pode, então, ser vista como uma construção diferenciada que serve para exprimir o enunciado da censura, isto é, tem um tom formal, característico do DP. Queremos dizer que só o fato de ser empregada essa construção formal, no lugar de uma outra mais natural e freqüente, já demonstra que o efeito de sentido resultante será diferente num e noutro caso.

Tais observações mostram, pelo menos grosseiramente, que a ativa e a passiva colocam em jogo efeitos de sentido distintos. O que estamos tentando evidenciar é que há a incorporação do enunciado de sabedoria (da censura) no processo de apassivação e que esse pode provocar um efeito de negação do discurso do desejo.

Se focalizarmos aprioristicamente o pressuposto implicado na formulação de DP, teríamos o seguinte: **Se os vivos são governados** é porque não se governam, e o uso da passiva de **ser** serviria para negar o desejo de se governarem. O processo de apassivação ao bloquear a atribuição do elemento que ocupa a posição de sujeito gramatical de poder funcionar como agente da ação verbal, faz

com que se estabeleça uma estratégia de supressão do enunciado do desejo, envolvendo a externalização do enunciado que lhe é contrário, o da censura.

Além disso, esse caráter formal nos leva a ligá-lo com o didatismo implicado no DP, que, segundo alguns autores citados no capítulo I, lhe é peculiar. O uso da passiva seria, então, uma das formas desse didatismo. Essa afirmação encontra respaldo na pesquisa de Courdresses (1971) que estudou o discurso de Blum, do partido socialista, apresentado no Congresso do Partido Socialista de 31 de maio de 1936, e o discurso de Thorez, do partido comunista francês, apresentado na assembléia dos comunistas de Paris em 14 de maio de 1936. A autora demonstra, através de marcas lingüísticas, entre elas a passiva, que o discurso de Blum é polêmico e o de Thorez é didático. É interessante frisar que o discurso de Blum comporta somente 20 transformações passivas contra 49 de Thorez, demonstrando que há uma distância máxima entre o sujeito e o ser enunciado, excluindo toda intervenção pessoal, fato similar ao que ocorre com o discurso proverbial que é prioritariamente impessoal, como já foi comentado anteriormente.

Constatamos, portanto, a possibilidade de negação do discurso do Outro a partir do processo de apassivação. Dizer *Os vivos são governados* equivale a *Os vivos não se governam*, isto é, a vontade de os homens se governarem (enunciado do desejo) é negada.

Assim, as seqüências A e B apontam para as seguintes conclusões:

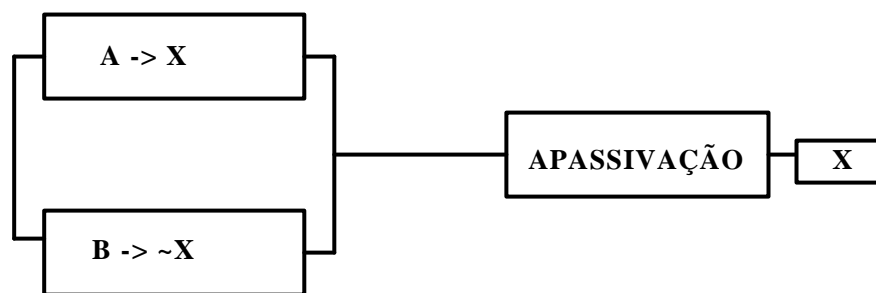
X: a submissão do homem a valores sobre os quais não tem ingerência.

~X: a sublevação dos homens a esses valores.

O uso da passiva permite, simultaneamente, o estabelecimento do enunciado da Censura e a evitação do enunciado do Desejo. Entretanto, como já vimos, toda

negação não apaga o enunciado do desejo, uma vez que se constrói sobre ele, isto é, existe uma negação porque existe algo que lhe é contrário, o desejo. Vemos, portanto, que, no caso, essa alteridade é mais sutil do que no bloco 1. Todavia é similar no sentido que o sujeito universal impõe sua voz, empregando também um processo de negação, mediante o processo de apassivação.

Temos então:



onde A e B remetem para os elementos interdiscursivos X e ~X que se encontram numa relação de oposição e formam o par nocional **submissão x sublevação**, o primeiro recebendo um valor positivo e o segundo, um valor negativo. Assim, X (enunciado da censura) é o elemento do interdiscurso reputado como sadio em detrimento de ~X (enunciado do desejo), elemento do interdiscurso segregado para o não-dito.

- O discurso contraditório

O discurso contraditório é a seqüência B já formulada artificialmente no item anterior.

Para efeito exemplificativo, apresentamos o quadro abaixo:

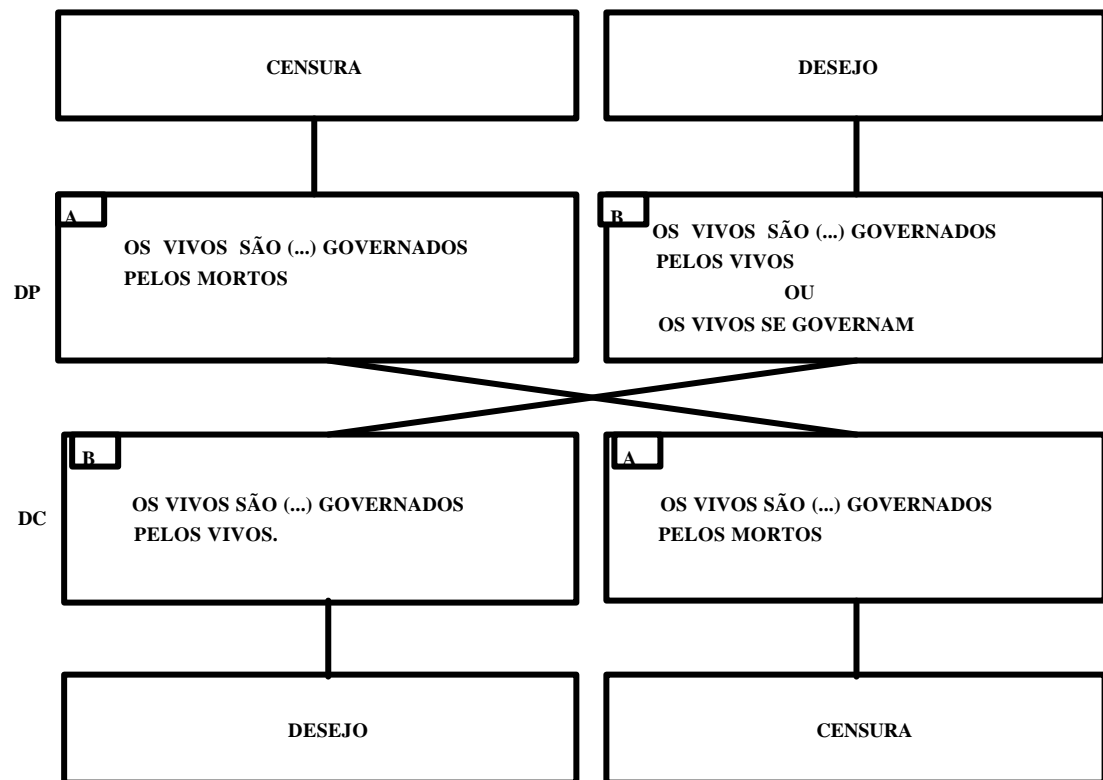


FIGURA 10 - Esquema de funcionamento de DC (Bloco 2)

2.2 Análise do discurso da alteração

DA: *Os vivos são sempre e cada vez mais governados pelos mais vivos.*

No nível da formulação, a estrutura permanece a mesma. A modificação que ocorre é apenas lexical, pois há a troca do termo **mortos** pela expressão **mais vivos**. Todavia, ao compararmos DA com DC, detectamos uma maior semelhança, uma vez que há apenas o acréscimo do modificador **mais**.

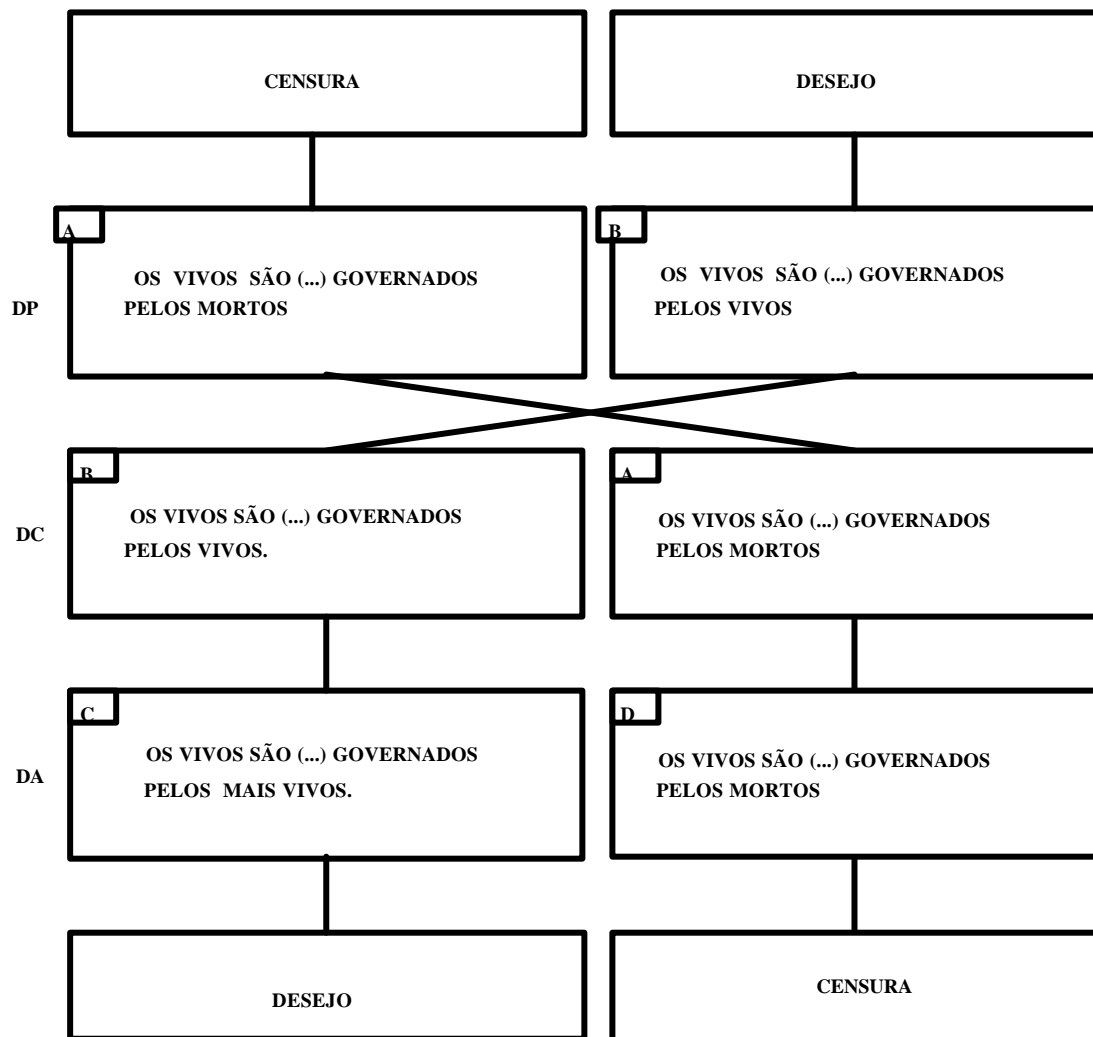


FIGURA 11 - Esquema de funcionamento de DA (Bloco 2)

Neste caso, temos as seguintes seqüências:

C = Os vivos são (...) governados pelos mais vivos.

D = Os vivos são (...) governados pelos mortos.

Há a manutenção da estrutura que caracteriza o processo de apassivação, porém, estabelece-se uma relação de incompatibilidade com DP em função da troca lexical.

O efeito humorístico é criado, neste caso, pelo contraste que se opera através da mudança lexical. Tal mudança ocasiona uma dissonância entre o que é

apregoado por DP e a FD do autor, pois a seqüência C nega, contradiz o poder dos mortos e afirma o poder dos vivos e essa negação do enunciado da censura dá-se através da expressão **mais vivos**.

Dessa forma, o humor reside na quebra da expectativa facultada pela nova seleção lexical que simultaneamente revela o processo de aprisionamento do sujeito pela censura e o ridiculariza.

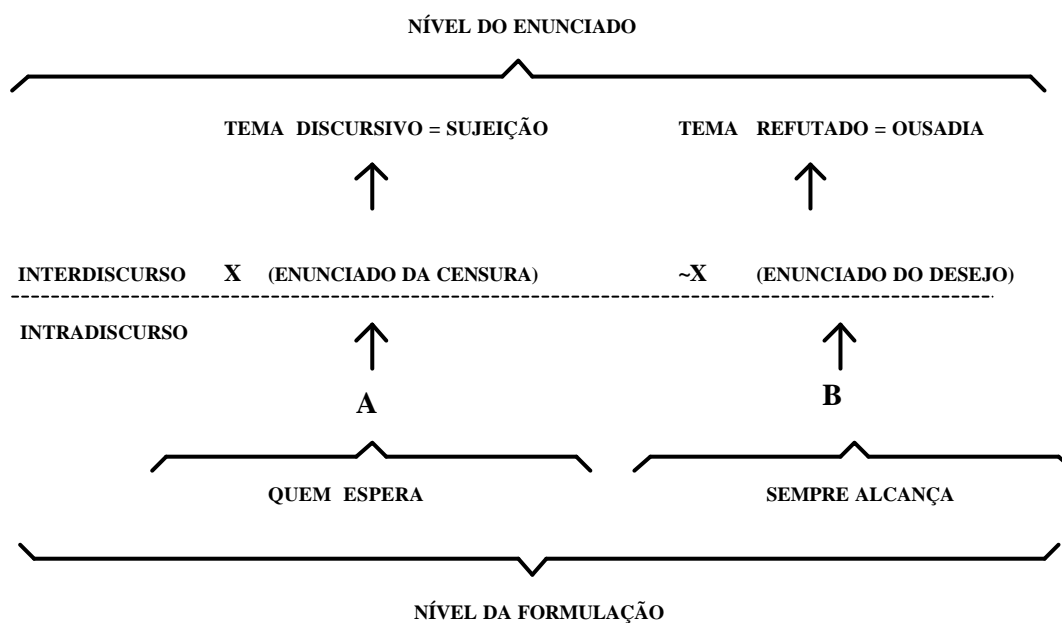


FIGURA 12 - Esquema de funcionamento de DP (Bloco 3)

3 BLOCO 3

DP - [Quem espera] [sempre alcança]

(*Dicionário de Magalhães Júnior*)

DC - [Sempre alcança] [quem não espera]

DA - [Alcança] [quem não se cansa]

(Coletânea de Félix de Sousa, p. 129)

3.1 Análise de DP: a negação discursiva no processo de relativização

Segundo o esquema proposto, temos:

A seqüência de referência A orienta numa direção oposta à seqüência de referência B. São elas:

A: Quem espera

B: Sempre alcança

De acordo com o esquema, as seqüências A e B, que remetem para X e ~X, representam posições de sujeito diferenciadas. A dominância é de A que privilegia o enunciado da censura, produzindo como efeito de sentido o conformismo, o assujeitamento. Implicado nesse processo, intradiscursivamente, encontra-se o uso da oração relativa.

Segundo os moldes da gramática tradicional, verificamos aqui um caso de relativo condensado, isto é, o termo **quem** condensa em si duas funções: 1ª) termo da oração principal e 2ª) termo da oração adjetiva:

Aquele/ que espera/ sempre alcança.

Oração Principal: Aquele sempre alcança

Oração Subordinada Adjetiva Restritiva: que espera

Rohrer liga a designação da restritiva ao conceito de extensão (...) *uma oração relativa restritiva restringe a extensão do conceito expresso pelo sintagma nominal que a oração modifica* (apud Mira Mateus, 1989, p. 289).

Isso significa que a restritiva, ao restringir a extensão do significado de seu antecedente, estabelece a sua localização, determina-o, tendo, portanto, uma função designativa.

Já nas gramáticas clássicas, encontramos tal explicação. Assim, o que distingue a restritiva da explicativa é essa função designativa, referencial, pois, especificando uma particularidade do antecedente, possibilita identificá-lo, na

prática, no mundo das coisas ou do pensamento. Em outras palavras, serve para conceber o objeto do discurso em objeto exterior ao discurso.

Ao contrário, na explicativa, a particularidade expressa na relativa não é necessária para a identificação prática do que está em questão no discurso. Ela se dá de forma independente e se localiza no grupo nominal denominado antecedente, o qual determina realmente a relativa explicativa.

Temos, então, duas concepções antagônicas de determinação: de um lado, o determinante sendo a relativa e o determinado o antecedente, de que a relativa particulariza a designação; de outro, o determinante sendo o antecedente, que especifica a designação da relativa, e o determinado é a relativa.

No primeiro caso, a ordem das coisas ou do pensamento é que explica a ordem do discurso e o funcionamento da relação determinante-determinado. Já no segundo caso, a ordem do discurso pode ser concebida independentemente da ordem das coisas ou do pensamento, porque as necessidades práticas de identificação foram asseguradas no grupo nominal antecedente. Aqui, o determinante correlaciona-se ao determinado na ordem do discurso e não mais na ordem das coisas ou do pensamento (cf. Henry, 1990).

Resumindo, podemos dizer que a diferença entre a restritiva e a explicativa é que a referência do antecedente da explicativa é independente da relativa. Abre-se, então, um espaço para pensarmos a determinação, no caso específico da relativa restritiva, não como uma relação meramente endofórica, situada no âmbito da língua, mas uma relação dêitico-discursiva que aponta interdiscursivamente para um outro discurso, o da censura.

Trata-se daquilo que Henry (ibid) chama de efeito discursivo ligado ao encaixe sintático e que se constitui na remissão a construções anteriores, exteriores e independentes da construção do enunciado. São os pré-construídos.

Dessa forma, como diz Pêcheux, ao criticar a interpretação de Frege sobre as relativas,

(...) o fenômeno sintático da relativa determinativa é uma condição formal de um efeito de sentido cuja causa material se assenta, de fato, na relação dissimétrica por discrepância entre dois domínios do pensamento, de modo que um elemento de um domínio irrompe num elemento do outro sob a forma do que chamamos "ré-construído", isto é, como se esse elemento já se encontrasse aí (1988, p.99).

A relativa restritiva é um caso de irrupção de pré-construídos. Essa perspectiva construída por Henry envolve tanto fatores sintáticos quanto semânticos para as relativas. Diz ele:

(...) para nós todo discurso "concreto" é duplamente determinado, de um lado pelas formações ideológicas que relacionam este discurso a formações discursivas definidas, de outro, pela autonomia relativa da língua (1990, p. 50-51).

Voltando ao esquema da página 129, vejamos como se processa tal fenômeno, a partir das seqüências de referência:

A: Quem espera

B: sempre alcança

Elas apontam para as seguintes posições antagônicas:

X: conformismo, sujeição

~X: temeridade, ousadia

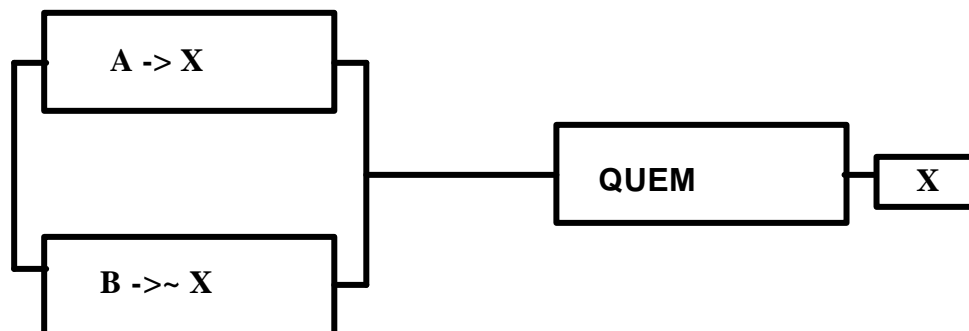
O enunciado da censura materializa-se mediante o emprego da relativa restritiva que, ao restringir a possibilidade de acesso ao objeto do desejo, que é alcançar algo - os que esperam necessariamente alcançam - nega o fato de que **os outros**, os que não esperam, possam também alcançá-lo.

Em termos de pressupostos, temos em A **quem não espera**, estando aí embutida a possibilidade de alguém alcançar o objeto do desejo sem esperar. Isso caracteriza uma postura temerária e audaciosa não compatível com a submissão e conformidade preconizada em DP. Assim, o relativo nega, de certa maneira, o objeto do desejo de B.³

Constatamos, novamente, a consubstanciação da alteridade constitutiva do processo de negação discursiva através do processo de relativização.

Concluimos também que há duas funções convergentes e indissociáveis na relativa restritiva: uma que restringe o significado do antecedente e outra, decorrente disso, que nega o que restou do âmbito da significação implicada no termo antecedente. Assim, através desse mecanismo discursivo de negação, há a interdição do enunciado do desejo, no caso, a possibilidade de alguém se arrojar para alcançar algo, mesmo sem esperar.

Resumidamente temos:



Onde A e B, elementos do intradiscurso, remetem para os enunciados antagônicos X e $\sim X$. A introdução do relativo prioriza X, engendrando assim a postura do conformismo e adaptabilidade às circunstâncias.

▪ O discurso contraditório

Como o enunciado do desejo repele o enunciado da censura, a sua formulação artificial deve conter elementos que demonstrem essa posição contraditória. Optamos por colocar a marca da negação em A, porque esse elemento representa, em nossa análise, o enunciado da censura e, assim sendo, evidencia de forma mais marcante a posição antagônica de DC. Isso também ocorre em DA.

Além disso, a negação do desejo pela censura localiza-se, de forma densamente marcada, em A pelo uso do relativo. Na realidade, implicado no **quem**, encontramos duas noções, quais sejam:

1º) há os que esperam, os cautelosos, que o enunciado da censura privilegia;

2º) há os que não esperam, os audaciosos, que o enunciado da censura condena.

O enunciado do desejo tem de negar a noção nº1 e afirmar a nº2, tem de mostrar que **os que não esperam** alcançam também. Dessa forma, entendemos que a negação deve incidir sobre o que consideramos enunciado da censura.

Temos, então:

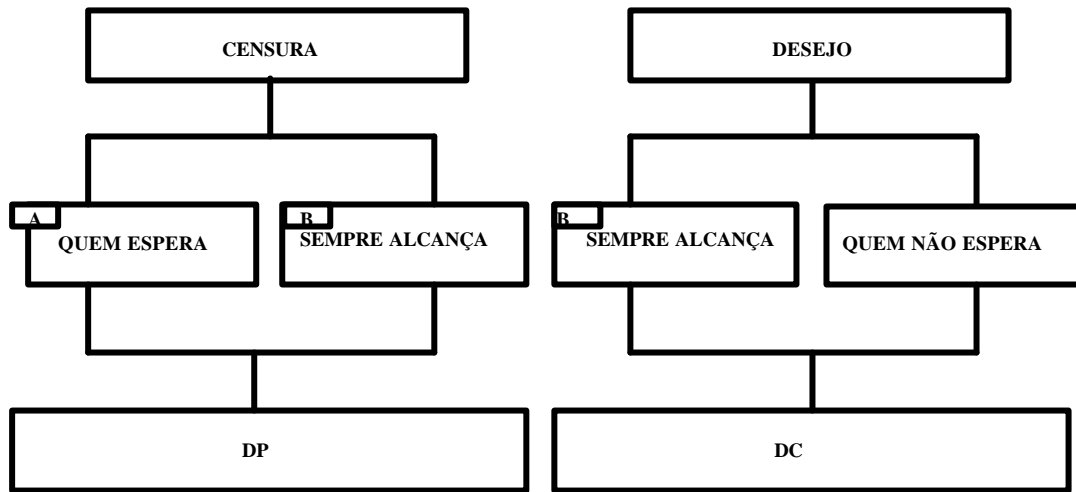


FIGURA 13 - Esquema de funcionamento de DC (Bloco 3)

Dessa forma, o enunciado da censura passa a ser refutado e o enunciado do desejo passa a ser tematizado.

3.2 Análise do discurso da alteração

DA: *Alcança quem não se cansa*

DA assemelha-se mais com DC, conforme demonstra o esquema abaixo:

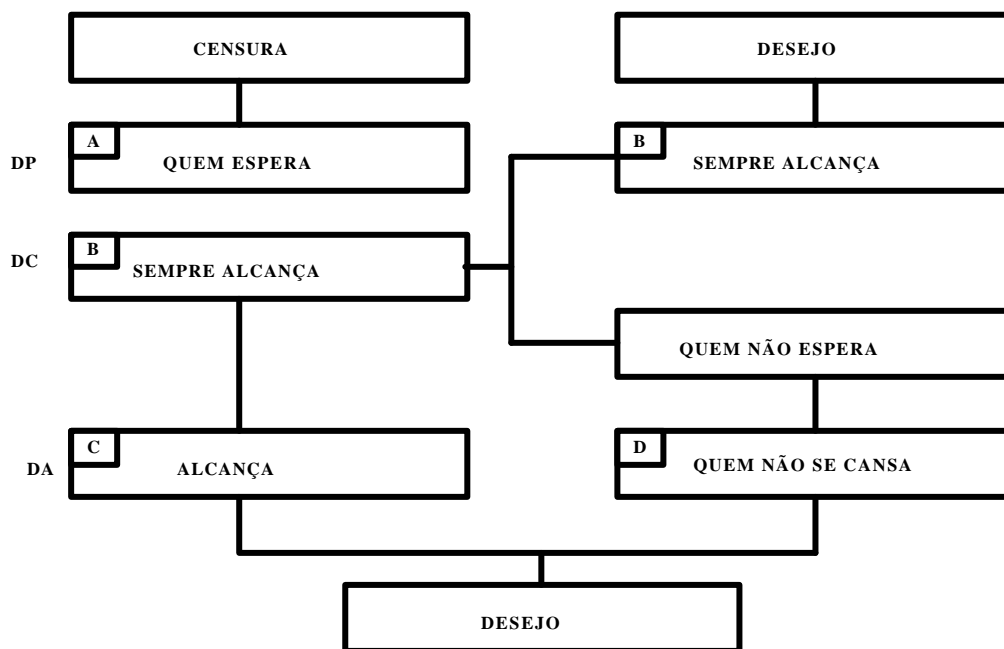


FIGURA 14 - Esquema de funcionamento de DA (Bloco 3)

Comparando DC com DA, verificamos certas similaridades e certas diferenças. As similaridades são as seguintes:

1º) deslocamento das seqüências (A e B de DP) que passam a tomar, na superficialidade do discurso, os lugares ocupados pelos seus antagônicos;

2º) incidência da negação, onde aparece o relativo. Chamamos a atenção para o fato de que em DA a marca de negação recai na mesma seqüência do relativo que aponta em DP para o enunciado X;

As diferenças são:

1º) a omissão do modalizador **sempre** em C;

2º) a troca lexical de **esperar** por **cansar** em D.

A presença de modalizadores no discurso proverbial situa-se no âmbito de outros traços formais característicos da **sabedoria das nações**, tendo como propriedade o fato de colocar as unidades fora do tempo, dito de outra forma, em qualquer tempo, a fim de assegurar a permanência da ordem moral.

Assim, a omissão de **sempre** em DA caracteriza-se como uma outra forma de negação do enunciado da censura, além do deslocamento ou inversão, da negação gramatical e da troca lexical em D.

Com relação à troca lexical, há a evidência de uma ligação, no plano do significante, entre **alcançar** e **cansar**, o que possibilita presumir, com base na hipótese de um relacionamento motivado entre o plano do significante e o do significado, que **cansa** é uma extensão, ou melhor, tem uma relação de consequência com **alcançar**, já que **alcançar algo** pressupõe, pelo menos em nossa cultura, esforço e esforço normalmente produz cansaço.

DA quebra essa ligação, ao introduzir a negação, utilizando-a como mecanismo de subversão de um sentido pré-existente e considerado natural.

Há, novamente, o movimento de dissonância entre o senso comum e a FD do autor que causa um efeito contestatório, desvelando o aprisionamento do sujeito pela ideologia. O elemento que representa o enunciado do desejo é tematizado, ocupando a posição de A de DP, tanto em DC quanto em DA, enquanto os outros passam a apresentar, além de ocuparem a posição de B ou DP, o do tema refutado, a marca de negação gramatical, numa clara refutação do enunciado da censura e numa clara adesão ao enunciado do desejo.

Esse desvelamento ocorre através dos mecanismos expostos que alteram DP e que desencadeiam efeito de sentido do absurdo, gerando o humor.

4 BLOCO 4

DP - Um dia é da caça, o outro do caçador.

(*Dicionário de Magalhães Júnior*)

DC - Um dia é do caçador, o outro da caça.

DA - Uns dias são da caça, os outros da caça são.

(*Almanhaque de 1949, p. 246*)

4.1 Análise do discurso proverbial: a negação discursiva no processo de coordenação contrastiva

O esquema abaixo ilustra a análise:

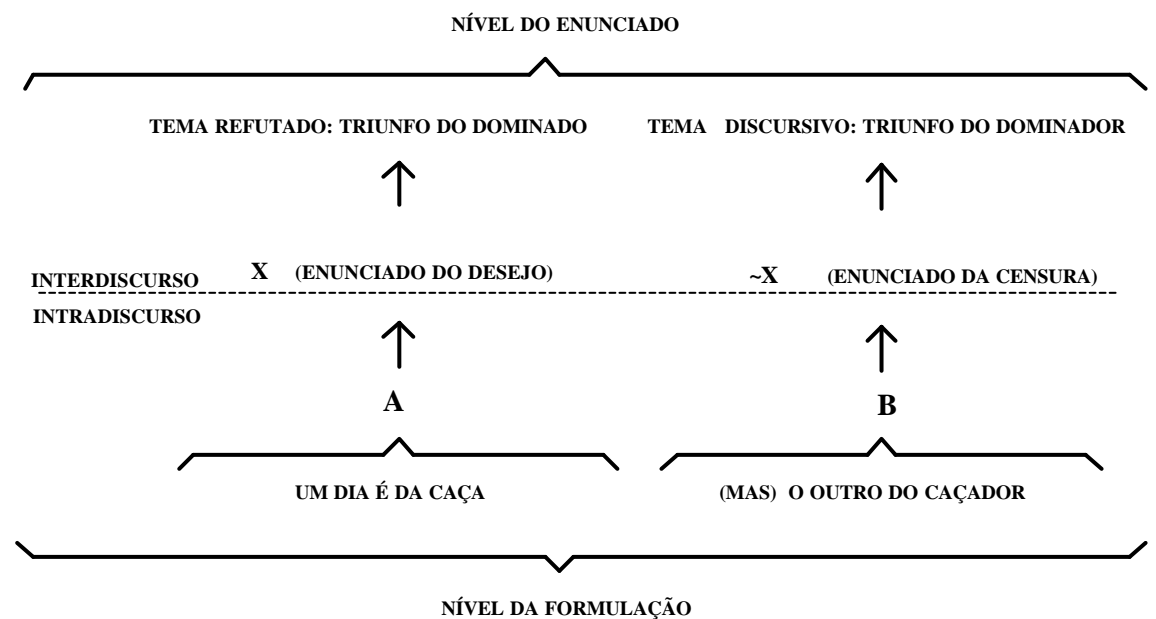


FIGURA 15 - Esquema de funcionamento de DP (Bloco 4)

No nível da formulação, A e B articulam-se contrastivamente mediante a pausa e a oposição **um/outro**, elementos que apontam para posições de sujeito diferenciadas.

Neste caso, a pausa estabelece tradicionalmente a classificação de tais seqüências como orações coordenadas assindéticas, estruturalmente independentes, isto é, uma não exercendo função sintática em relação a outra. Em termos gerativos, não há encaixe de uma oração em lugar dos elementos de outra, como na subordinação.

Todavia, mesmo sendo estruturalmente independentes, o fato de estarem combinadas num mesmo período faz com que se estabeleça um vínculo semântico entre elas. Assim, não podemos afirmar que sejam independentes entre si, uma vez que só existe coordenação quanto à forma, não quanto ao significado. Há, então, independência sintática, mas não semântica, mesmo que essa construção apresente um processo de encadeamento de valores sintáticos idênticos caracterizando uma simetria ou paralelismo de construção. Para nós, essa seqüencialidade assindética é um caso de nexos implícito de caráter contrastivo.

Concebendo tal relação interseqüencial na perspectiva aqui proposta, a coordenação pode também funcionar como um mecanismo intradiscursivo de negação de um outro discurso, desde que seja possível estabelecer uma relação entre dependência de ordem semântica e posições de sujeito diferenciadas. É o que acontece com as seqüências A e B desse provérbio, não só através da pausa como também através da oposição estabelecida entre **um X outro**.

A conexão entre A e B que, no caso, dá-se independentemente da presença explícita de um conector, poderia sugerir a presença implícita do conector **e** que aliaria ao seu valor aditivo específico um valor comparativo:

Um dia é da caça (e) outro do caçador.

Um dia é da caça (bem como) o outro é do caçador.

Dessa forma, os valores comparados possuiriam o mesmo estatuto semântico-discursivo. Todavia, em qualquer construção comparativa nunca há uma relação de simetria, uma vez que a relação é sempre orientada numa determinada direção. Os termos implicados, o comparante e o comparado, num procedimento discursivo similar ao **mas** aqui adotado para efeito de análise, também estabelecem uma espécie de hierarquia semântica. Além disso, as construções comparativas junto com as adversativas e as concessivas fazem parte semanticamente do grupo das construções contrastivas.

Temos, então:

A = Um dia é da caça

B = (mas) o outro do caçador.

Estabelece-se a primazia de B que aponta para o enunciado da censura em detrimento de A que aponta para o enunciado do desejo. A função da pausa e da oposição **um X outro** é introduzir uma seqüência que orienta para uma posição de sujeito oposta à conclusão para a qual a seqüência anterior poderia conduzir.

Em termos de pressupostos, temos:

A = (se) um dia é da caça (o outro não é) -> ~X = triunfo do dominado

B = (se) o outro é do caçador (um não é) -> X = triunfo do dominador.

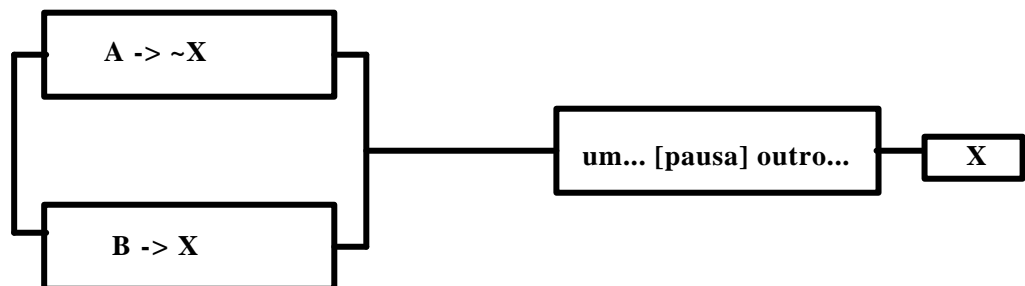
Percebemos que, nas duas seqüências, uma implica a existência de outra e a negação está implexa na própria constituição intradiscursiva de DP.

Assim, quando dizemos *Um dia é da caça, o outro do caçador*, refutamos de certa maneira A, tendo em vista que a orientação discursiva é outra. Admitimos, pois, que os elementos contrapostos **um X outro** e a pausa remetem para um

diálogo interdiscursivo entre duas posições de sujeito antagônicas. Em outros termos, dizendo **um... [pausa]** representamos uma enunciação virtual de B que se opõe a esta enunciação e, dizendo **[pausa] outro...** representamos uma enunciação virtual de A que se opõe a esta enunciação, com o privilégio de B em função da desqualificação operada por esses elementos. Dessa forma, a seqüência A remete à conclusão $\sim X$, relativa ao enunciado do desejo e a seqüência B aponta para a conclusão X, relativa ao enunciado da censura.

Aqui, novamente é atestada a alteridade constitutiva do discurso proverbial. Através dela, o sujeito universal impõe uma atitude de sujeição, na medida em que incita o conformismo, a aceitação do fato de nem sempre sermos vencedores.

Temos, portanto:



Onde A e B, elementos do intradiscursivo remetem, mediante a pausa e a oposição **um X outro** para os elementos interdiscursivos X e $\sim X$, privilegiando X.

▪ O discurso contraditório

O discurso contraditório (DC) estabelece um cruzamento em função da troca de posições: o enunciado da censura passa a ser inferiorizado e o enunciado do desejo passa a ser tematizado:

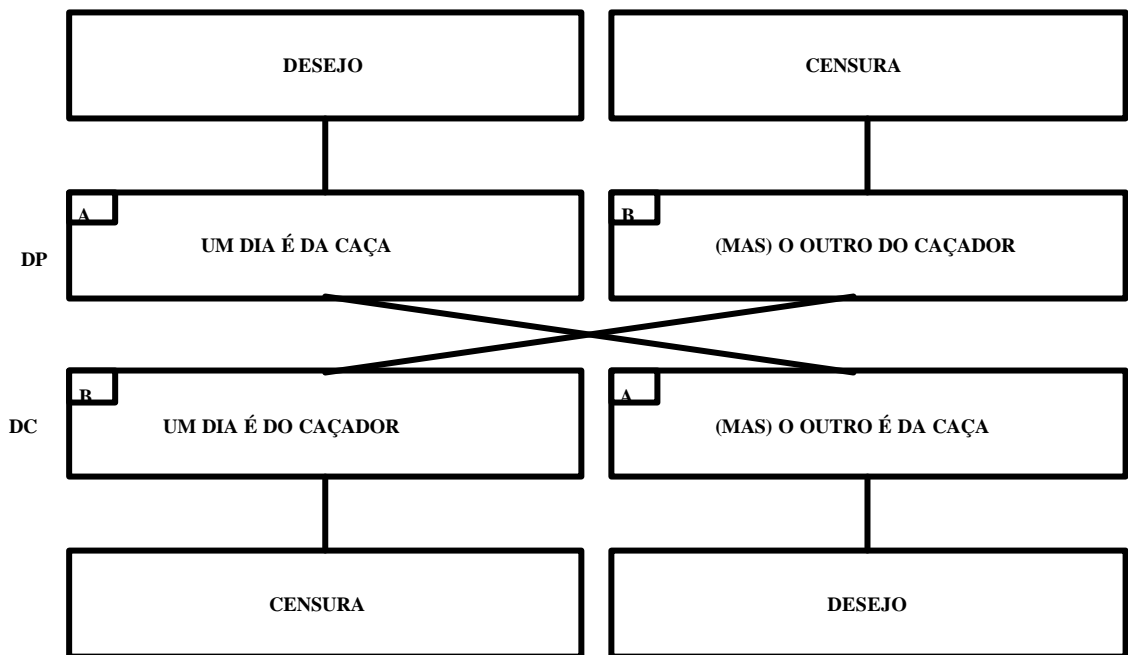


FIGURA 16 - Esquema de funcionamento de DC (Bloco 4)

4.2 Análise do discurso da alteração

DA: Uns dias são da caça, os outros da caça são.

Pelo esquema abaixo, observamos que há aparentemente maior similaridade entre DA e DP no nível da formulação, o que poderia sugerir um mesmo movimento discursivo, isto é, os dois direcionar-se-iam ao enunciado da censura:

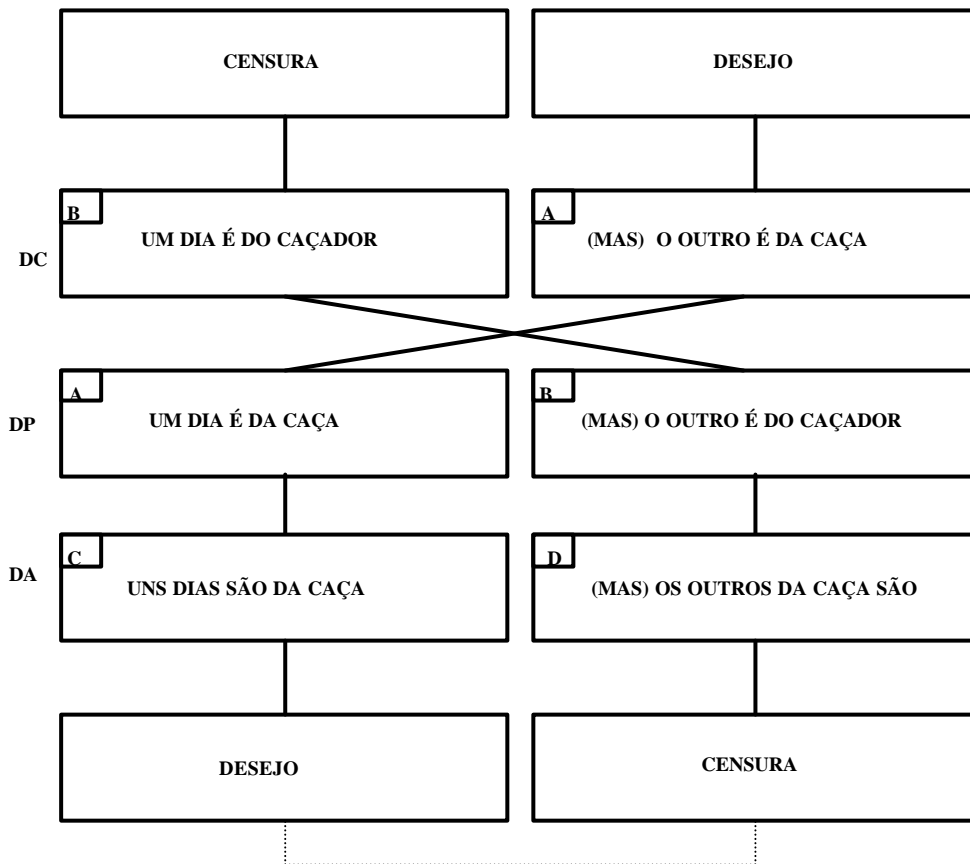


FIGURA 17 - Esquema de funcionamento de DA (Bloco 4)

As modificações que ocorrem são: acréscimo da marca de pluralidade nas seqüências C e D de DA e o surgimento de um novo item lexical pelo apagamento dos limites morfológicos estabelecido pela junção externa, decorrente da inversão da ordem dos elementos apresentados na seqüência C de DA.

Temos as seguintes seqüências em DA:

C = Uns dias são da caça

D = os outros da caça são

A repetição do item lexical **caça** remete ao enunciado do desejo e também apaga no intradiscorso o contraste que resultaria do emprego de '**uns X outros**' e da pausa, elementos lingüísticos que atestam o predomínio do enunciado da

censura em DP. Há uma transgressão lingüística e essa transgressão imputaria ao DA a absorção do enunciado do desejo e a refutação da censura, direcionando-o para ~X. Entretanto, o processo de refutação de DP também é contraditório, uma vez que a juntura externa, ao fazer surgir o novo item lexical, possibilita um outro efeito de sentido: todos os dias são da **caça são**, isto é, nunca são da caça, o que revela a apreensão do processo de interpelação ideológica.

Podemos dizer que, pelo efeito fônico, instaura-se o processo polissêmico, no sentido que Orlandi (1988) o emprega ao opô-lo no parafrástico. Há a tematização do deslocamento daquilo que está sedimentado, institucionalizado em DP. O processo parafrástico que poderia ser estabelecido pela recorrência dos traços lingüísticos no intradiscorso de DA é rompido e instaura-se o processo de reformulação, da polissemia.

Nesse espaço polissêmico, situa-se o humor que joga paradoxalmente com o desvelamento da força do discurso do dominador, da censura e com a impossibilidade de manifestação do discurso do desejo. Intradiscursivamente, DA remete para a anulação total da censura e para a explicitação do enunciado do desejo, ao mesmo tempo que, no nível fônico, demonstra a eficácia do poder do enunciado da censura que apaga a possibilidade da consolidação do enunciado do desejo. Esse efeito é conseguido através do processo de nominalização do ato de caçar (cassação/caça) que pode remeter, ou para a ação ou para o resultado dela.

O processo de nominalização, que recobre nomes deverbais ou morfologicamente associados a verbos, neutraliza diferentes marcas verbais: pessoa, número, tempo, etc., e aí surgem ambigüidades e indeterminações. Assim, os itens lexicais em jogo colocam, na cena discursiva, pelo menos dois diferentes e antagônicos efeitos de sentido.

Portanto, apesar da aparente homogeneidade de DA, no sentido de remeter direta e univocamente para o enunciado do desejo, o processo de nominalização decorrente da junção externa faz irromper o discurso outro, marcando a presença do heterogêneo. Assim, em DA, os dois enunciados antagônicos são apresentados, o do desejo e o da censura. Entretanto, o efeito de sentido predominante não é o de privilegiar o enunciado do desejo, mas sim o de constatar a impossibilidade de sua realização.

NOTAS

1. Dizemos que o enunciado do desejo ($\sim X$) constitui o enunciado da censura (X), por considerarmos que o desejo preexiste à censura e que esse existe para reprimi-lo.
2. Nesse caso, o senso comum não é censura, mas sim desejo, fato que se justifica dado o seu caráter heteróclito já enunciado no capítulo anterior.
3. É interessante notar que há uma relação de implicação semanticamente equivalente em **se esperar, alcançará**. A construção dessa condicional hipotética, correspondente à relativa restritiva, na qual se encontra imbricada a mesma pressuposição, serve para demonstrar, além do parentesco entre relativas e condicionais, a relação hierárquica de dependência semântica entre A e B, pois ela se constitui na condução ou restrição, para que a realização do fato descrito na oração principal se efetive.
4. A inversão das seqüências explica-se na medida em que, normalmente, o elemento tematizado aparece em primeiro plano.
5. Para nós, a condicionalidade não se esgota na presença do conector lógico tradicional (Se). Há outros parâmetros que devem ser considerados como a ordem das orações, os tempos e modos verbais utilizados, o tipo de relação entre antecedente e conseqüente, o tipo de referência nominal e temporal, etc.. O importante é que as condicionais marcam ou constituem uma conexão entre o conteúdo semântico-discursivo de A e B.

QUINTA PARTE
CONCLUINDO O ASSUNTO

Quatro questões pautaram a consecução deste trabalho, conforme apresentamos inicialmente. Procederemos a sua discussão, a partir das palavras de Foucault acerca da busca da verdade na prática científica:

(...) nem tudo é verdadeiro; mas em todo lugar e a todo momento existe uma verdade a ser dita e a ser vista, uma verdade talvez adormecida, mas que no entanto está somente à espera de nosso olhar para aparecer, à espera de nossa mão para ser desvelada. A nós cabe achar a boa perspectiva, o ângulo correto, os instrumentos necessários, pois de qualquer maneira, ela está presente aqui e em todo o lugar. Mas achamos também (...) que a verdade, como um relâmpago, não nos espera onde temos a paciência de emboscá-la e a habilidade de surpreendê-la, mas tem instantes propícios, lugares privilegiados não só para sair da sombra como para realmente se produzir. Se existe uma verdade, esta é a dos espaços onde reside e não simplesmente a dos lugares onde nos colocamos para observá-la (1992, p. 113).

Buscamos o ângulo correto, tentamos montar instrumentos adequados, procuramos circular no seu espaço. Se a retiramos da sombra, não sabemos. Nos estreitos limites onde circunscrevemos o nosso estudo, julgamos ter vislumbrado a verdade que o provérbio esconde e que a alteração geralmente denuncia. No início deste trabalho, dizíamos que a tarefa era arriscada, principalmente porque iríamos lidar com três domínios teóricos diferentes. O produto aqui está.

Pretendemos penetrar na camuflagem dogmática do discurso proverbial, desvendando como o poder e a censura se materializam lingüisticamente. Esse discurso ortodoxo e de saber constitui-se naquilo que chamamos, à sombra de Legendre (1983), o jogo do *fazer-crer para submeter*. Por outro lado, buscamos

também verificar, nas alterações humorísticas de provérbios, formas que denunciam um movimento contrário ao do poder e ao da censura, qual seja, o do desejo.

O presente trabalho insere-se na movência desta empresa: o sistema de crenças regrado para selar a verdade e a sublevação desse sistema para destruir essa verdade. Para tanto, fizemos uso de princípios do materialismo histórico, da lingüística e da psicanálise. As etapas do trabalho evidenciaram essa nossa proposta teórico discursiva que buscou compreender os processos de significação instaurados pelas seqüências selecionadas, a partir da análise do funcionamento intradiscursivo de DP e de DA, considerando-os como espaços de embate entre as duas forças do inconsciente: a da censura, que domina o desejo e o recalca através dos mecanismos ideológicos de poder, e a do desejo, que não cabe nos códigos, que permanece à margem, mas que é capaz de subverter a nossa experiência com o inusitado.

O meio de propagar o poder, de comunicar as censuras até o sujeito, através do discurso proverbial, já havia sido estudado antes por outros autores, como apontamos anteriormente, porém dentro de quadros teóricos diferentes. Focalizá-lo no âmbito da AD talvez seja uma das contribuições aqui deixadas. Por outro lado, o humor não tem sido objeto de estudo dessa área. A tese ora apresentada buscou dar a sua cota de participação para o preenchimento de tal lacuna. Isso nos parece importante, na medida em que a análise dos mecanismos de sua constituição nos permitiu mostrar que, ao lado do discurso do poder e da censura, existe um espaço de liberdade/luta frente ao processo significativo da interpelação ideológica.

A análise dos provérbios, enunciados do senso comum, possibilitou-nos identificar, no restrito quadro das análises efetuadas que, sob os discursos ditos legitimados, institucionalizados, cujo efeito de sentido parece ser um, na realidade,

encontra-se um outro que a ele se contrapõe, mas paradoxalmente o constitui: o desejo. Ele está aí presente, inscrito na própria seqüencialidade discursiva e foi possível resgatá-lo através dos próprios operadores gramaticais empregados pela censura que, ao marcarem a forma materialmente lingüística dos pré-construídos, que limitam e determinam o sujeito, permitiram também acessar a esse discurso proibido, que não deve vir à tona, porque se pauta pelo prazer e pela liberdade.

Acreditamos que os resultados das nossas análises tornaram possível apreender centralmente que o discurso do desejo, de forma marginal, inscreve-se na materialidade lingüística. Pensamos ter enriquecido a reflexão sobre a constituição do discurso proverbial, mostrando que a sua base é a repressão do desejo e que o Sujeito (com S maiúsculo) é um sujeito dividido entre censura e desejo.

Os estudos teóricos aqui efetuados nos facultaram, além disso, caracterizá-lo como um discurso institucional e referendado socialmente. Constituem-se de enunciados que têm caráter de evidência, são repetidos indistinta e consensualmente e, mesmo assim, não perdem a magia do convencimento. A sua especificidade distingue-o como uma prática discursiva que não admite réplica, e a sua sistematicidade transpassa todos os pontos da rede social, assegurando a coesão entre eles. Tem o efeito do **já dito** e é resultante de automatismos mnemônicos que visam à permanência do senso comum.

Mostramos, através das análises e da pesquisa teórica, que os discursos proverbiais apresentam regularidades que nos permitem interpretá-los como mantenedores da concepção de mundo do senso comum, impondo ao homem o conformismo e a submissão. Cremos que as constatações expostas respondem à primeira questão formulada na introdução.

O segundo ponto a ser discutido diz respeito às diferenças que ocorrem em termos de mecanismos discursivos suscetíveis de produzirem diferentes efeitos de sentido entre DP e DA.

As análises colocaram em evidência quatro mecanismos discursivos diferentes, no caso de DP, que privilegiaram o enunciado da censura e estabeleceram a negação do enunciado do desejo: o processo de comparação, o processo de apassivação, o processo de relativização e um processo de coordenação contrastiva. Obviamente, os efeitos de sentido daí decorrentes são de natureza coercitiva e se inscrevem no plano da parafraseagem. Servem para reiterar os processos cristalizados pelo senso comum e se caracterizam, como já expusemos anteriormente, pela repetibilidade, que é linearizada, na seqüencialidade discursiva, por esses mecanismos discursivos.

Já no caso das alterações, permanecem traços no intradiscurso que possibilitam o resgate de DP. Todavia, são introduzidas modificações, tais como: deslocamento das seqüências que representam o enunciado da censura e o enunciado do desejo em DP, que passam a ocupar, na superficialidade do discurso de DA, os lugares de seus antagônicos; trocas lexicais, inversão na disposição dos elementos e o surgimento de novo item lexical mediante o apagamento da fronteira morfológica. Os efeitos de sentido que daí se derivam são da ordem do desejo e se inscrevem no plano da polissemia, rompendo com o processo dominante dos sentidos impostos por DP. Há um deslocamento dos sentidos institucionalizados, irrompendo o diferente, o inusitado, o desejo.

Passemos, agora, ao terceiro ponto que, de alguma forma, já foi focalizado. Versa sobre o que sinalizariam os efeitos de sentido provocados no confronto de DP com DA: a subversão ou a confirmação dos pressupostos ideológicos do senso comum.

Temos reiterado, diversas vezes, que o humor das alterações pode ocasionar a desconstrução de DP. O automatismo de DP, cujos mecanismos sociais, históricos e culturais sustentam o "status quo" e que expressam o saber comum é quebrado. Em outras palavras, a institucionalização dos sentidos provocada pelos provérbios, que corresponde às expectativas éticas e morais da sociedade é, através das alterações, geralmente posta em xeque.

O discurso das alterações retoma, como vimos, o discurso proverbial e o rejeita simultaneamente. Mostramos que o efeito de sentido provocado pelos mecanismos discursivos do provérbio é desvirtuado através dos desvios operados no intradiscurso das alterações, provocando um novo efeito de sentido que joga com o absurdo e a imprevisibilidade. Essa imprevisibilidade deve ser vista aqui como a irrupção de elementos que não são esperados (aquilo que não deve ser dito) num discurso cuja função é classificar comportamentos e comunicar algo de consenso, o proverbial. Tais elementos constroem uma realidade estranha e inusitada, desmontam o jogo proverbial e o rearranjam numa combinação absurda. Subjacente a essa combinação absurda, encontra-se o processo de rebeldia, oriundo do desejo incontido do inconsciente que aí se extravasa. Em suma, o discurso das alterações, por apresentar desvios das formas canônicas do discurso proverbial, introduz, como já dissemos, o **diferente**. Esse diferente causa a imprevisibilidade que, por sua vez, estabelece a ruptura com o **mesmo** de DP, desmistificando-o.

Assim, enquanto no discurso proverbial a repetibilidade, característica do processo parafrástico e que se situa no nível do interdiscurso, incide na horizontalidade da cadeia significante, servindo-se de diferentes mecanismos lingüísticos que provocam como efeito de sentido a sujeição e a temperança, no discurso das alterações, a reformulação, característica do processo polissêmico e que também se situa no nível do interdiscurso, incide na horizontalidade da cadeia significante, rompendo-a e instaurando o efeito de sentido humorístico.

Todavia, tais colocações não devem ser interpretadas em termos absolutos. Temos de relativizá-las em função de alguns fatos constatados nas análises. De maneira geral, é inquestionável que o efeito humorístico decorre do deslocamento ou descontinuidade entre DP e DA, o que revela a apreensão do processo significativo de interpelação ideológica pelo autor e a sua conseqüente ridicularização. Entretanto, pelo que nos foi dado observar, o efeito humorístico pode se basear apenas numa descontinuidade intradiscursiva que não sinaliza necessariamente para posições de sujeito divergentes. No caso de DA₂ do bloco 1, por exemplo, as posições são convergentes, no sentido em que apontam para enunciados do domínio de saber do senso comum.

Outro aspecto a destacar com relação à ruptura diz respeito à alteração do bloco 4. Ela, ao mesmo tempo que faz emergir o desejo, estabelecendo o deslocamento no dizível, remete, no nível fônico, para o enunciado da censura, demonstrando a eficácia do poder. Isso nos leva a dizer que o alcance da ruptura deve sempre ser investigado na interligação do nível da formulação com o nível do enunciado, a fim de verificarmos se o que ocorre na superficialidade do discurso realmente aponta para um confronto entre FD diferentes e antagônicas.

A última questão visava à relação entre o humor desencadeado pelas alterações e os diferentes efeitos de sentido produzidos por DP e DA. Já a respondemos. Todavia, queremos salientar que, apesar das restrições assinaladas acima, o discurso proverbial e o das alterações com finalidade humorística normalmente se contrapõem.

Qual foi o caminho que fizemos até aqui? É bom que sintetizemos, para que possamos finalizar este trabalho. Vejamos:

1. Primeiramente, procedemos a um levantamento dos estudos feitos em diversas áreas sobre o discurso proverbial, a fim de coletarmos elementos que nos

possibilitassem caracterizá-lo, em sua materialidade, como o discurso da **censura** praticado pelo **poder**.

2. As características dos provérbios, detectadas através desses estudos, levaram-nos a considerá-los a própria materialização do senso comum e, assim, funcionam como um dos mecanismos mantenedores da unidade e da dominação ideológica imprimida à sociedade.
3. Posteriormente, apresentamos os estudos sobre alterações proverbiais, o de Grésillon e Maingueneau (1984) e o de Castro (1990) com a finalidade de mostrarmos, quanto ao primeiro, a filiação do presente estudo à sua proposta e, quanto ao segundo, a conexão em termos do emprego do mesmo "corpus".
4. Focalizamos também o humor de forma geral, destacando as suas características fundamentais e situamos o discurso das alterações no quadro da imitação parodística, na acepção de Maingueneau (1989), a partir da constatação de que elas se constituem num discurso que fala antagonicamente sobre outro.
5. Da parte relativa à epistemologia da AD, destacamos como fundamentais, os seguintes aspectos:
 - a perspectiva adotada sobre o **poder**, baseada em Foucault, (1969, 1984) que permitiu o alargamento do conceito de interpelação ideológica, qual seja, a de concebê-la não só determinada pelos **aparelhos repressivos e ideológicos de estado** como pelos **aparelhos de saber** que funcionam, usando um termo de Foucault, "de forma capilar", nas instâncias menores, microestruturais da sociedade. Tal aspecto, sob o nosso ponto de vista, possibilitou a inserção do senso comum na categoria de formação discursiva;
 - a relação estabelecida entre ideologia e inconsciente, que permitiu mostrar que o Outro, implicado no processo significante na interpelação e na

identificação do sujeito, está tanto no espaço psíquico quanto no social. Salientamos também que a origem da interdição do desejo, deve-se mais do que aos aparelhos ideológicos e repressivos de estado, aos aparelhos de saber;

- a heterogeneidade constitutiva do discurso, que foi analisada através da categoria da contradição e da noção de negação, não do ponto de vista tradicional dos estudos lingüísticos, mas numa perspectiva discursiva que procura a negação do discurso-outro nas margens do processo lingüístico e sob outras formas que não as gramaticais;
- a inserção do discurso proverbial no espaço do **mesmo**, da parafraseagem, e do discurso das alterações no espaço do **diferente**, da polissemia.

6. Por fim, efetuamos as análises. Cremos que os mecanismos estratégicos empregados atingiram o objetivo proposto: a tentativa de elaborar uma forma de pensar o discurso como trânsito do inconsciente e da ideologia, imbricação do singular e do social, lugar da contradição entre censura e desejo, contradição que não só é constitutiva do discurso como da própria vida.

BIBLIOGRAFIA

1 OBRAS CITADAS

- AGENO, Franca. Premessa a un repertorio di frasi proverbiali. In: *Romance philology*. p. 242-264, 1960.
- ALTHUSSER, L. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*. Presença: Lisboa, 1974.
- ANGENOT, Marc. *La parole pamphlétaire. Contribution à la typologie des discours modernes*. Paris: Payot, 1982.
- _____. Pour une théorie du discours social: problématique d'une recherche en cours., *Médiations du social - recherches actuelles*, Littérature, McGill University, Montréal (70):82-98, 1988.
- AUTHIER-REVUZ. *Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive; éléments pour une approche de l'autre dans le discours*. ORLAV (26): 91-151, 1982.
- BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da obra de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense, 1981.
- BARÃO DE ITARARÉ. *Almanhaque para 1949*. São Paulo: Studioma, 1991.
- _____. *Almanhaque para 1955 (1º semestre)*. São Paulo: Studioma, 2. ed, 1990.
- BARTHES, Roland. *Leçon*. Seuil: Paris, 1978.
- BATALHA, Ladislau. *História Geral dos Adágios Portugueses*, Paris/Lisboa: Liv. Ailland e Bertrand, 1924.
- BERRENDONNER, A. *Éléments de pragmatique linguistique*. Paris: Éditions de Minuit, 1981.
- CASTRO, Maria Lília Dias. *As Articulações da Ironia nas Máximas e Mínimas do Barão de Itararé. Tese de Doutorado*. Universidade de São Paulo, 1990.
- COLLINOT, A, MAZIERE, F. A Língua Francesa: pré-construído e acontecimento lingüístico. In: ORLANDI, E. (org.) *Gestos de leitura*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994.

- CONTE, Maria Elisabeth. Coherence in interpretation. In: W. Heydrich et alii (eds.), *Connexity and coherence. Analysis of text and discourse*. Berlin: Gruyter, p.275-282, 1989.
- CORTES-RODRIGUES, Armando. *Adagiário Popular Açoriano. Col. Antiha*. Secretaria Regional de Educação e Cultura. Angra do Heroísmo, 1982.
- COSERIU, Eugenio. Introducción al estudio estructural del léxico. In: E. COSERIU. *Principios de Semántica estructural*. Madri: Gredos, p.87-142, 1977.
- COURDESSES, Lucile. Blum e Thorez en Mai 1936. *Analyses d'Énoncés*. Langue Française, n.9, Février, p.22-33, 1971.
- COURTINE, Jean Jacques. *Analyse du discours politique: le discours communiste adressé aux chrétiens*. Thèse de Doctorat 3^{ème} cycle, Nanterre: Université de Paris X, 1980.
- _____. *Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours; à propos du discours communiste adressé aux chrétiens*. *Langages*, n. 62, 1981, p. 9-127.
- CRAM, D. *The linguistic status of the proverb*. *Cahiers de lexicologie*. n.43, p.53-71, 1983.
- CULIOLI, A. et alii. *Considérations théorique à propos du traitement formel du langage*. *Documents de linguistique quantitative n° 7*. Centro de Linguistique Qualitative. Faculté des Sciences de l'Université de Paris, 1970.
- DUCROT, Oswald. *O Dizer e o Dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- DUNDES, Alan. On the structure of proverbs. In: *Proverbium*. n.25, p.961-973, 1975.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1992.
- _____. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária, 1097.
- _____. *El sujeto y el poder*. *Revista Mexicana de Sociologia*, p.3-20, s/d.
- _____. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- FREUD, Sigmund. Artigos sobre metapsicologia. In: *A história do movimento psicanalítico, artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1974. (Ed. Standad Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, 14).
- _____. *Os chistes e sua relação com o inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago, 1977.
- GENETTE, Gérard. *Palimpsestes. La littérature du second degré*. Paris: Editions du Seuil, 1982.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- GREIMAS, Algirdas Julien. *Sobre o sentido*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1975.
- GRÉSILLON, Almuth; MAINGUENEAU, Dominique. Polyphonie, Proverbe et Détournement. *Langage*, Paris: Larousse, n. 73, p.112-125, mars 1984.
- HAROCHE, Claudine. *Faire Dire, Vouloir Dire*. Lille, Presses Universitaires de Lille, 1984. Trad. bras. Fazer Dizer Querer Dizer. São Paulo: Hucitec, 1992.

- HENRY, Paul. *Constructions relatives et articulations discursives*. Langages, n. 37, p.81-98, mars, 1975. Trad. bras.: Cadernos de Estudos Linguísticos, n. 19, p.81-89, Campinas, UNICAMP: IEL, jul.-dez., 1990.
- HJELMSLEV, Louis. *Prolégomènes à une théorie du langage*. Paris: Minuit, 1971.
- HUTCHEON, Linda. *Uma teoria da paródia*. Lisboa, Edições 70, 1989.
- INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Tese de Doutorado. Universidade de Campinas, 1992.
- JERKOVIC, Jerônimo. Duas ou três coisas que eu sei do humor. *Revista Vozes de Cultura*, Petrópolis, v. 64, n.3, p.47-53, 1970.
- JOLLES, André: *Formas Simples*. São Paulo, Cultrix, 1976.
- KERBRAT-ORECCHIONI, c. Líronie comme trope. In *Poétique*, n. 41, 1980.
- KLEIBER, Georges. Sur la définition du proverbe. *Phraséologie contrastive*. Europhras 88, p. 233-252, 1989.
- KOESTLER, Arthur. *The act of creation*. New York: Dell, 1964.
- KRIKMANN, Arvo. Some difficulties arising at semantic classifyin of proverbs. In: *Proverbium*, n.23, p.865-879, 1974.
- KUUSI, Matti. Towards an international type-system of proverbs. In: *Proverbium*, n.19, p.699-735, 1972.
- LACAN, J. El deseo y su interpretación. In *Las formaciones del inconscient*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1970.
- LAGAZZI, Susy. *O desafio de dizer não*. Campinas: Pontes, 1988.
- LAPLACHE, D, PONTALIS, J. B. *Vocabulário de psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 2 ed., 1992.
- LEGENDRE, Pierre. *O amor do censor*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1983.
- LOPES, Ana Cristina Macário. *Texto proverbial português. Elementos para uma análise semântica e pragmática*. Tese de doutorado, Universidade de Coimbra, 1992.
- MACIOCCHI, Maria Antonietta. *Pour Gramsci*. Paris, Seuil, 1974. Trad. bras.: A favor de Gramsci. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes, 1989.
- MELEUC, Serge. Structure de la maxime. *Langage*, n. 13, p.69-99, 1969.
- MILNER, G. B. De l'armature des locutions proverbiales: essai de taxinomie sémantique. In: *L'Homme*, n.9, p.49-70, 1969.
- MIRA MATEUS, Maria Helena et alii. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1989.

- MOCHCOVITCH, Luna Galeano. *Gramsci e a escola*. São Paulo: Ática, 1992.
- NAFFAH NETO, Alfredo. *O inconsciente. Um estudo crítico*. São Paulo: Ática, 1985.
- NORRICK, Neal. *How proverbs mean. Semantic studies in english proverbs*, Berlin: Mouton Publishers, 1985.
- _____. *A frame-theoretical analysis of verbal humor: bisociation as schema conflict*. *Semiotica*: Amsterdam, v. 60, n.374, p. 225-245, 1986.
- ORLANDI, Eni. *A linguagem e seu funcionamento*. Campinas: Pontes, 1987.
- _____. *Discurso e Leitura*. São Paulo, Cortez: ed. Unicamp, 1988.
- PÊCHEUX, Michel & FUCHS, Cathèrine. A propósito de uma análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET & HAK (orgs.). *Por uma análise automática do Discurso*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990.
- _____. *Lecture et mémoire: projecte de recherche*. In: MALDIDIÈRE, P. *L'Inquietude du discours*. Éditions des Cendres, 1990.
- PECHEUX, Michel. *Semântica e Discurso*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1988.
- PERMJAKOV, G. L. *From proverbs to folk-tales: notes on the general theory of cliché*, Moscow: Nauka, 1979.
- PONTES, Eunice. *O tópico no Português do Brasil*. Campinas: Pontes, 1987.
- PROPP, Vladimir. *Comicidade e Riso*. São Paulo: Ática, 1992.
- RASKIN, Victor. Linguistic heuristics of humor: a script-based semantic approach. *International Journal of the Sociology of Language: Language and humor*, Berlin, v.65, p.11-25, 1987.
- RICOEUR, Paul. *A Metáfora Viva*. Porto/Portugal, Ed. Rés, 1983.
- RIEGEL, Martin. Qui dort dîne on le pivot implicatif dans les énoncés parémiqes. In: RIEGEL & TAMBA (eds.). *L'implication dans les langues naturelles et dans langues artificielles*, Paris: Klincksieck, p.85-99, 1987.
- RODEGEM, F. *Un problème de terminologie: les locutions sentencieuses*. *Cahiers de l'Institut de Linguistique*, v.1, n.5, p.677-703, 1972.
- SCHMIDT-RADEFELDT, Jürgen. *Descrição semântica e funções metafóricas do provérbio*. In CARVALHO de J.H. e Schmid-RAdefelat (eds.), *Estudos de Lingüística Portuguesa, Coimbra, Coimbra Editora, 1984, P. 213-235*
- SÉRIOT, Patrick. Langue russe et discours politique soviétique analyse des nominalisations. *Langages*, n. 81, p. 11-41, 1986.
- SERRANI, Silvana. *A linguagem na pesquisa sociocultural*. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.
- SOUSA, Afonso Félix de. (org.) *Máximas e Mínimas do Barão de Itararé* Rio de Janeiro: Record, 1985.
- SPERBER, P, WILSON, D. *Les ironies comme mentions*. *Poétique*, n.36, 1978.

- SZEMERKÉNYI, Ágnes. A semiotic approach to the study of proverbs. In: *Proverbium*, n.24, p.934-936, 1974.
- TAYLOR, Archer. Selected writings on proverbs. *Communications*, v.91, n.216, Helsinki: Mieder, 1975.
- VALLEJO, A., MAGALHÃES, L. Lacan: *Operadores de Leitura*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2 ed., 1991.
- VANDERVEKEN, Daniel. *Meaning and speech acts. Principles of language use*. vol. 1. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- VOGT, Carlos. *O Intervalo Semântico*. São Paulo: Ática, 1977.
- VOGT, Carlos, DUCROT, Oswald. De magis a mas: uma hipótese semântica. In: VOGT, C. *Linguagem, pragmática e ideologia*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- ZAVARIN, Valentina; COOTE, Mary. *Theory of the formulaic text. Publications du C.I.S.L.*, Università di Urbino, p.88-89, 1979.
- ZILBERMAN, Regina. *Literatura Gaúcha: temas e figuras de ficção e da poesia do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: L&PM, 1985.
- ZOLKOVSKIJ, A.K. At the intersection of linguistics, paremiology and poetics. *Poetics*, v.7, n.3, p.309-332, 1978.
- ZULUAGA, Alberto. *Introducción al estudio de las expresiones fijas*. Frankfurt: Verlag, 1980.

2 DICIONÁRIOS

- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- GALISSON, R. & COSTE, D. *Dicionário de Didáctica das Línguas*. Coimbra/Portugal: Livr. Almedina, 1983.
- MAGALHÃES JR., R. *Dicionário brasileiro de provérbios, locuções e ditos curiosos*. Rio de Janeiro: Documentário, 1974.

ANEXO

Dados biográficos do Barão de Itararé

Os bons humoristas, de maneira geral, fazem-nos olhar o avesso das coisas. Com sua arte e sua crítica, levam-nos a perceber o outro lado da realidade. Apparicio Torelly, o Apporelly, o Barão de Itararé, é uma dessas figuras. Segundo Jorge Amado, na apresentação da coletânea de máximas e mínimas do Barão (Félix de Souza, 1985, p.11-2),

não houve no Brasil, na década de 40, escritor mais unanimemente lido e admirado do que o humorista cujo riso, ao mesmo tempo bonachão e ferino, fazia a crítica aguda e mordaz da sociedade brasileira e lutava pelas causas populares. Mais do que um pseudônimo, o Barão de Itararé foi um personagem vivo e atuante, uma espécie de Dom Quixote nacional, malandro, generoso e gozador, a lutar contra as mazelas e os malfeitos.

Ditos espirituosos que transitam na sociedade brasileira como: "Só o que bota pobre pra frente é empurrão", "o fígado faz muito mal à bebida", "o feio da eleição é se perder", "o erro do governo não é a falta de persistência, mas persistência na falta", entre outros, já circulavam nas páginas da publicação *A Manha* do Barão de Itararé. Em 1935, ano da **Intentona Comunista**, essa circulação foi interrompida em vista da prisão de Itararé, fato que se repetiu até o fim do Estado Novo.

Esse jornalista gaúcho que, através de um fino humor e ousadia, criticou a política getulista, teve como companheiros de cárcere, Hermes Lima, Eneida de

Moraes, Nise da Silveira e Graciliano Ramos. Dessa época é a sua frase "Entre sem bater", destinada à polícia que, por diversas vezes, irrompia em seu escritório e o levava preso..

Foi um dos fundadores e militantes da Aliança Nacional Libertadora (ALN). Em 1945, Apporelly encabeçou a lista dos escritores e jornalistas num abaixo-assinado pelas liberdades democráticas. No mesmo ano, participou ativamente da campanha do candidato do PCB à presidência, Yedo Fiuza. Em 1947, candidatou-se à Câmara do Distrito Federal pelo mesmo partido. O "slogan" de sua campanha foi: "Mais leite, mais água, mas menos água no leite" - Vote no Barão de Itararé, Apparicio Torelly. Foi eleito, mas no final do ano, com a cassação do registro do PCB, perdeu o seu mandato.

Esse senhor, nascido em 1895 (por isso dizia-se "herói de dois séculos"), era um marxista paradoxal, pois numa época em que ser marxista era ser ateu, ele tentava coadunar, em si, o materialismo histórico e a sua religiosidade, como bem explica Carmina de Azevedo Mendes Steed, no seu comentário de abertura da 2ª edição de 1989 do *Almanhaque* do 1º semestre de 1955.

Morreu em 1971, mas deixou-nos a sua arte em: *Pontas de Cigarros* (1925), artigos em *O Globo* (1925), *A Manhã* (1926), *A Manhã* (1926-1952), *Jornal do Povo* (1934), *Diário de Notícias do Rio de Janeiro* (1938-1942), *Última Hora* (1955-1959) e seus *Almanhaques* (1949, 1º semestre e 1955, 1º e 2º semestre).

